

REVISTA
— DO —
INSTITUTO HISTORICO
E
GEOGRAFICO

— DO —
RIO GRANDE DO NORTE
FUNDADO A 29 DE MARÇO DE 1902
VOL. 'LI DÉ 1954

REDADORES:

NESTOR LIMA, responsável

DES. ANTONIO SOARES

DR. LUIS DA CAMARA CASCUDO



NATAL
Tip. GALHARDO
1954

REVISTA
— DO —
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO
— DO —
RIO GRANDE DO NORTE
FUNDADO A 29 DE MARÇO DE 1902
VOL. LI DE 1954

REDADORES:

NESTOR LIMA, responsavel
DES. ANTONIO SOARES
DR. LUIS DA CAMARA CASCUDO



Tip. GALHARDO
NATAL
1954

Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte

Diretoria e comissões permanentes no bienio de 1953 a 1955

Presidente (declarado perpetuo em assembleia geral de 1/8/53):
Nestor dos Santos Lima.

1º Secretario: Desembargador Silvino Bezerra Neto.

2º Secretario: Desembargador Vicente Lemos Filho.

Orador: Dr. Luis da Camara Cascudo.

Tesoureiro: Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho.

Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo: Desembargador
João Vicente da Costa.

1º e 2º Vice-Presidente: Desembargadores Luis Tavares de
Lira e Antonio Soares de Araujo.

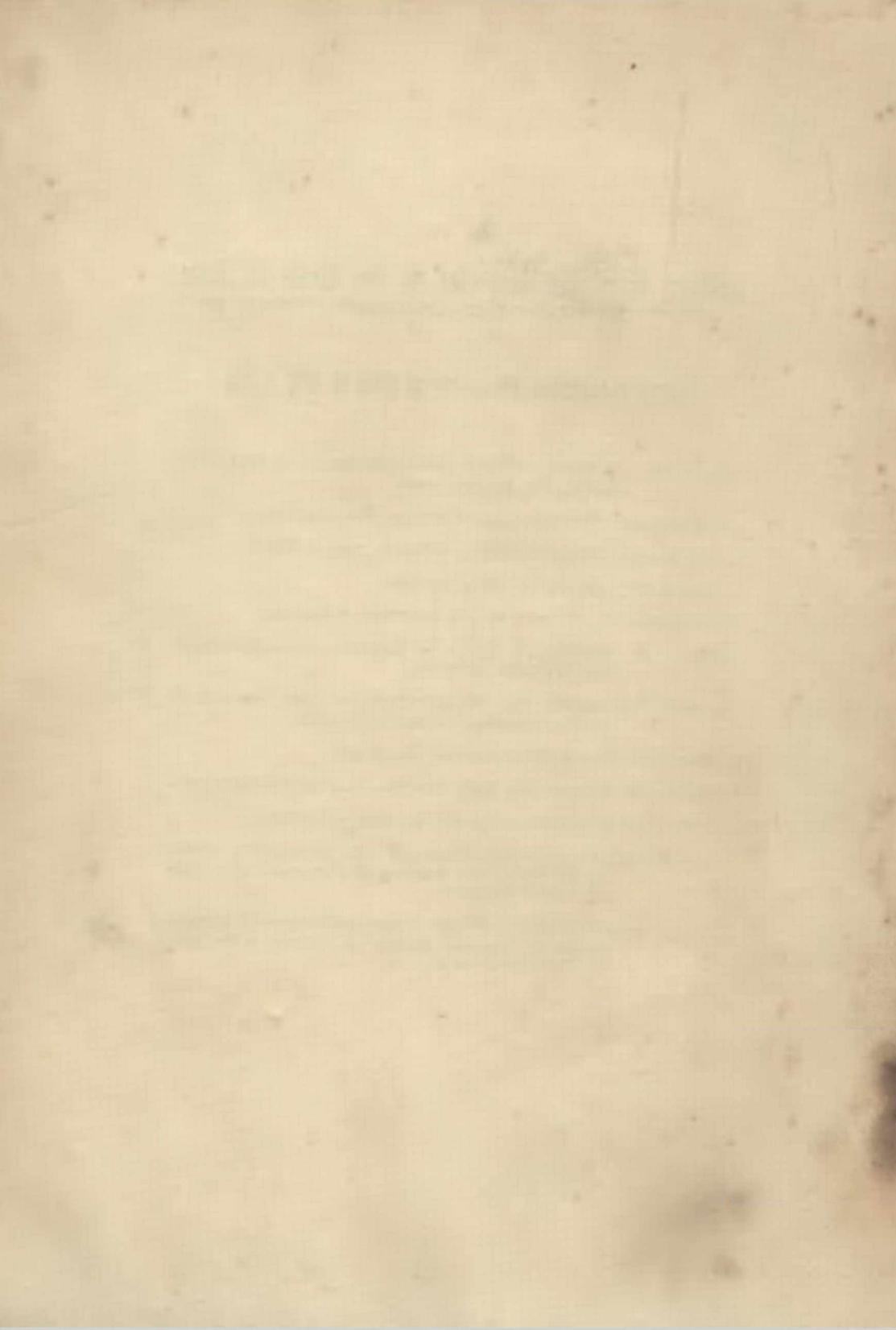
Adjunto de Secretario: Otacilio Cavalcanti.

Adjunto de Orador: Dr. Luiz Antonio F. S. dos Santos Lima.

Adjunto de Tesoureiro: Manoel Rodrigues de Melo.

Comissão de Fazenda e Orçamento: Desembargador Hora-
cio Barreto, Drs. Anfiloquio Camara e Aldo Fer-
nandes R. de Melo.

Comissão de "Revista": Nestor Lima (responsavel), Desem-
bargador Antonio Soares de Araujo e dr. Luis
da Camara Cascudo.



ATENEU NORTE RIOGRANDENSE

Reminiscências - 1909-1916

por

ADAUTO DA CÂMARA

(Socio correspondente falecido a 17-10-1952)

CAPITULO I

Publicado no «Diário de Natal,» de
domingo, 9 de Novembro de 1947.

Em Fevereiro de 1909, foram realizados os exames de admissão ao Curso de Madurêsa. Os candidatos tinham, no minimo, 10 anos de idade e se inscreveram após o pagamento da taxa de vinte mil reis, elevadissima para a época. Não éramos muito numerosos: Hercilio Galvão, Adolfo e Edgar Duarte, José Diogenes Maia, Lafayete Maia, Julio Ferreira da Silva, Coburgo Sales, Godescardo Ibirapitanga de Bakker, Cicero de Góes, Silvio Feliciano de Souza, João Filgueira Mendes, Euclides Bandeira de Melo, Boanerges Leitão de Almeida, Luiz Eugenio Ferreira Veiga Filho, que foi estudar na Inglaterra, Alexandre Dantas Sales, que, tendo ido estudar em Berlim, não suportou as saudades de S. José de Mipibú; Antonio Basilio Dantas Ribeiro, hoje, usineiro em Ceará-Mirim; José Alfredo de Mesquita, Valdemar Vieira Barros, Felipe Neri Leandro, Olavo Vanderley, João Monteiro Galvão, Antonio Fagundes, (que

tambem fez o curso normal e o da Escola de Aprendizés Artifices, classe de alfaiataria, e seria diretor da Escola Normal e do Departamento de Educação); Julio Meira e Sá, Edgar Adour da Camara. Alguns já se apartaram de nós prematuramente, deixando entre os condiscipulos lembranças impereciveis: — meu irmão Mario, no 4º ano de Medicina, na Bahia; Gastão Aurelio de Lima Torres, professor da Escola de Medicina de Porto-Alegre; Oscar Vanderlei, advogado e jornalista em Natal; Omar Navarro, Abel Furtado, professor; Afrodisio Barros, José Jatobá e Mario Freire. Da banca examinadora fazia parte o professor Francisco Gomes Valle Miranda, que tinha a reputação de implacavel reprovador. Coube-lhe justamente fazer o ditado. Ainda hoje não atino com a razão que levou os demais componentes da Mêsá a delegarem a esse professor lusitano, de carregado sotaque alfacinho, o encargo de ditar um trecho do GUARANÍ a pobres garôtos nordestinos, que se viam aturdidos e aflitos. Ainda tenho na memória (esquecer quem há-de?) o excerto maldito, com a prosódia figurada do lente: “CECILIA. Kêia a taerde. No pequeno jêrdim da casa do Pêquier, uma linda moça balançava-se indulentemenfe numa rede de palha, presa aos ramos de acácia silvestre, que, estrelecendo, deixava kêir algumas de suas flores miúdas e perfumadas. Os grandes olhos *azussss*, meio cerrados, ás vezes, se abriam lânguidamente, como para se embeberem de *lussss*, e abâixavam de novo as pâlpebras rusadas”.

Suspiramos quando acabou a prova. Foi o nosso primeiro contacto com o ATENEU, e, de tal maneira dispuseram as coisas que já lhe tinhamos horror. Não sei cor.o não fomos todos inabilitados. Vencidas as provas de admissão, fomos matriculados na 1ª serie. Em Março, tiveram inicio as aulas. O numero de alunos era avultado para aquele tempo, pois, só existia, em Natal, um educandario, cujos

exames eram válidos em todo país e davam ingressos a qualquer escola superior. Os alunos do Collegio Diocesano "Santo Antonio" frequentavam o Ate-neu, onde se submetiam a exame. Todos os dias, chegavam eles formados em coluna por dois, sem cadencia militar, sob a direção de um inspetor. Não se misturava com os outros meninos. Ficavam sentadinhos, muito bem comportados, aguardando a hora de irem para as salas de aulas. Faziam bôa figura nos estudos, pudera não! Os 250 estudantes do Ate-neu se distribuíam pelas cinco séries do curso ginasial e pelo 6º ano, que era o de bacharelato em Ciências e Letras.

Os funcionarios de meu tempo de aluno foram Emidio Morais de Albuquerque Maranhão, inspetor de alunos, falecido subitamente, em sua residencia, na rua Cel. Bonifacio (Santo Antonio); Basilio de Moura e Oliveira, o bedel Joaquim de Souza Freire (Tibíro), saxofonista de valor; Gonçalo Ernesto da Silva, e os secretários Francisco Teófilo Bezerra da Trindade, Francisco Xavier Garcia, José Julio Pereira de Medeiros e José Paulino de Castro Barroca. Ainda encontrei Manoel Virgilio Ferreira Itajubá, que tinha exercicio na Portaria, o glorioso poeta de TERRA NATAL, que, em 1912, sucumbiu, no Rio de Janeiro, a uma intervenção cirurgica. Se não fôra o cuidado do saudoso Henrique Castriciano pelo bom nome de nossa terra, Itajubá teria sido sepultado como indigente, ignomínia que o fundador da Escola Domestica de Natal pôde evitar despendendo 50\$ de seu bolso. A REPÚBLICA, noticiando-lhe a morte, afirmou sobriamente que era um intelectual de "bastante mérito".

Diretor, padre José de Calazans Pinheiro, desaparecido em 3/4/1946, como Monsenhor, aos 80 anos; e Delegado Fiscal do Govêrno Federal, o bacharel Moisés Soares, antigo secretario da Junta Commercial, redator da REPUBLICA, advogado, também

já falecido. Nas séries superiores, figuravam, entre outros Anibal Barata, elegante e eufórico; Alvaro China, Aderbal França, que abandonou os estudos médicos no 6º ano, para se dedicar inteiramente ao jornalismo, sua vocação mestra; Silvino Bezerra Dantas, Omar Grant O'Grady, engenheiro civil pela Universidade de Ann Harbour, e prefeito de Natal; Cássio Melo, Cicero Aranha, Diretor da Fazenda; Ottoniel Menezes, poeta inspirado e cintilante; José Alexandre e Luiz Odilon de Amorim Garcia; Alcides Cicco, João Idalino de Paiva Cavalcanti, Leonel Freire, Artur Coelho, Alberto Carrilho, Estêvão Marinho, Milton Varela, herdeiro feliz de um tio solteirão; José e Luiz Lopes Varela, da fidalguia rural de Ceará-Mirim; Paulo Barreto Maranhão, filho do Governador Alberto Maranhão, poeta de delicada sensibilidade, falecido aos vinte e poucos anos, no E. do Rio; Ulisses e Flodoaldo de Góes. Havia ainda Acrísio Fernandes Sobral, Jorge Leopoldo Fernandes da Camara, usineiro; Anfilóquio, Lélío e Cleto Soares da Camara, descendentes de *Gonçalo Morgado*; Declécio Duarte, deputado federal, Atila Garcia, Ademir Medeiros, Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque, futuro senador federal; Floriano Cavalcanti de Albuquerque, desembargador; Pedro Hercílio Luz, médico da armada; Gilberto da Cunha Pinheiro, professor e advogado; Anísio Macêdo, que tinha a mania de estudar francês, idioma que conhece profundamente; João Carlos de Vasconcelos, João Vicente da Costa, culto magistrado, autor de várias obras jurídicas; Carlos Vale, professor no Rio de Janeiro, Bartolomeu Fagundes, tabelião aposentado; Alcides Carrilho, Leovigildo Barroca, José Potiguar Pinheiro, Julio Tavares, Otavio Ferreira Veiga, engenheiro civil; Pedro Adelino dos Santos; Arnaldo Fagundes, Olinto Soares, Alvaro Borges, Valdemar Dias de Sá, exímio decorador, que tinha a geografia de Scrotoppi na "ponta-da lingua"; Mário Lira, que varias

vêzes tem sido prefeito de Natal; João Emilio Freire (Milo), banqueiro no Rio; Silvio Alvares Rabêlo, engenheiro civil, aluno dileto de Vale de Miranda, moço de admirável energia e tenacidade, que, para estudar, trabalhava como porteiro da Escola Normal; Ricardo Barreto, deputado federal; Paulo Julio de Albuquerque Maranhão, diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal; João Piragibe de Bakker, José Maria Furtado, Raimundo Gurgel. Entre aqueles a quem, no dizer do poeta,

“do batel da vida
tomou o leme a mão da morte,”

evóco Jaime Tavares, engenheiro por universidade americana, ex-prefeito de S. Luiz do Maranhão, trucidado por um trabalhador da estrada de ferro, que dirigia em Mato Grosso; José Soares de Araujo, estudante de medicina no Rio, afogado em Copacabana; João Menezes de Melo, irmão de Otoniel, entusiasta da aviação e uma de suas primeiras vítimas; Francisco Soares de Brito, que, anos depois de concluído o curso de odontologia, se suicidou sôbre o leito da estrada de ferro, na esplanada Silva Jardim, em Natal, cortando pulsos e ingerindo veneno, vencido pela mania de perseguição; Abelardo Camara, Paulo Teixeira de Moura e Vital Barroca.

Em 1910, entraram para o 1º ano, além de outros, José Garibaldi Dantas, Dirceu Duarte, o futuro senador José Ferreira de Souza; Gastão Fernandes da Camara e Paulo Leopoldo da Camara, engenheiros civis; Cornelio Fagundes, Luiz Mota, monsenhor; Otavio Tavares, engenheiro civil; José Monteiro Galvão, Lauro Botelho Fagundes, João da Pratinha Camara, Aldo Fernandes Raposo de Melo, Secretario Geral do Estado; Anibal Ataliba Correia, Valdemiro Moreira Dias, Absalão Simoneti, Ezequiel

Fonseca Filho, médico, além dos que tão cêdo subiram ao assento etéreo: — Djalma Duarte, Joaquim de Freitas, Abelardo Barros, (Beleza, por antifrase), Paulo China, Francisco Trajano da Silva, contra quem esbarrava o preconceito de côr: nasceu para ser querido de todos. Coursou a Escola de Odontologia. Fez-se industrial no Rio Grande do Norte. Enriqueceu. Era uma criatura que só tinha boas qualidades.

Não se era ainda obrigado ao uso do uniforme? Existia, é verdade, um modelo branco, de uso facultativo. Apenas os menores o envergavam, nos dias de festa. Ia-se às aulas como se queria, ou como se podia. Fala-se mal da obrigatoriedade da farda para os colegiais, cuja criação é de inspiração fascista, — dizem os que a combatem. Condena-se a sua imposição como atentatória da liberdade do aluno e de seus páis, como uma violência anti-democrática. Tenho para mim, com a longa experiência de educador, que nada mais aconselhável e aceitável que o uniforme escolar. Seu uso é economico. O aluno fardado está sempre distintamente trajado. O uniforme elimina as diferenças de fortuna, ou as discriminações sociais. Nem o rico ostenta luxo e vaidade, nem o pobre se humilha com a modéstia de sua indumentaria. Ademais, o uniforme serve para identificar um estudante, em qualquer meio e o coloca sob a fiscalização e a proteção do publico. A lembrança dos meus dias de colégio reforça em mim esta opinião em favor de um traje único para os estudantes, — o que não é privilégio do Brasil. É a recordação do retraimento de nossa pobreza, minha e de meus irmãos, em face da soberbia de colegas endinheirados, que se gabavam de possuir variado guarda-roupa e calçados a granél. Havia uns que primavam pela fatuidade que o ouro dá e se recomendavam pelas belas roupas. No geral dos casos, afundaram na mediocridade, não se distinguiram nos es-

tudos, eclipsaram-se na vida publica. Joaquim Nabuco afirmava, levado pelos exemplos de casa, que ninguém como os órfãos para saber vencer. Como os órfãos e os pobres, diria melhor. Apareciam os ricos na escola com bons ternos de casimira, sapatos de qualidade, a carteira recheada, os extratos e as loções finas rescendendo, desde longe, naquelas cabeças vazias. O professor João Tiburcio não se cansava de saudar, cada um, na banca de exame, com o verso do fabulista; «O' quanta especies. Ce-rebrum non habet.»

... No fim do ano, para a festa de encerramento dos cursos, no Palacio do Governo ou no Teatro Carlos Gomes, os menores vestiam a farda branca. Não havia paradas da Raça, ou da Juventude, invenções do Estado Novo. Só desfilávamos pelas ruas da cidade em homenagem ao Governador Alberto Maranhão, a 2 de Outubro, ao professor José Augusto, a 22 de Setembro.

Em 1909, a entrega dos prêmios foi no Teatro, que se apresentou superlotado, no domingo, 28 de Novembro, às 14 horas. A solenidade era promovida conjuntamente pelo Ateneu, Escola Normal e Grupo Escolar Modelo «Augusto Severo». Presidencia do Governador. Discursaram o Diretor da Instrução Publica, Francisco Pinto de Abreu, ilustre servidor do Rio Grande do Norte, hoje tão injustamente esquecido. Em nome da Congregação do Ateneu falou o professor José Augusto, que, para fazer raiva ao padre Calazans, pregou a desnecessidade do latim e do grêgo, batendo-se pela reforma do *curriculo*, para se dar primazia ás ciências. Faz quase quarenta anos que tais conceitos foram ditos e continuamos lamentavelmente a marcar passo no mesmo terreno. Houve recitativos, encenação de uma peça de Pinto de Abreu pelos alunos do Grupo Escolar, entre êles os meninos Cristóvão Dantas, deputado federal, em 1930; Guiomar Mesquita e Ira-

cema Rocha, que receberam prêmios, bem como Vicente Farache, Otavio Tavares, Gil Furtado de Mendonça, José Garibaldi Dantas e Isabel Dantas (falecida).

Em 1910, a cerimônia foi realizada no salão nobre do Palácio do Governo, domingo 4 de de Dezembro. Recebia o diploma de Professor a primeira turma da Escola Normal. Colavam o grau de bacharéis em Ciências e Letras os alunos do 6º ano do Ateneu. Distribuição de premios aos alunos mais distintos. Discursos do Governador, de Pinto de Abreu, conceituoso, sacerdotal, linguagem escorreita, eloquência sóbria. Paraninfo dos professorados, Manoel Garcia; dos bacharéis, João Tiburcio; orador da turma daqueles, Luiz Correia Soares de Araujo; destes, Anfilóquio Camara, que, naquele dia, concluiu os dois cursos, o normal e o de Ciências e Letras. Entre os premiados, meu irmão Mario e eu.

Em 1910, o padre Calazans, hostilizado pelos estudantes, foi obrigado a exonerar-se. Substituiu-o o professor Teódulo Soares Raposo da Camara, meu Pai, que, por sua vês, pouco tempo depois, vencido pela terrível indisciplina reinante, se demitiu, sendo substituído por José Augusto, em 1911. Anos depois, meu Pai voltaria a dirigir, por longo tempo, o Ateneu e a Escola Normal, a que deu o melhor de suas energias e de sua exemplar dignidade profissional.

Dirigir o Ateneu era para quem tivesse bravura pessoal, espirito de sacrificio, acrisolada noção dos deveres de um educador. A turbulência dos seus alunos era tradicional. O edificio foi assaltado várias vês, á noite, para se destruirem documentos, para inutilizar os diários de classe, que foram jogados à sentina. Quando eu já era lente catedrático, houve um diretor, o cônego Estevão Dantas, que foi obrigado a requisitar força policial, para manter a sua e a autoridade dos professores, na época dos exames.

CAPITULO II

Publicado no «Diario de Natal,» de
16 de Novembro de 1947.

O predio contrariava todos os requisitos pedagógicos. Um quadrilátero de aspecto gracioso, e que dá uma impressão de solidês, com a fachada principal para a avenida Junqueira Aires, na vizinhança de uma igreja protestante, do Mercado, da Intendencia (Prefeitura), onde se realizavam as sessões do Júri; da Assembleia Legislativa (hoje Tribunal de Apelação), e do antigo quartel federal. A profusão de janelas determina excesso de luz, ou sua péssima distribuição nas salas, bem como ruidos externos permanentes. O Mercado era um convite á evasão. Não havia serviço de bar nos colégios. Os alunos ou conduziam suas merendas, ou tinham de se ausentar para se alimentar no Mercado, onde as "cocadas de sinha Silvina" regalaram gerações.

O edificio ainda é o de 1848 inaugurado em 1859, com pequenas modificações. Seis amplas salas de aula, e uma de menores proporções, ocupada pela administração. Há anos, foi feito um puxado, em que se alojaram os gabinetes de Fisica e H. Natural e laboratório de Quimica. Não havia auditório, nem ginasio, sendo aproveitada uma sala, que há nos fundos, na qual funcionou, há decenios, a biblioteca, pertencente hoje ao Instituto Historico e Geografico mantenedor de u'a sala publica de leitura, custeada por misérrima subvenção estadual. Entre o Ateneu e a Igreja Presbiteriana existe um terreno, que poderia ter sido aproveitado para a expansão do educandario. O Estado o doou à Diocese, depois, o recuperou, mas continúa sem o aproveitar. De tantas vicissitudes resultou que o terreno foi murado, mas permanece inutil. Hoje o ATENEU é denominado oficialmente "Colegio Estadual", em vir-

tude da “Lei Capanema”, que reformou o ensino médio. Para as gerações de outróra, porém, ele ha-de ser, perpetuamente, o ATENEU, de tão gratas recordações. O Governo do Rio Grande do Norte está interessado vivamente, não obstante suas dificuldades financeiras, na construção de um monumental “Instituto de Educação”, na rua Potengi, proximo á Praça Pedro Velho. As obras já tiveram inicio, tendo-se despendido, até agora, mais de um milhão de cruzeiros. Tive oportunidade de lhe examinar a planta e só desejo vêlo concluido, para honra nossa. Podem ser feitos pequenos reparos, como a localização do auditorio no 2º pavimento, quando deveria ficar no térreo, e a Secretaria e Diretoria longe de contacto com o publico, no andar superior. Trata-se de uma obra para ser executada em dois quatrienios governamentais, acarretando gastos que se estimam em 10 milhões de cruzeiros. Oxalá seja o Rio Grande do Norte dotado de governantes esclarecidos, que compreendam a significação e a urgente necessidade do Instituto, que já deve tão assinalados serviços ao Professor Severino Bezerra, Secretario da Educação. Não devo deixar de chamar a atenção para uma feliz iniciativa do governo do desembargador Ferreira Chaves, há 30 anos. Em uma grande área subtraida ao latifundio da antiga “Vila Cincinnati”, residencia dos governadores, lançou ele os fundamentos da Escola Normal, cujas paredes já subiam, quando terminou o seu segundo periodo constitucional. Acreditava-se que as administrações subsequentes não pudessem paralizar uma obra tão util e de tanta urgencia. Mas, infelizmente, a construção não prosseguiu, os trabalhos foram abandonados e as paredes findaram sendo demolidas para se aproveitar o material em outras obras. Se o empreendimento do venerando desembargador Chaves tivesse sido levado a cabo, a situação do ensino secundario oficial seria imensamente melhor. O material

didático do Ateneu era deficientíssimo. O professor Vale Miranda, competente químico, tinha um laboratório em sua residência, o sobradão vermelho, em frente à Capitania dos Portos, levava os alunos para sua casa, onde lhes ministrava aulas praticas, talvez tão efficientes quanto as da Universidade. Depois que deixou o magisterio, os estudantes ficaram privados de tal recurso, e os gabinetes científicos do Ateneu eram de uma pobreza lamentavel. Aparelhos e vidros iam-se estragando e quebrando, os reagentes se esgotavam — afóra o que ia sendo levado pelos alunos, — e nada era substituído. O Governo Antonio de Souza, tirando partido da desvalorização do franco, após a primeira Grande Guerra, adquiriu em França copioso material, escolhido por Vale de Miranda, a esse tempo residente em Paris. O Ateneu se viu, assim, em boas condições para o ensino das ciencias.

O Ateneu era um externato masculino. Para as moças havia o collegio da Imaculada Conceição. O regime disciplinar compreendia a *advertencia* (só produziam efeito os “carões” do padre Calazans); *retenção* no estabelecimento, copiando o regulamento e lições até cansar os dedos; *suspensão* e *expulsão*. Por mais rigor que se pusesse na applicação de tais penalidades, um quase permanente estado de insubordinação lavrava na maioria das turmas, antes durante e depois das aulas. Fala-se muito na “crise de educação”, na falencia da autoridade da familia, na indisciplina e rebeldia dos moços. Mas, estes males são antigos e constantes. Os alunos postavam-se na porta do Ateneu, de onde apupavam quantos, depois do almoço, demandavam a Ribeira, pela calçada da casa, em frente, onde morava o capitão Dr. José Castello Branco, muito benquisto da juventude das escolas, e, depois, o desembargador Luiz Fernandes,

seu proprietario. Vaiavam, punham apelidos, insultavam os pedestres. Muita gente fazia grandes rodeios para ir ao trabalho, afim de evitar as *chufas* dos desabusados, que gritavam alcunhas familiares e antonomásias pejorativas.

Desde 1930, existe uma balaustrada de cimento armado na alta calçada do Ateneu, para segurança dos jovens e por uma inoposição estética, na avenida Junqueira Aires, remodelada pelo prefeito Omar Grant O'Grayd, que mandou assentar o gradil. Antes deste, apesar do perigo que representava para todos, aquela calçada de dois metros de altura, sem anteparo de especie alguma, jamais ocorreu qualquer acidente, nunca um aluno se precipitou de lá. E' uma tribuna popular de prestigio indisputavel, de sonoridade imensa. Não há manifestações cívicas ou políticas que não se detenham ali no paredão para que as turbas se encantem com a palavra inflamada dos oradores, colocados naquela altura, de onde dominam o auditorio, pela evidencia em que se colocam. Parece que estou vendo José da Penha, que tinha dileção por aquele recanto consagrado pelos arroubos dos tribunos, na sua trepidante campanha contra os Maranhões, em 1913. Ali, perto do quartel federal, à pequena distancia do Palacio, desferia seus ataques demolidores contra os "oligarcas." O povo acorria para ouvi-lo. Ele tinha o dom da palavra facil e inspirada, a chama da paixão palítica, um verbo energico e eletrizante, que descia sobre a multidão desacostumada de tal espetaculo que, para alguns espiritos mais penetrantes, se assemelhava à democracia ateniense, exercendo-se, em toda a plenitude, nas ágoras soberanas.

Havia um certo movimento associativo em torno de ideias. O interesse pelas atividades esportivas

era igualmente entusiastico. Congregando vontades e energias dispersas, o 1º tenente Anibal Leite Ribeiro, que servia na Escola de Aprendizes Marinheiros, fundou, em 1915, o "Centro Nautico Potengi." Frederico Holder, Clidenor Lago, Isaac Seabra e outros fundaram o "Esporte-Clube de Natal", sociedades que tantos serviços têm prestado á cultura física da mocidade potiguar. O comandante Anibal faleceu, poucos anos depois, no Rio, deixando memoria indeslembravel em minha terra. Quando a Prefeitura de Natal lhe dará o nome e uma rua?

O "foot ball" surgia com bem organizadas entidades, hoje veteranas e orgulhosas de seus louros, tais como o "America" e o A. B. C.". Relembro, com prazer, minha atividade esportiva no "Centro Nautico," de que fui presidente interino, e social, no "America" e no "ABC", com os quais excurcionei vitoriosamente pela Paraíba e até Mossoró, terra de meu berço. Antes, o "foot ball" em Natal se limitava a animadas partidas de «arranca-tocos», na Praça Pedro Velho, que era mais ou menos uma charnéca, — entre os «aficionados», os rapazes esperançosos e elegantes de então, Alberto Roselli, educado na Europa, poliglota, futuro professor de Inglês do Ateneu e deputado federal; Fabricio, Fernando e Ramiro Pedrosa, Nizario Gurgel, Mario Eugenio Lira, Silvino Dantas, etc.

Havia no Ateneu o «Centro Academico», de finalidade cultural, e que teve brilhante exito. Sua vida está diretamente vinculada aos triunfos de muitos, que hoje se distinguem na vida publica. Editou uma revista, «O Estudante», durante anos. Em suas paginas estrearam varios de nossos homens de letras, advogados, jornalistas e professores. Realisava o «Centro» reuniões literarias, solenidades civicas, a que comparecia o escól social e em que ocupavam a atencão da assistencia os mais capazes e os mais ousados. Entre os seus animadores se contavam os

jovens professores José Augusto, Nestor Lima e Moisés Soares, que não faltavam às sessões dominieiras, debatiam com os «confrades», orientavam os trabalhos, ensinavam, enfim, os moços a dirigirem a sua sociedade, preparando-se para as lides vindouras.

Paralelamente ao «Centro Academico», havia outras associações constituídas de alunos e ex-alunos do Ateneu, por exemplo, o «Gremio Frei Miguelinho» e o «Gremio Litero-Civico Pedro Velho». Aquele funcionava no Ateneu, e este na casa de Moisés Soares, no local, em que se ergueu o cinema Rex, na Avenida Rio Branco. A coleção de seus órgãos na imprensa, A LIBERDADE, do «Frei Miguelinho», a A ORDEM, do «Pedro Velho», atesta a valia de seu concurso para o desenvolvimento mental dos que os redigiam. Era publicado exclusivamente à custa dos cofres sociais, pois, levando a sério o pagamento de nossa mensalidade. Eramos os proprios distribuidores: Organizámos comissões que se encarregavam de, á noite, os meterem por baixo da porta dos socios e das principais familias.

As sessões magnas eram, vês por outra, honradas com a presença do Governador do Estado, que discursava e punha o salão nobre do Palacio à disposição dos futuros estadistas. Entre os torneios mais praticados estavam os juris historicos. Os detalhes em torno de famigerados individuos sempre acenderam paixões. Raul Pompeia se refere, em sua envenenada «Cronica de Saudades», a esses julgamentos, no Gremio Literario «Amor ao Saber» — quem foi o maior — Alexandre ou Cesar? «Indagação historica difficil evidentemente de levar a cabo, sem o auxilio da trena», acrescentava o recalçado autor d'O ATENEU. Marcava-se a data do juri, organisava-se o conselho de sentença, distribuiam-se os papeis. Todos se entregavam a um estudo atento da vida e obra do «réu». A sessão era concorrida, e se

prolongava por algumas horas de intenso interesse. Não raro, quando se proclamava o veredicto, as duas correntes estavam divididas por perigosas incompatibilidades, que ameaçavam ajustar contas na rua... Fui acusador de Pedro II, de Calabar e de Solano Lopes; Pedro II foi absolvido. Os outros, condenados à execração da Historia... Pobre Pedro II, em que companhia te metemos!... Tenho expiado longamente o meu pecado, e hoje sou dos maiores veneradores das virtudes do magnanimo Imperador, que tanto extremeceu a Patria.

Essas sociedades literarias tinham a missão de «desasnar» os timidos, de vencer os seus compléxos, de lhes infundir confiança em si mesmos e de estimular neles a vontade e a decisão de serem alguém, ou de criar a construtiva emulação entre os imaturos. De todos os estudantes o que mais revelou dotes oratorios foi Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque, improvisador feliz, imaginoso, fluente como uma catadupa, declamador profundamente imbuído do romantismo demo-liberal.

Nas suas arengas, havia um lugar garantido para os herois da Revolução Francesa e para o debuxo de um por-de-sol atrás de Cabugí... Mais tarde, na Camara Federal, retraiu-se, poucas vezes se fazendo ouvir, deixando que sobressaíssem parlamentares intellectuais mediócras, mas, cabotinos e inconcientes. Outros, que não perdiam ocasião de falar ás massas, eram Dioclecio Duarte, Anfiloquio Camara, varias vêses Secretario Geral do Estado, e Flodoaldo de Góes. Ao mesmo tempo, Kerginaldo demonstrava, nas rusgas com os companheiros, ser capaz de ações temerosas. Era dos mais quezilentos e destemidos. Ele e Dirceu Duarte eram «bambas». Destacavam-se ainda, como «enfants terribles», que tanto trabalho deram a directores, professores, funcionarios e colegas: Felipe Neri Leandro, que foi viver no Rio Grande do Sul; Otavio Moreira Dias, ofi-

cial superior do Exército; Anísio Macêdo, professor; Carlos Vale, professor; José Potiguar Pinheiro, Ciburgo Sales, Leovigildo Barroca e o finado Paulo China.

CAPITULO III

Publicado no «Diário de Natal,» de
28 de Novembro de 1947.

Cursei regularmente até o 2º ano de Madureza. Em abril de 1911, o decreto nº 8.659 (reforma Rivadávia) veio reorganizar o ensino. Foi uma reforma adiantada e revolucionária. Abolía privilégios de diploma, tornava obrigatórios os concursos vestibulares para as escolas superiores; dava autonomia didática, admitia a flexibilidade do currículo; banía do ensino secundário a finalidade preparatória para a Universidade. Entrava imediatamente em vigor, causando com isto transtornos enormes á sorte dos estudantes. Foi uma desorganização calamitosa, comparavel á anarquia, que imperou durante o ministério Capanema. Inumeros rapazes, em todo o Brasil, interromperam os estudos e perderam a esperança de uma ascensão social, já em meio, sabe Deus com que discretos sacrificios e generosas aspirações.

Os estados podiam organizar seus institutos de ensino médio. No Rio Grande do Norte, foi criado o Curso Geral de Humanidades, que, mais ou menos, compreendia as mesmas matérias do currículo tradicional. Continuei no Ateneu, que ficou como que deserto, pois, o novo regime não reteve senão uns 50 dos antigos discentes. Caiu um véu de melancolia e desalento sôbre o vetusto casarão, dantes, tão ruidoso com as expansões daquela gente nova, que se dispersou por estradas diversas. Para alguns, o Curso Geral foi uma oportunidade magnífica para

se aprofundarem em certas disciplinas, sem a preocupação das provas finais. Durante o tempo em que nele estive, me entreguei com intensidade à filologia portuguesa, o francês, à história geral e do Brasil. Por dois anos, tomei aulas particulares, de latim com o professor João Tiburcio, em sua casa da praça, que hoje tem o seu nome, na esquina da ladeira do Passo. Quando, neste ano, fui a Natal matar minhas saudades, não resisti ao desejo de a vêr de perto, pagando o meu tributo à memória do Mestre.

O decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915 (reforma Carlos Maximiliano) deu *nova organização ao ensino secundario e superior*. Restaurou o curso seriado nos velhos moldes. Manteve os exames vestibulares. Permitiu que os alunos não matriculados nos cursos seriados do Pedro II, ou estabelecimentos equiparados, pudessem prestar, em dezembro, exames parcelados das matérias constantes do programa. Hoje existe esta mesma faculdade para os alunos maiores de 17 anos (art. 91). Natal regorgitava, então, de estudantes dos Estados mais próximos. O Rio Grande do Norte e Alagoas foram os mais procurados pelos pretendentes a exames parcelados, sem esforço. Apostaram corrida na desmoralização do ensino. Mas, nem tudo estava perdido. Havia cursos particulares que se *dispunham* a ensinar a quem quisesse aprender para fazer ato *sabendo*.

Houve quem fizesse todos os exames de uma só vez, e eram 12, como sucedeu, em 1915, a José Ferreira de Souza, que foi estudante de prol, no qual se adivinhava o paredro, o professor universitário, luzeiro do Senado. Nele foi bem justo o conceito: "o menino é o pai do homem". Outros, porém, que não tinham a mesma capacidade, iam tirando os seus preparatórios aos três e quatro por ano ou de duas vêses. Concluí os meus em 1916, juntamen-

te com o meu irmão Mario, enquanto outro irmão, Godofrêdo, começava os seus. Só em 1918, Mario iniciaria os estudos superiores, na Bahia, e eu só em 1919, em virtude de nossa carência de recursos. Foi à nossa custa, como funcionários públicos, que estudámos, enquanto ajudávamos a educação do Godofrêdo. A desgraça se abateu sobre nós, e, em 1919, God falecia, no mesmo ano em que se matriculára na Escola Politécnica, do Rio; e, 1921, Mario se finava, quarto anista de Medicina na Faculdade da Bahia. Que destino é merecido para quem era tão digno de viver. *Whom the gods love, die young.*

Natal, abrigava um grande numero de “republicas”, nas ruas Uruguaiana (General Osório), Gonçalves Dias, 13 de Maio (Princesa Isabel). Pelo mês de Outubro, começavam a chegar os “pescadores de exames” vindos de Pernambuco e Ceará. Deixavam a pepineira doméstica pela do vizinho. Essa vergonha durou anos. Chegavam munidos de poderosas recomendações, de pistolões politicos de todas as hierarquias. Não se julgue, no entanto, que todos os professores do Ateneu fraquejaram e patuaram nas aprovações em massa. Houve quem não recebesse recomendações e quem arcasse com todas as animosidades, para cumprir rigorosamente o seu dever. Meu pai foi um destes: agressivamente honesto, pobre como Jó, mas digno como êle. E os que cederam a pedidos de amigos e a injunções compadrescas não foram movidos por interesse material, não auferiam gorgêtas como perversamente se propalava. Sejamus justos e proclamemos o que todos sabem, para honra de nossa terra e do Ateneu: havia professores séveros e caturras, reprovadores destemidos e odiados; — e havia os sentimentais, os “bonzinhos”, queridos porque aprovavam sistematicamente, temerosos de incidentes pessoais, mas, todos incapazes de pôr a dignidade em leilão. Este é o depoimento sincero de quem foi aluno desses mesmos

professores, e, depois, seu colega durante onze anos, e tem razões de sobra para os conhecer de perto.

A vida dos estudantes, no Natal de 1909, era das mais insípidas e pachorrentas. Já havia bondes de tração animal. Cinema, bonde e luz elétrica, só em 1911. Almoçava-se às 10 horas, jantava-se às 15, ceava-se às 18, dormia-se às 21. Depois desta hora, gente de responsabilidade não andava na rua, e muito menos rapazes-de-familia, salvo nas festas da Padroeira, espetáculo no Teatro, ou baile no "Natal-Clube".

Em 1911, a cidade já tinha um aspecto civilizado. Havia vida social. O febril progresso do governo Alberto Maranhão transformára tudo. Os estudantes, à noite, se espalhavam pela Cidade. A "Onda Giratória", teve sua época. Era uma roda gigante, dotada de cadeiras, bancos e cavalinhos e descrevia algumas rotações, à pequena altura do solo, impulsionada por eletricidade. O local, fronteiro à Great-Western, era fartamente iluminado e festivo, ponto de reunião social. A roda girava ao som da musica de um enorme realejo, "tocado" por um boneco negro, do tamanho de um homem. A toada monótona ficou gravada na memória auditiva de toda uma geração. Seu proprietário, Fortunato Aranha, livreiro, faleceu em Natal, há poucos meses, com 84 anos, tendo deixado uma lembrança indelével de sua probidade e espirito publico. Foi o patriarca de uma extensa familia, de que fazem parte Cicero Aranha, advogado no Rio; Solon, banqueiro em Natal, além do poeta Murilo, do jornalista Vitor Hugo e de Cleodon, falecidos. Ainda hoje, quantos de nós não assobiámos a longinqua melopéia e lhe trauteámos a letra, que o bom humor popular lhe emprestou:

“Chegue seu Fortunato,
Que eu quero trepar na Onda;
Chegue, seu Fortunato,
Antes que o sol s'esconda.”

Esta Onda é de Cleodon,
É de Murilo
É de Solon.

Esta Onda }
É de Cleodon } bis

De 1915 em diante, os rapazes já viviam em sua plenitude. Dispunham de sociedades esportivas e dançantes bem dirigidas e organizadas. A bisonhice provinciana se atenuára 50⁰/₀. A Ribeira e a Cidade Alta eram os principais campos de ação. A Cidade Nova ainda era “muito longe”. A vida noturna concentrava-se nos cinemas, nos cafés e bilhares e no Natal-Clube. Em busca de emoções baratas, iam até o Passo da Pátria, Alecrim e Rocas, ou ficavam pela Bica da Telha, ruas Ferreira Chaves e Triunfo (15 de Novembro).

Alguns, bem poucos, se refugiavam na Biblioteca do Instituto Histórico, na rua da Conceição, já naquelas eras enteada do Governo, que tão pouca atenção lhe tem dispensado. O bibliotecário, Rafael Arcanjo Garcia, vermelho como um pimentão, era um latinista respeitado, mas, vencido pelos insucessos da vida, se tornára um revoltado. O bom velho carregava recalque contra o padre Calazans, a quem acusava de não saber patavina de latim. Julgava-se vítima de uma injustiça, que lhe negara a nomeação para o ensino secundário, em que não teria feito má figura. O publico da Biblioteca era bem reduzido: Jayme Adour da Camara, Mario e eu, Alberto Carrilho, Edgar Adour da Camara, Francisco Trajano, Paulo Benevides, Lelio Camara, Oscar Vanderley, Anizio Macedo, Lauro Botelho Fagundes.

O bacharel e jornalista Salomão Filgueira leu ali Eça de Queiroz.

Mais tarde, no tablado da vida publica, vi prolongada a afeição que, desde os bancos escolares, me uniu a diversos daqueles companheiros. Um dos maiores confortos da existencia é nos sentirmos sempre ligados pelo coração a tantos colegas que conhecemos na infancia e na adolescência, em uma idade, em que as amizades surgem espontaneas, sinceras e sem cálculo. Na Faculdade de Direito do Recife, ainda encontrei Mario Severo de Albuquerque Maranhão e Floriano Cavalcanti de Albuquerque (1919); José Ferreira de Souza (1920); Anfiloquio Camara (1921); Cicero Aranha (1922); tendo sido meus colegas de turma Oscar Vanderley e Lelio Camara. Bartolomeu Fagundes e João Carlos de Vasconcelos interromperam os estudos no 1º ano.

Na alta administração do Estado, fui colega de Omar O'Grady, Prefeito de Natal; de Cicero Aranha, Diretor do Tesouro, sendo eu Chefe de Policia, no govêrno do dr. Juvenal Lamartine, que, em 1898, foi Vice-Diretor do Ateneu. Nessa mesma administração tivemos por companheiro um antigo mestre. Nestor Lima, Diretor da Educação. Na redação d'«A Republica», onde trabalhei sete anos, tendo sido seu Diretor, fui colega de Lelio Camara, Aderbal França, Oscar Vanderley e Adem. ar Medeiros. Na Congregação do Ateneu, Floriano Cavalcanti. Na Assembléia Estadual fomos deputados nas mesmas legislaturas José Ferreira de Souza, Dioclecio Duarte, Floriano Cavalcanti, Paulo Camara e eu — o mesmo acontecendo na Constituinte de 1926.

Minha geração não envergonhou o Ateneu.

CAPITULO IV

Publicado no «Diário de Natal,» de
30 de Novembro de 1947.

O ENSINO

Não era de má qualidade o ensino ministrado. Os professores eram, de modo geral, competentes e esforçados. Sua admissão se fazia por concurso de títulos, obras, julgados pela Congregação. Mais tarde, em 1915, é que a reforma Maximiliano exigiu o concurso de provas. Mediante êste meio, é que, em 1920, conquistei a efetividade na Cadeira de História do Brasil, de que ainda sou catedrático avulso, na conformidade da legislação do Estado.

Havia instrutores com quem muito se podia aprender. A mesma coisa não se dirá dos métodos, um tanto absoletos e bolorentos.

Em geografia, por exemplo, era a memorização excessiva, tão do agrado do padre Calazans. O ensino era livresco, secamente cerebral. Já em história universal, com José Augusto e Moisés Soares, era diferente; a exposição do ponto pelo lente despertava interesse da parte dos alunos. Em relação às linguas vivas estrangeiras, ainda estávamos em pleno regime da reforma de Benjamin Constant, de novembro de 1890, que prescrevia, no regimento interno do «Ginasio Nacional», a seguinte orientação: — «Linguas estrangeiras — Gramática, tradução, versão e exercicios de conversação». A reforma Epitacio Pessoa (Janeiro de 1901) adotou o método misto: ensino prático e literário, de maneira que o aluno, no fim do curso secundário, deveria «falar ou, pelo menos, entender» as linguas estrangeiras. Mas, realmente, o que se fazia era tradução, versão, leitura e gramática e mais gramática. A conversação

sõ seria possível se os professores falassem o idioma que ensinavam, — o que não era comum.

Iniciávamos o aprendizado do francês, lançando mão de métodos e de livros alemães, adaptados e traduzidos: Carlos Ploetz, Berlitz e F. Ahn, além da seleta de Kuhn. Parece desprimoroso para a França, em cuja civilização mergulham as raízes espirituais do Brasil, que os tesouros do seu maravilhoso idioma nos fossem revelados através de autores germanos. É verdade que também manuseávamos o prestimoso Halbout, as fábulas de La Fontaine, o "Théâtre Classique". Os temas e as versões eram a tortura de muitos calouros. Mas, vamos e venhamos, concorriam para enriquecer o vocabulário e conduziam a construção da frase. Do livrinho de Carlos Ploetz, tradução do venerando Said Ali, um trecho de leitura me deixou uma impressão obstinada. É aquele em que um pequeno príncipe, estudante negligente, interpelou uma dama da Côte, que se queixava de suas desditas: —

— "Faites-vous de thèmes, madame?"

— "Non, monseigneur".

— "Eh bien, votre malheur n'est pas encore à son comble".

Em inglês, andávamos às voltas com a gramática de Móta, Albino Ferreira, a seleta de Rebelo, "Estrada Suave", a "Lingard's School History of England". Pouco se experimentavam métodos "modernos", como o de F. Ahn, que já era velho quando o barão de Macaúbas o introduziu no Colégio Abílio e o Berlitz, de que o professor Abel Barreto era vulgarizador entusiasta. Afinal, isto significava que, embora as janelas se abrissem vagarosamente para o progresso, a rotina estava ameaçada. A lei Rivadavia (1911), seguindo as pegadas da lei Epitácio, estabeleceu a observância do método direto. Na sua exigência ia além: — prescrevia que, no 6º ano do

seu curso fundamental, o aluno deveria estar habilitado a “falar e escrever duas” linguas estrangeiras... O método direto, muito antes de dispositivos legais, era adotado em colégios religiosos. Desde o 2º Reinado, numerosos educandários da Côrte, dirigidos por europeus, anunciavam nos jornais as excelências do tal sistema. Verdadeiramente êle veio a ser executado com carater generalizado e compulsório, a partir da reforma Francisco Campos. Mas o exagêro de certos professores o prejudicou, porque queriam aulas “cem por cento” diretas, e a experiência demonstrou que êste abuso deve ser reprimido. Respondem pelo fracasso professores que, não tendo cultura sistematizada, auto-didatas apressados, “faziam Cartaz” ensinando praticamente. As raras exceções de alunos que lograram falar uma lingua estrangeira em um externato secundario, não devem ser levadas em conta. Do ginásio ninguém sái falando francês ou inglês, salvo dos internatos religiosos de alta classe, de onde, sabidamente, alunos e alunas se retiraram, no fim de alguns anos, dominando qualquer daqueles idiomas. Já será meter uma lança n’Africa obter-se que o educando as conheça suficientemente, como instrumento de cultura, podendo lêr e entender revistas e jornais, obras literárias e didáticas, — o que será meio caminho andado para, com um pouco de treino, chegar a empregá-las corretamente, como recurso de expressão verbal. Isto aconteceu a muitos rapazes de minha geração e a mim próprio. O estudo, que mais atraia, era do francês, que manejavamos desde o colégio, com maior ou menor desembaraço; esta circunstancia nos ajudou eficazmente, no curso universitário, em que, ainda até poucos anos, as melhores obras juridicas, em certas cadeiras, eram em lingua francesa e não as havia postas em linguagem.

Aulas práticas de inglês tinhamos com todos os suditos de S. M. Britanica encontrados em nosso

caminho, mórmente com os que construíram a ponte de Igapó, e moravam na Bica da Telha, em uma casa de dois pavimentos, perto da descida do Teatro; ou com Mr. Nicolau Charles Dumaresq, ou com o brasileiro Alberto Bolshaw, que espalharam, em seus cursos, largos conhecimentos do inglês. E não esqueçamos duas excelentes professoras, Mrs. Reed, do Reino Unido, e Rebecca Morizette da Camara, norte-americana, que foram tão devotadas á educação e á cultura da juventude potiguar. Todos já se foram dêste mundo, mas, viveram sempre no coração da sociedade natalense, no lugar que só se reserva aos véros amigos e bemfeitores.

O livro didático nacional era pobre, sem graça, gráficamente detestável, parado no tempo, e quanto ao conteúdo, incapaz de aperfeiçoamento. Succediam-se os dias e as noites, e não havia o que alterar: em todo o país se compulsavam os mesmos livros, queimávamos as pestanas sôbre os mesmos compêndios, — até parece que por decreto. Ressalvados os colégios religiosos, os mesmos livros se adotavam de Norte a Sul. Em geografia e corografia, Liberato Bittencourt, Lacerda, Scrosoppi; geometria, Timóteo Pereira; álgebra, Serrasqueiro; aritmética, Trajano e Lôbo; latim, padre Antonio Pereira de Figueiredo, Clintock; história universal Seignobos traduzido, o português Mascarenhas, João Ribeiro; história do Brasil, João Ribeiro; português, gramáticas de Maximino Maciel, Alfredo Gomes, Carneiro Ribeiro; antologia de João Ribeiro e de Fausto Barreto, Carlos de Laet. E mais um ról de autores inarredáveis: Serrano, Langlebert. Pecegueiro. Muitas vêses, não se podia variar, por falta de outro autor. A nossa produção livresca era pequena, de maneira que muitos dos livros eram portugueses. A cultura média era, por assim dizer, adquirida nos mesmos compêndios, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul. Era quase o regime do livro único.

Hoje o que predomina é a plethora de autores, a inflação da literatura didática, uma enxurrada de volumes, muitos deles fabricados às pressas, para obterem a preferéncia dos professores em princípio do ano letivo. Até certo ponto, é uma vantagem da nossa época, relativamente ao passado, dispôrmos de material abundante, em que não faltam ótimos livros de provétos mestre. A situação anterior forçava a uniformidade nos processos de ensino, absurdo de que já estamos bastantes distanciados e contra o qual se insurgem os educadores brasileiros, consoante os postulados da Carta Educacional do Congresso de Belo Horizonte, de 1946: — “a unidade nacional não importa em identidade de processos educativos”, com o desprezo da realidade brasileira e das peculiaridades regionais. Entre nós, o regime era o da educação clássica e aristocrática da Europa do século passado. As cenas, que se passavam na Inglaterra, segundo Maurois, biografando Shelley, podiam ser testemunhadas no Brasil até o Curso de Madurêsa. O que estudaram um paraense e um sergipano em 1909 ou 1910, as aquisições extra-classe, a formação literária, os livros em que se instruíram — tudo era igual sem tirar nem pôr, ao que ocorreu com os educandos de Minas e do Paraná. Até os textos mais repisados, analisados e decorados dos LUSIADAS e dos AUTORES CONTEMPORANEOS, os versos mais deletrados da ENEIDA ou de THEATRE CLASSIQUE, — eram os mesmos em Mato Grosso ou no Rio Grande do Norte, — graças à bitola estreita da pedagogia de antanho. Mas, — por que não o confessar? — aqueles moços se sentiam mais fraternalmente brasileiros, dentro daquela padronização de cultura geral...

Sob o ponto de vista da educação literária, posso asseverar que a daqueles tempos era muitas vêses superior. Líamos os clássicos, devorávamos o que havia de melhor na literatura francesa e na

opulenta produção da lingua portugüesa. Os estudantes de então conheciam Camilo, Herculano, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macêdo, Castilho, Machado de Assis, Gonçalves Dias, Chateaubriand, Molière, Victor Hugo, Anatole France, Rostand, e também Eça de Queiroz, Fialho, Ramalho Ortigão, Coelho Neto, Euclides da Cunha e todos quantos tinham um lugar de honra entre os criadores de belêsa e de ritmos na arte da palavra.

Que vemos hoje? O desprezo pelos monumentos literários do nosso idioma, o desdém pela cultura do espirito, a expressão plebéia e o solecismo guindados à categoria de escola literária. O bom gôsto dos dias que correm se afere pela *gíria*, pela algarávia e pelo desasseio da linguagem de certos modernistas.

CAPITULO V

Publicado no «Diario de Natal,» de
7 de Dezembro de 1947.

OS PROFESSORES

“Vieux et chers maitres, maintenant presque tous morts, dont l'image m'apparaît souvent dans mes rêves, non comme un reproche, mais comme un doux souvenir.....”

E. RENAN

(Souvenirs d'Enfance et de Jeunesse)

... Para meninos, como meu irmão Mario e eu, que nunca tinhamos cursado outra escola, pois que estudámos as primeiras letras em casa, com os nossos Pais, havia certo mistério na iniciação dos estudos secundarios, em um estabelecimento conhecidissimo, gabado por todos, cujos professores as-

sumiam, assim, um ar sobrenatural e eram como figuras lendárias. Com 11 anos de idade, estava eu prestando exames de admissão perante mestres famosos, que iriam decidir da minha sorte. Havia, naquele tempo, da parte dos meninos, não direi um respeito supersticioso, mas, um tanto filial, para com os educadores, sobretudo, quando se começavam os estudos e o ambiente escolar em que se ia viver, ainda não tinha impregnado de sua irreverência e indisciplina os bisonhos neófitos.

Os professores viviam cercados de prestigio social, eram acatados em todos os meios. A posição de lente do Ateneu sempre foi das mais desejadas no Rio Grande do Norte, pela distinção ilustre, que lhe eram inerentes. Os proventos pecuniarios do cargo eram mesquinhos. Sempre foram tratados com avarêsa. Em 1909, percebia Cr\$ 250,00; vinte anos depois. Cr\$ 600,00. Aqui e acolá, com empenhos junto ao governo, apelos, instantes pedidos, — o que afinal de contas, era humilhante para eles e não honrava os governos — conseguiam pequeninas vantagens como a que lhes concedeu o acréscimo de adicionais por tempo de serviço. Quando, em 1927, era eu Deputado à Assembleia Legislativa, apresentei um projeto, em 7 de Outubro, tornando-lhes extensiva a disposição do art. 2º da lei nº 463, de 1º de dezembro de 1919 (gratificação de Cr\$ 100,00 aos que dessem 8 ou mais aulas por semana). Devo dizer que o projeto, convertido na lei nº 655, de 22 de Outubro de 1927, não me aproveitava pessoalmente, pois que eu não dava como catedrático do Ateneu, oito aulas semanais. Desde que ali ingressei como aluno, em 1909, até terminar os preparatórios, em 1916, o Corpo Docente foi assim constituído: — padre José Calazans Pinheiro (latim, grego, geografia e astronomia); Manoel Garcia (matemática); João Tiburcio da Cunha Pinheiro (Português); Abel Juvino Pais Barreto (francês); dr. Moisés

Soares de Araujo, (história universal); Joaquim Inacio Torres, (química); Francisco Gomes Vale Miranda (física e química); dr. Otavio Arantes (matemática); Herculano Ramos (agrimensura); meu Pai, Teódulo Soares Raposo da Camara (matemática); dr. José Augusto Bezerra de Medeiros (geografia, história universal e instrução civica e Direito usual); dr. Nestor Lima (lógica e literatura); dr. Mario Graciano Lira (história natural); Pedro Nunes de Sá (história natural); dr. José Gervasio de Amorim Garcia Junior (desenho); dr. Tertuliano da Costa Pinheiro Filho (inglês). Apenas estão vivos os seis ultimos. Os professores Odilon Garcia e Joaquim Manuel Teixeira de Moura já se tinham aposentado. O dr. Manuel Dantas abandonara o magistério, para se dedicar exclusivamente à advocacia e ao jornalismo. Não era obrigatória a educação física, — salvo nos internatos. Anos mais tarde é que o Ateneu teria o seu primeiro mestre de ginastica — Cristovão Dantas. Canto orfeónico existiu no regime da reforma de Benjamin Constant. O Hino Nacional era desconhecido aos ginasiais — anomalias que se foram corrigindo graças aos grupos escolares, que cuidavam da educação civica da infância. Em 1908, no governo Alberto Maranhão, o seu grande diretor da Instrução Publica — Francisco Pinto de Abreu — lançou uma fundamental reorganização do ensino primario. Desapareceu o ranço dos sistemas coloniaes, e, em seu lugar, se implantavam metodos dignos de nossa cultura. Um sôpro de renovação varria a minha terra, sob uma administração das mais dinâmicas e construtivas que já passaram por ali. Mas, os beneficios desse movimento vivificador quase não chegavam ao Ateneu, por desinteresse do mesmo governo, a cujo toque mágico, as coisas se transformavam, desde o venturoso ano de 1908.

O Padre Calazans era um Diretor que não

parava no Gabinete. Desdobrava-se em uma roda viva, de sala em sala, fiscalizando tudo, reprimindo travessuras, advertindo funcionários desatentos, chamando à ordem alunos retardatários. Os professores já eram faltadores naqueles tempos, não mais do que hoje, quando a sua pouca assiduidade às aulas, desde o Oiapoque ao Chui, é uma das calamidades nacionais. O padre, quando podia, mantinha a turma na sala, e lhe dava uma aula de latim, francês, geografia, história ou português. Só teríamos hora vaga se êle, no momento, estivesse dando suas próprias aulas. Era incansavel, de uma energia alerta e intemorata. Sempre nutrí por esse educador uma sincera estima, sem embargo de seu natural pouco acolhedor, e de suas desavenças com meu Pai, originadas de mal entendidos e intrigas do tempo em que ambos foram diretores, — malquerenças que, afinal, se diluíam na cordialidade do convívio cotidiano, a serviço da mesma nobilitante missão. Mais tarde, sendo eu professor do Ateneu, tive oportunidades de privar de sua convivência e de sentir a consideração, em que me tinha, e que externou na cordial dedicatória de suas notáveis “Lições de Cosmografia”, editadas em 1922. Foi com verdadeiro pesar que, em 1946, lhe fiz o necrológio, no Congresso de Educadores de Belo Horizonte, ao qual compareceram 800 diretores de colégio de todo o Brasil.

O Padre Calazans (faleceu na dignidade de Monsenhor, mas, hei de morrer tratando-o pelo título que se incorporou irrevogavelmente às minhas lembranças) — era combativo e de um ardoroso temperamento político. Nas suas aulas, aproveitava todas as oportunidades para uma crítica, uma censura, um remoque, a propósito de casos políticos ou de desatinos do poder publico. Tinha uma fraquêsia, que meus condiscipulos hão de lhe ter notado: alimentava preconceitos contra judeus e tureos, em-

bora, no Rio Grande do Norte, não houvesse israelitas residentes até pela altura de 1910. Mesmo assim, ele hostilizava, de longe, judeus do Ceará, de Pernambuco, etc. Insurgia-se contra o predomínio do capitalismo sionista. De uma feita, inesperadamente, em uma aula de Corografia do Brasil, desfechou esta pergunta:

— Sr. Coburgo: quem governa o Ceará?

— Dr. Acioli.

— Pois não é, não, redarguiu o padre, naquela voz roufenha. É *Boris Frères e Cia.*

Meu Pai foi nomeado professor do Ateneu em 1907, depois de ter sido funcionário do Tesouro, havendo servido em Areia Branca. Em Mossoró, foi professor do Colégio do paralbano Antonio Gomes de Arruda Barreto, cujo busto ainda não orna nenhuma das praças publicas da minha bela cidade natal. Nos sertões do Rio Grande do Norte, a ação educativa de Antonio Gomes jamais será deslembrada. Depois, pertenceu ao corpo docente do Colegio Diocesano de Santa Luzia, quando dirigido pelo cônego Estêvão Dantas. Sua vocação para o magistério era tão forte que se demitiu do Tesouro. Tinha sido aluno do dr. Pedro Velho em Natal, no "Ginasio Riograndense". Acompanhou o mestre nas suas idéias politicas, filiando-se ao Partido Republicano. É um dos raros sobreviventes dos 114 signatários da ata da fundação do Partido, em 27 de janeiro de 1889.

Sempre viveu com a maior austeridade, para o magistério e para a familia. Sua vida toda se tem passado entre livros, nas cogitações mais elevadas em proveito dos outros. Nascido na abastança, soube enfrentar a adversidade com ânimo forte e espirito de determinação. Escolhendo o magistério, voltou-se voluntariamente á obscuridade e ao ascetismo

da existência dos tipos tradicionais de pedagogos: irremediavelmente modestos e pobres, mas, devorados pela chama interior de um ideal teimoso e soberbo. *“Os pés na terra, os olhos nas estrelas.”*

Aposentado, veio residir no Rio, há dez anos, para se unir aos filhos, já domiciliados aqui. Octogênio sadio, o espirito e o coração não encontram no aconchêgo dos entes caros a ventura e a tranquilidade suspiradas: falta alguma coisa, um tudo-nada imponderável, para lhe completar a serenidade socrática da velhice: é a presença material do Rio Grande do Norte, o contacto das coisas, as paisagens, a gente da longinqua e inesquecível terra natal, cuja nostalgia incessante o persegue e lhe agrava a proverbial taciturnidade. Os seus momentos de maior alegria são marcados pelo encontro com os antigos discipulos de Mossoró, ou de Natal, e que o procuram na sua simples e agasalhadora residência do Meyer. Aderbal França (Danilo), registrando, em Junho de 1937, o embarque de meu Pai para o Rio, assim se expressou na “Republica”: — “Uma das figuras do magistério norte-riograndense, que me acostumei a querer bem e admirar, é o professor Teódulo Camara. Fui seu aluno varias vezes e em varias disciplinas, no Ateneu e nos seus cursos particulares. Pude compreender o seu esforço pessoal numa profissão que tanto tem de nobre quanto de ingrata. Estou no número daqueles, e são muitos, que formaram uma opinião segura das suas grandes virtudes de bondade pessoal. Professor, lecionou durante mais de quarenta anos. Abriu as portas das Academias a centenas de conterrâneos e adventicios, que o procuravam com os livros debaixo do braço e o desejo de vencer a escala dos titulados. Ensinou, com proficiência, português, matemática, linguas e outras matérias.

O “conego Estevão Dantas” honrou a cadeira

de latim, durante anos. Dirigiu o Ateneu em fases difíceis da corrida aos exames de preparatórios. Morigerado, afeito ás soluções paternas, a sua ação de comando se norteava mais pelo coração. Era dotado de cultura clássica invulgar. Ele e João Tiburcio, muitas vêses, sem o perceberem, passavam da conversação portuguesa para a latina, com a naturalidade de dois mestres consagrados do idioma dos romanos. Poetava em latim e só em latim. Padrão de virtudes apostólicas, de uma bondade sedutora, sua morte foi pranteada pela população natalense.

“Moisés Soares” demorou pouco na cátedra. Era advogado e jornalista dos mais justamente festejados. E que orador. Na tribuna êle encantava pela eloquência impetuosa, pela imaginação feliz, pela elevação dos conceitos. Foi um politico dos mais ardorosos, membro do Partido Republicano Federal.

Nunca viu recompensados os seus serviços à sua agremiação partidária. Ninguém mereceu mais que êle uma cadeira na Câmara Federal, em um tempo em que era tão facil se eleger um correligionário. Apesar de pertencer a uma familia influente, cujo chefe era um dos mais prestigiosos “leaders” do Partido Oficial, Moisés sempre se viu vencido pelos intrigantes, que faziam prevalecer a candidatura de verdadeiras nulidades politicas e intellectuais, que passaram pela representação federal, sem dizer a que iam.

As aulas de Moisés Soares causavam uma impressão agradável nos alunos do Curso Geral, pela sua exposição segura, inteligente, a que communicava, não raro, a electricidade de seus arrebatamentos tribunicios, esquecido de que estava em uma sala de aula, e não em uma assembléia politica, no juri, ou em um comicio.

“João Tiburcio” aposentou-se aos 80 anos, e tendo ido passar uma temporada em Panelas, ali faleceu repentinamente, em Junho de 1926. Lecionou exatamente até o fim da vida, desde a Provincia. Conhecia magistralmente latim, português, francês e aritmética. Seu bom humor era absolutamente inesgotável. Não havia estudante que não o prezasse, sobretudo os vadios, pois, no ocaso da vida, João Tiburcio aprovava indistintamente a todos. Lecionava também no Colégio da Imaculada Conceição, onde tratava as alunas como netas. Quando moço, era severo e reprovador e fazia questão de ser rigoroso com os filhos dos poderosos. Devorava continuamente charutos baratos; os dedos e o bigode amarelecidos pelo fumo. Ele não era, a bem dizer, um filólogo. Era, sim um grande conhecedor de gramática, capaz de resolver quaisquer dificuldades, em qualquer instante. Os professores de português de outrora eram doutores em análise lógica... Todo o seu saber se estadeava na análise miúda, no comentario padronizado, ritual, do texto dos LUSIADAS. Não se aferia sua proficiência pela familiaridade com os clássicos, pelo manuseio dos escritores exemplares, pelo bom gosto literario, — mas, pela profundidade gramatical, pelo ajustamento da frase aos cânones convencionais, pela idiosincrasia do galicismo e dos pronomes mal colocados. Há muito quem ridiculize os “professores de gramática”, desdenhados justamente pelos que nunca conseguiram se expressar em uma linguagem escorreita, pelos que não prezam o officio de escrever, porque erram na conjugação dos verbos, claudicam na concordância, atropelam a prosódia, ignoram a formação do plural, do feminino, a ortografia, a derivação — falam e escrevem como rudes iletrados. E justificam todos os desatempos do seu manual de cassange com a alegação de que, em nossos dias, não se admite a escravização a regras filológicas e repudiam os sábios

modélos da bôa linguagem como tabús anacrônicos. O velho João Tiburcio era insuperavel latinista. Traduzia, analisava, interpretava, à primeira vista, qualquer autor clássico, — perfeito, enlevado, erudito. Um rico anedotário, que não era dêsses que se repetem enfadonhamente, todos os dias, amenizava a aspe-rêza de certos trechos encrespados, de aparência impenetravel. Aqui e ali, ele fazia uma observação oportuna, espirituosa, relembrava um episódio pasado em uma banca de exame, havia meio século, causando riso, quebrando a indisposição da classe para enfrentar Vergilio, Cicero ou Horácio. Quando deparava com formas verbais mal soantes, advertia sem perder a compostura: —

— Meninos, em latim ha muitos verbos feios.

E explicava melhor: —

— Isto é, feios em portugûes.

Narrava um incidente provocado pela irreverência de um examinando, que, para armar escandalo, não recuára diante desta estrambólica tradução de Vergilio. “Ecloga” III, 1: —

— “Menalcas — Dic mihi, Damoeta, cujum pecus? an Meliboei?”

— Menalcas — Damiana, de quem são estes meninos? Do padre Fonseca?

O estudante aludía insolitamente aos “afilhados do seu rev.^o examinador”, cuja criada se chamava Damiana, — visados pela malicia dos faladores.

A passagem de Nestor Lima pelo Ateneu foi rápida. Seu campo de ação foi a Escola Normal, que o reclamou definitivamente, pouco tempo depois de sua fundação. Fazia-se notar pela seriedade com que se desincumbia de seus deveres, pelas lições explanadas com escrupuloso método. Sua participação na tarefa educativa não se confinava nas suas classes, não se media burocráticamente pelos 50 minutos,

de aula. Iniciando-se no magistério aos vinte anos bem mostrou sua forte inclinação pelo mistér que dignificou por três décadas, até se jubilar na sua cátedra da Normal. Dentro daquela carateristica circunspecção, que a vida só fez reforçar, Nestor Lima foi um animador dos prélios de intelligencia e de civismo em que se empenhavam os jovens do “Centro Academico”, ao lado de José Augusto e Moisés Soares. A êle é que a Congregação escolheu para falar em seu nome, na festa de colação de grau dos bacharéis em Ciências e Letras, em 1910, no salão nobre do Palacio do Governo.

Nunca foi um professor “popular”, pelo seu ar fechado e austéro. Mas, exerceu com eficiencia o melindroso officio de educar. Dirigiu a Escola Normal por dilatados 13 anos, bem como a Instrução Publica, 5 anos, em vários governos, que entregavam á sua competencia técnica e espirito publico o encargo de melhorar e expandir o sistema de ensino de nossa terra. Pedagogo, historiador e advogado, membro da Academia e presidente perpétuo do Instituto Historico, — pela simples enumeração de tais titulos, qualquer um poderá aferir o mérito deste professor, que eu já conhecia, quando me matriculei no Ateneu, em 1908, moradores, que éramos na sossegada e hoje tão enfeitada rua de S. Tomé.

Inclino-me perante a querida sombra de Manoel Garcia. Fala mansa, mas, ninguem tivesse duvida sobre a capacidade de manter excelente ordem nas suas aulas. Oficial do Exercito, reformou-se muito moço, por motivo da precária saúde. Dedicou-se ao ensino da matemática, no Ateneu, na Escola Normal e em sua pobre casa da avenida Jundiaí, em meio de enorme chácara, que vem sendo loteada pelo progresso urbano. Enfermiço, detestava as cor-

rentes de ar. Uma das cenas que não saém de minha retina é a do professor Garcia transportando-se para o Ateneu, em um pequeno jerico, com o guarda-sol aberto. Deixava a alimária na praça, dava suas aulas e regressava à Cidade Nova. Na quadra dos preparatórios, frequentei sua classe de matemática, no alpendre de sua tebáida. Ouviam as lições proveitosas do explicador, Aderbal França, José Jatobá (falecido), Luiz da Camara Cascudo, Antonio Alves Freire, (eng. civil em S. Paulo), Carlos Filgueira (abandonou o curso de engenharia no 3º ano e seria professor de matemática do Ateneu), Mariano Coelho (médico), Fernando Braga (diplomata), Paulo Benevides, ótimo poeta, falecido há poucos anos. Paulo era de convívio encantador, espirituoso, jovial, bem educado, dono de esplendidas qualidades. Memória prodigiosa, decorava os teorêmas de geometria. Conservava na memória e declamava torrencialmente os primeiros 220 versos da "Eneida", trad. de Odorico Mendes, e duas orações de Cicero, acervo com que fez ato de Latim.

Um lente que foi um verdadeiro guia da mocidade, um reformador do Ateneu, foi "*José Augusto Bezerra de Medeiros*", tipo de educador, a que o meio não estava habituado. Sua presença no venerando estabelecimento de ensino operou mudanças radicais nos hábitos, na vida, na preparação da juventude potiguar para o futuro. Ele chegou ali, logo depois de concluir seu curso juridico, em 1907. Viajou para o Rio. Regressou ao Rio Grande do Norte, para continuar o magistério, lecionando geografia e história. Não era um displicente que fizesse da cátedra uma cabeça de ponte para conquistar situações mais altas. Pelo contrário, afincou-se no exercício do cargo, ia além do dever, porque era uma

fôrça de propulsão, um fator de entusiasmo, naquela atmosfera de estagnação. Regeu a cadeira de Instrução Cívica e Direito Usual. Diretor, em 1911, conseguiu, sem violências, antes com aquele trato lhano e cortês, que é apanágio seu, — restabelecer a ordem no colégio, reconduzir os rebelados ao bom caminho. E' verdade que, vês por outra, applicava severas penalidades a alguns elementos perturbadores, cujo clima era a anarquia. Êle, Nestor Lima e Moisés Soares eram os preceptores mais novos do Ateneu e estavam sempre ao lado dos educandos, em todas as sadias agitações, de que pudesse resultar algum proveito para aqueles espíritos imaturos.

Como professor, exercia fascinação sobre a juventude, pelo brilho mental, pela sua facúndia, pela distinção de suas maneiras. Toda a vida tem sido o intelectual menos pernóstico e o homem menos pedante, possuidor de genuínos sentimentos democráticos, de uma tolerância larga e generosa para com as fraquêsas alheias, de uma bondade verdadeira, que dimâna, espontânea e límpida, do manancial do coração. Da cátedra alçou vôo para as culminâncias políticas: governador, deputado e senador, — havendo-se com intelligencia e honradês.

Ao encerrar esta lembrança daqueles dias felizes, vividos á sombra do carunchoso teto do Ateneu Nortê-Rio-Grandense, dirijo minha saudação aos professores, que incutiram em mim o amor ao estudo, a noção de responsabilidade, o culto das virtudes edificantes, que transformam o adolescente em um cidadão útil à Pátria e á sociedade. Foi levado pela saudade e pela gratidão que penetrei, em Janeiro de 1947, no venerando colégio, por ocasião de minha visita a Natal, depois de mais de 16 anos de afastamento. Em plenas férias, a "*Alma Mater*"

estava deserta. Um silêncio pesado havia por toda a parte, emprestando àquela peregrinação do filho pródigo uma unção religiosa, ao lhe transpôr os umbrais. Acudiram-me as palavras de José de Alencar, na autobiografia: — *“Toda minha vida colegial se desenha no espirito com tão vivas côres, que parecem frêscas de ontem, e, todavia, mais de trinta anos já lhes pairaram sôbre.”*

Eu tinha estado nos suntuosos educandários de Natal, que tanto honram a linda capital potiguar. Sabia que o Ateneu nada tinha que pudesse atestar o desenvolvimento educacional do Estado, durante minha longa ausência. Mas, ali é que se concentrava o meu maior interesse, as mais ternas emoções eu guardava para aquela casa, rica tão só de fulgurantes tradições. Eu ví suas janelas arruinadas, seu aspecto decadente, a penúria e o abandono se refletindo no antiquado equipamento. Numes benfasêjos envolveram o recém-chegado com as efusões de encontro inesperado. Tudo se passou como nos versos de Luiz Guimarães. Emídio Fagundes foi o *“gênio carinhoso e amigo que me tomou as mãos, olhou-me grave e terno e passo a passo, caminhou comigo”*. Velho funcionário, êle vem dos meus dias de professor e é um cidadão de temperamento exuberante e afetuoso, a cabeça alva, o fisico ainda vigoroso, apesar dos seus oitenta janeiros. Percorremos todas as salas.

“Era esta a sala... (Ó se me lembro e quanto...)”

Sentí que mentalmente me reapossei daquele reino de sonho, em que vivi na juventude e de cujo influxo benéfico jamais me pude libertar, não obstante a nossa dilatada separação no tempo e no espaço.

*“Uma ilusão gemia em cada canto,
Chorava em cada canto uma saudade...”*

Quando me retirei, minhas reservas morais estavam aumentadas. Não esqueci o "beau vieux temps jadis". Não bebi das águas do Létes. A vasta colmeia vazia foi ficando para trás. Volvi olhar cheio de suavidade, e, silenciosamente, prestei um tributo à memória dos mestres, que se sacrificaram por minha geração, em uma existência obscura e sem recompensas materiais.

Voltei-me para os mortos, professores e colegas, abençoei seus nomes e os enlacei a todos no mesmo amplexo de saudade e veneração.

Rio de Janeiro, 1947.

Á gloria de Augusto Severo

Na sessão solene do Instituto
Historico, a 12 maio 1952, celebran-
do o 50º aniversario do seu martirio.

Meus senhores; minhas senhoras :

I: — Sevêro é um simbolo. Porque foi um predestinado da Gloria.

Porque ele foi um idealista, na melhor accepção do termo.

Porque ele foi um abnegado, como não é possivel imaginar mais completo.

Porque ele era um altruista, consoante a designação do seu invento, «PAX».

Porque foi martir da sua obsessão altruista e benemerita.

Porque ele era bom, compassivo, humano e caritativo, como poucos teem sido na terra.

Por tudo isto e mais por outras causas e motivos pessoaes, que hoje evocâmos, no transcurso do cincoentenario da sua glorificação, Severo é, para nós, seus coestadanos, que lhe venerâmos a memoria iluminada, um perfeito e acabado simbólo de HOMEM, do cidadão e do pioneiro do progresso moral da humanidade.

Passou pela terra, fazendo o bem, di-lo-iam os operarios do Arsenal de Marinha, no Rio; afirmava-o a colonia potiguar no Rio, ao seu tempo de deputado federal, com a qual compartia os seus subsidios a ponto de privar-se do essencial á sua subsistencia e a dos seus entes muito amados.

Criou, porém, um balão; a principio, na Varzea do Cunhaú, onde empinava um papagaio simples, como todo o menino do interior; mais tarde, era um papagaio monstro, o «Albatroz», que ele tentava faser subir aos ceus do Natal, quando passeava pelos mórros adjacentes com a juventude do Ginasio Rio-Grandense, que seu irmão Pedro Velho fundára e dirigia; depois, homem feito, engendrou o «Bartolomeu de Gusmão», no Realengo, em 1894, o qual não passou de mera tentativa malograda, ainda; em 1902 em Paris, recorria á moderna industria para com material adequado ao «mais pesado que o ar», construir aquela «maravilha de mecanica», que era o dirigivel «Pax», seu mais caro invento e sua propria ruina e perdição.

Realisou o sonho de toda a sua vida e com ele encerrou gloriosamente a sua trajetoria na terra.

Engendrára, aparelhára e fisera subir aos luminosos ceos da «Ville Lumière», um balão semirigido e dirigivel, que facilmente lhe obedecia ao comando supremo, manobrou-o sere-

namente, corveteou, naquela manhã brumosa de 12 de maio de 1902, sob a extupefação dos parisienses e brasileiros, que haviam madrugado, a sua maquina aérea, que cingrou galante e soberba, em direção a Issy-les-Molineaux, onde se deu o desastre, que vitimou o timoneiro ousado e imortal, e o seu auxiliar devotado George Sacht.

Mas, senhores e senhoras, o exemplo ficou, germinou e frutificou na conquista do ar.

Outros mais felizes seguiram-lhe a trajetória indicada nas experiencias do «PAX», copiaram-lhe o modelo, aperfeiçoaram a formação semi-rígida e patentearam ao mundo, boquiaberto e deslumbrado, que ele tinha razão e a sua criação estava justificada e aprovada.

Vimos evoluir sobre Natal o maravilhoso «Graf-Zepelin», jogar-lhe aos pés da estátua a corôa votiva do triunfo, que nós aqui guardamos avaramente; proclamar ao mundo inteiro a gloria do aeronauta patricio: Que melhor consagração?

II — Augusto Severo de Albuquerque Maranhão era descendente de paes pernambucanos e paraibanos, mas, em 1864, nasceu nos áres balsâmicos da povoação do Coité, depois, Macaiba, nas varseas amenas do Jundiaí. Aí, decorreu-lhe a infancia e parte da mocidade, trabalhando no commercio; veio a Natal, estudou humanidades; matriculou-se em Engenharia, no

Rio, mas, não concluiu o curso. Ensinou ao lado do irmão Pedro Velho, no «Ginasio Rio-Grandense», de que restam ainda alunos que o recordam e venéram; professor do Ateneu, conviveu com a mocidade, animando-a e esclarecendo-a.

Mas, veio a arrancada republicana de 1889 e, mau grado o seu idealismo, penetrou os humbraes da politica, em que se galardoavam a sua familia e os seus contemporaneos. Deputado estadual e, logo a seguir, deputado federal, teve ensejo de demonstrar a sua capacidade e a sua intelligencia, em varias oportunidades, como representante legitimo do povo potiguar, que o estimava e tanto nele confiava.

Eu me lembro da sua ultima vinda a Natal, 1901; homem bonito, fórte, estatura além de média, rosto picado pelas marcas da variola, cabeleira ampla tirada para trás, garboso na marcha, franco no riso, afavel no trato, via-o passar na «A Republica», onde eu era operario, parar entre os que a faziam, Manoel Dantas, Antonio de Souza, Augusto Leite, José Pinto, contar anedotas, reviver fatos, trocar idéias, sempre pontilhadas do sal da terra...

Sabia-se que tinha vindo angariar recursos, entre os parentes, para a sua sonhada experiencia dos balões; não sei si os conseguiu, o fato é que, logo depois de voltar ao Rio, seguiu para Paris, onde tentava a construção do seu dirigivel, no campo de Longschamp, sob a ajú-

da de Sachet, seu mecanico, seu auxiliar e seu companheiro na morte.

Naquela manhã serena de maio, quando eu fasia a noticia de sua experiencia preliminar coroada de pleno exito e a noticia alegrava todos os bons norte-rio-grandenses, eis que, de repente, ressoa pela casa da imprensa a tenebrosa fatalidade: Severo morrêra por causa do incendio do «Pax», em pleno vôo.

Foi aterradora a impressão, ninguem se entendia, parecia um máu sonho; mas, veio a certêsa, a confirmação, que, espalhada pelo Brasil em pêso, causou imenso dô.

Seguiram-se-lhe os pormenores: Severo caíra de pê, os ossos dos membros inferiores tinham atravessado a sóla dos sapatos; salvaram-se restos do balão e as bandeiras, que nós guardamos aqui.

A Cidade encheu-se de magua, os lampões de kerosene espalhados nas ruas cobriram-se de crépe; os sinos dobravam dolentemente; tudo era magua, tristêsa, desolação.

A familia, aqui residente, recebia de todos os ângulos do Brasil torrentes de mensagens funebres; o Governo, que outro irmão exercia, Alberto Maranhão decretou luto, exéquias, demonstrações publicas de profundo pesar.

Assistí tudo isto, ví todas as manifestações, li todos os telegramas, sobresaindo o de Pedro Avelino, a caminho de Paris: «Abatido pela fatalidade, sou irmão na dor.»

O Instituto Historico, fundado 44 dias antes, irmanou-se na tristêsa, prestou honras ao martir da aeronáutica; cobriu-se de luto; inaugurou-lhe um belo retrato a óleo que vemos no alto destas parêdes venerandas. Instituiu-se o culto civico de Sevêro, que passou a integrar a triade imortal dos nossos patrões: Camarão, Miguelinho, Sevêro.

Não lhe regateâmos homenagens, a todos os instantes e em todos os lugares. Ha 9 anos, neste mesmo dia, celebrávamos uma sessão magna no Teatro «Carlos Gomes», às 20 horas, na qual foi orador o seu dilêto irmão Alberto Maranhão, que dissertou brilhantemente sobre a criação de Severo e os problemas da navegação aérea, que ele havia resolvido com o seu invento.

Ainda ha poucos dias, no transcurso do cincoentenario do Instituto Historico, proclamâmos aqui a gloria de Sevêro,

III — Ha, nesta casa da memoria, o culto de Sevêro: domina-lhes a sala principal, em que nos reunimos, um lindo óleo, em que ele aparece em toda a pujança da sua mocidade.

Possuímos as bandeiras chamuscadas que tremulavam no «PAX», no instante fatal; temos as licenças que ele concedia para o «Campo de experiencias, onde se construira o «PAX»; ganhâmos um panfleto, que ele atirava do balão no qual escrevêra — «O Brasil saúda a França

de bordo do dirigível «PAX»; estavam entrecruzadas as bandeiras do Brasil e da França. Devemo-las ao saudoso José Julio Pereira de Medeiros.

Existem lembranças dele em toda esta Casa, não que ele em vida lhe pertencesse, mas, porque, com a morte gloriosa em Paris, Sévéro excedeu-se a todos os patricios da gléba, ou mesmo, de todo o País, sacrificando-se ao sonho de sua existencia e morrendo pelo seu ideal.

Merece, pois, dos seus coestadanos, do nosso Instituto, do Estado inteiro e, quiçá, do Brasil, as homenagens e os tribútos que, nesta data imorredora, lhe consagrâmos, como exaltação do mais acendrado culto civico, a que tem jús, por seu talento, sua invenção, seu martirio e sua gloria.

Entre as recordações mais vivas da época em que morreu Sévéro, no seu maravilhoso «PAX», avulta uma que é de dramatica emotividade.

Contavam os seus íntimos que, ás vésperas da experiencia definitiva, ele sonhára, certa noite, com sua propria Mãe, que, de dentro dos tumulos do Cemiterio de Mont-marte, em Paris, lhe acenava adeuses e o chamava para perto de si.

Amanheceu perturbado, triste e impressionado, contou o acontecido, mas, não lhe evitou a realisação; estava comprometido com a popu-

lação parisiense, marcada a data e hora da experiência; ansiava por cumprir o seu grande desejo: teria de ir.

E foi... Morreu em plena gloria, quando deslisava altaneiro em demanda de Issy-les-Moulineaux...

Ali, por perto, estaria o cemitério, que em sonho devisára e a sombra maternal, que o atraíra para o eterno descanso!...

Quem haveria de crêr que seria aquela a dura realidade? Quem poderia supôr que, naquele sonho, havia o prenúncio certo e inexorável da sorte que o aguardava?

Mas, ele não se intimidou e, sobranceiro e varonil, enfrentou a morte aos 38 anos, com a coragem dos herôes, a convicção dos mártires, a grandêsa dos justos.

A lição do Nazareno serviu-lhe de pali-núro; caiu de pé, por amor do seu ideal.

E a meiga epopéa de Jerusalém, repetiu-se nos céus da França amada, num pedestal de nuvens, que só o genio lobrigára como proprio e adequado para a sua predestinação terrena.

Gloria ao imortal Sevéro, honra do Brasil, luseiro da Humanidade!...

IV — Na data em que se celebra o cincoentenário da morte gloriosa de Augusto Sevéro, cabe exatamente ao Instituto Historico,

onde ele é patrono, a procedencia nas homilias, e na consagração, a que ele tem direito, por sua vida e por sua morte, na terra que o viu nascer e da gente que ele tanto amava e enaltecia.

Nascido e criado neste ambiente, oriundo de familia adaptada ás contingencias da terra e da gente, em cujo seio evoluiu, formou-se-lhe o carater e a personalidade se lhe destacou, como um imperativo da gléba e do nobre povo norte-rio-grandense.

Daqui, partiu ele para a sua trajetoria em Paris, aqui obteve ele, talvêz, os mais seguros estimulos, para a sua difficil ascensão, aqui deveria ele pairar, si outros fossem os recursos tecnicos do ambiente, para projetar e realizar o feito magnifico, em que se glorificou, sacrificando-se.

Honrando-lhe a augusta memoria, venerando-lhe a efigie e as suas reminiscencias, que guardâmos com afetiva recordação, estamos certos de que lhe rendemos os preitos da nossa admiração, as homenagens de que se fêz credor, por suas virtudes, seu genio e sua capacidade criadora.

Salve! Sevêro, Simbolo do dever, predileto da Gloria!

12-5-1952.

NESTOR LIMA

Reminiscencias do Congresso Nacional

JOSÉ AUGUSTO

(Socio efetivo e benemerito)

PINHEIRO MACHADO

Aos cinco anos de idade, em 1889, iniciei a minha aprendizagem escolar. Foi minha mãe que me pôs nas mãos a carta do A. B. C., de Landelino Rocha. O que é certo é que, por volta de 1892, já eu lia corretamente e lia bem.

Havia então, na pequena cidade seridoense de Caicó, em que nasci e residia, um juiz de direito, homem de marcante situação social e de boas letras, o Dr. José Perigrino de Araujo, depois Desembargador na Relação da Paraíba, Deputado Federal e Governador d'aquela Estado, que assinava um jornal do Rio de Janeiro, "O Pais", órgão genuinamente republicano, dirigido por Quintino Bocaiuva, o principe dos jornalistas brasileiros.

O jornal chegava a Caicó com quase trinta dias de atraso, e o juiz Peregrino não se limitava a lê-lo, trazia-o para a roda que se formava tôdas as tardes na calçada em frente à residência de meu avô, José Bernardo de Medeiros, chefe incontestado não só do seu município, mas de toda a região seridoense, antigo político liberal e, na primeira eleição republicana, escolhido Senador Federal. Era eu, naquelas ocasiões, retirado dos meus folguedos de criança para ler no grupo em tertúlia os artigos prin-

cipais de Quintino Bocaiuva e as noticias politicas mais importantes. Alguns desses artigos, apesar de decorridos quase sessenta annos, ainda me ressoam aos ouvidos, e muito do que neles se continha se gravou indelevelmente no meu subconciente e serviu de base à minha formação politica. Junte-se a isso a tradição da minha familia que dera, desde os tempos coloniais, dirigentes ao Rio Grande do Norte, o Capitão Mor Manuel de Medeiros Rocha, membro da primeira junta que governou o Rio Grande do Norte, antes de sua independência, Tomás de Araujo Pereira, meu quarto avô, que foi em 1923 o Primeiro Presidente da Provincia recém-criada, o meu tio trisavô, Padre Brito Guerra, Senador do Império, meu avô materno José Bernardo de Medeiros, Senador da Republica, Silvino Bezerra, meu avô paterno, por vezes, Vice-Presidente de Provincia, na Monarquia, e Vice-Governador do Estado, nos primeiros dias da República, e ter-se-á a explicação de como deveria eu enveredar necessariamente pelos caminhos da vida politica.

Em 1897, vim estudar preparatórios em Natal e residir em casa de meu tio, Dr. Manoel Dantas, Diretor da "Republica", órgão do Partido Republicano Federal. Meu avô, José Bernardo, então no Rio de Janeiro, no desempenho do seu mandato legislativo, mandava-me semanalmente jornais, notadamente "O Pais", como que me convocando a não abandonar a trilha seguida por tantos dos meus antepassados.

Lia avidamente esses jornais e começava a impressionar-me fundamente com certos acontecimentos e determinados vultos. Desaparecidos Deodoro, Floriano, Benjamin Constant, surgiam dominadores, aos meus olhos, Prudente, Campos Sales, Rodrigues Alves, Quintino Bocaiuva, Ruy Barbosa, Manoel Victorino, Glicério, Bernardino de Campos, Castilhos,

Lauro Sodré, Rangel Pestana, Rosa e Silva, Benedito Leite, Vicente Machado, Nilo Peçanha, Pedro Velho, não sei quantos outros.

Dá-se a cisão do Partido Republicano Federal e Glicério, até então o general das 21 Brigadas, as 21 bañcadas dos Estados, passa a chefiar uma opposição não muito numerosa, mas, aguerrida e formada por gente de melhor quilate intellectual e moral.

Meu avô fica com Glicério contra Prudente. A campanha de Canudos explode e serve de pretexto a acirrados debates parlamentares e jornalisticos. Já um pouco antes, a guerra civil talára as coxilhas gaúchas.

Nos meios políticos e por entre tantos vultos de marcada situação combativa, começava a projetar-se uma figura de relêvo: Pinheiro Machado, Senador pelo Rio Grande do Sul.

Aproxima-se a sucessão presidencial e surge nas consciências republicanas, sobretudo nos meios acadêmicos, uma chapa revolucionária no sentido de renovadora — Julio de Castilhos-Lauro Sodré. As hostes governistas formam em tórno de outros nomes — Campos Sales-Rosa e Silva, o primeiro republicano histórico e o segundo, vindo da monarquia, representando o pensamento conservador.

A opposição começa a enfraquecer-se e a fracionar-se, mas resolve comparecer às urnas com a chapa Lauro Sodré-Fernando Lobo. Novas defecções no campo oposicionista. Afinal, a 1º de Março de 1898, apenas em 2 Estados, Paraná, com Vicente Machado, e Rio Grande do Norte, com Pedro Velho, os candidatos Sodré-Lobo conseguem vencer os seus competidores.

Campos Sales vai para o governo, procura conciliar as forças políticas para poder realizar o seu programa que tinha como base o saneamento das finanças públicas, e entrega a liderança do Senado

a Vicente Machado, cerca Pedro Velho de consideração e prestígio, estreita relações com outros chefes, até então oposicionistas, entre eles Pinheiro Machado.

Faz a politica dos governadores, o que satisfaz Pinheiro Machado, no seu Rio Grande do Sul. Em pouco tempo, Pinheiro era a figura central da politica nacional. Não era um orador, não tinha grande cultura, mas dispunha de qualidades essenciaes ao homem público: firmeza, lealdade, decisão, direitura, correção. Era um carater e o carater é o que é imprescindivel a um coudutor de homens, a um chefe.

O seu trato era afavel, o seu convivio agradavel, a sua lealdade para com os amigos nunca foi posta em dúvida, mas a sua palavra era franca e decidida. Deles dissentia sempre que os supunha fora do bom caminho, ou alheiado das boas causas.

Tendo vindo para a Câmara Federal em 1915, justamente no ano em que Pinheiro Machado tombaria sob o punhal assassino, dele poucas vezes pude aproximar-me. Mesmo assim, presenciei episódios em que pude verificar como o valoroso chefe republicano falava claro aos seus amigos e sabia contrariá-los, quando não estavam com a razão.

Um desses episódios refere-se às eleições de Pernambuco. A opposição elegera três deputados: João Elisio, pelo 1º distrito, Estácio Coimbra, pelo segundo, e Julio de Melo, pelo terceiro. Entre os candidatos derrotados havia Gonçalves Ferreira, grande tradição da politica pernambucana, ex-Ministro de Estado, ex-Senador Federal, ex-governador, professor de direito, homem de alta significação.

Eu estava presente quando amigos (claro está que sem a ciência de Gonçalves Ferreira), procuram Pinheiro Machado para influir no reconhecimento de Gonçalves Ferreira, o que implicaria na depuração de João Elisio.

A resposta de Pinheiro foi imediata e incisiva: o Ferreira tudo me merece e pena é que Pernambuco não lhe haja conferido o mandato, a que faz jus, mas não posso influir para excluir o João Elísio que, na hora difícil por que o Partido passou, foi o mais combativo dos nossos companheiros, o que maior assistência prestou aos amigos perseguidos.

O episódio denota como Pinheiro sabia dar valor ao esforço e à dedicação dos seus conselheiros.

Outro episódio: uma bela noite, fomos ao Morro da Graça, Ramos Caiado, Pedro Mariani e eu. Ramos Caiado e eu estávamos já reconhecidos Deputados, pois nossas eleições não haviam sido contestadas. Pedro Mariani não estava diplomado e pleiteava o reconhecimento entre muitos outros candidatos baianos. Falou ao chefe e pediu-lhe que amparasse a sua causa.

Pinheiro Machado respondeu afetuosa, mas incisivamente: "Nada posso fazer, a sua eleição não tem por onde se lhe pegue, volte para a Bahia e daqui a três anos traga melhores eleições". Era com essa clareza que ele falava aos companheiros e não os enchia de promessas incumpríveis.

Um terceiro episódio: eleições do Espírito Santo. Diplomados os quatro candidatos situacionistas, Jerônimo Monteiro, Paulo de Melo, Dioclécio Borges, Ubaldo Ramallete. A oposição, dividida, tivera dois candidatos: Torquato Moreira e Muniz Freire. Relator das eleições: Juvenal Lamartine, deputado pelo Rio Grande do Norte. À noite, na residência de Pinheiro Machado, a que compareciam assiduamente os seus companheiros e correligionários, Pinheiro diz a Lamartine em minha presença: "Lamartine, o reconhecimento de poderes na Câmara corre por conta de Antonio Carlos e eu nada tenho com ele, mas quero fazer-lhe um pedido. Veja o que pode fazer pelo Muniz. Não esqueça que foi o chefe da

propaganda republicana no Espírito Santo, seu primeiro governador, seu representante na Câmara e no Senado e é uma reliquia daquele Estado". No dia seguinte, estava eu na residência de Lamartine, quando chega Muniz Freire, que vem sondar o meu companheiro de bancada sôbre as possibilidades de um parecer que lhe fosse favoravel, concluindo por mostrar-se receioso da boa vontade do relator, que era sabidamente *pinheirista*, e ele Muniz, o chefe da campanha civilista no seu Estado.

Lamartine dá-me a palavra para que eu refira ao chefe capichaba o que ocorrera na véspera no Morro da Graça. O episódio revela uma outra face da personalidade de Pinheiro: a sua ternura, o carinho pelos companheiros da propaganda republicana e o seu amor pela República.

Certo, a Republica para ele era mais uma questão de forma ou das personalidades que a encarnaram na propaganda do que de substância, e daí a sua colaboração na política dos governadores e em não sei quantos reconhecimentos de poderes feitos á margem das atas eleitorais ou em desacôrdo com elas. Mas é inegavel o seu ardoroso entusiasmo pela causa republicana tal como na sua época se entendia no Brasil, formalística, personalista.

Meu avô materno fôra, por 17 anos a fio, colega no Senado de Pinheiro Machado e um dos seus mais fiéis e devotados amigos. Daí a acolhida generosa que me fez Pinheiro quando em 1915 vim como Deputado pelo Rio Grande do Norte.

No dia de sua morte, recebi pela manhã, por intermedio de Joaquim Freire, um convite para jantar no morro da Graça. Para lá me dirigia na hora aprazada, quando, na Galerio Cruzeiro, um vendedor de jornais passou anunciando o jornal "A Rua" em que se lia em negrita "Um estudante pernambucano acaba de assassinar o General Pinheiro Ma-

chado, ao penetrar no Hotel dos estrangeiros”. Nesse interim, aproxima-se Alberto Maranhão, que seria meu companheiro no jantar, e, consternados, seguimos os dois para o Morro da Graça, onde chegamos na mesma hora em que também ali chegava o cadaver do grande e valoroso chefe.

Muito se tem dito e escrito sôbre Pinheiro Machado. A sua personalidade varonil tem sido apreciada e discutida, por uns para combatê-la, por outros para louvá-la.

Teria sido benéfica ou negativa a sua ação de homem público? O imenso prestígio de que dispôs, durante muitos anos, na condução da vida republicana do Brasil, embora jamais houvesse exercido qualquer função executiva, foi sempre posta a serviço das instituições, ou, ao contrário, serviu para adulterá-las e contraditá-las?

Só a História, serena e imparcial, feita pelos que não foram seus contemporâneos e não participaram das paixões da época, poderá dar o julgamento definitivo.

De mim, tenho que foi um grande, um nobre, um varonil carater, posto ininterruptamente a serviço de um ideal — o ideal republicano a que ele serviu com patriotismo, embora com os defeitos e pelos processos de sua época.

Uma coisa, porém, desde já é possível afirmar: é que jamais pôs a sua palavra e a sua ação senão para o bem dos outros, dos seus amigos, do seu Partido, desambicioso de posições e honorarias, na prática incessante de uma politica em que ele só apreciava para tomar as posições mais arriscadas, enfrentando sempre, corajoso, bravo, intrépido, as ondas revoltas das borrascas partidarias.

LAURO SODRÉ

A mocidade que frequentava a Faculdade de

Direito de Recife nos meus tempos de academico (1901 a 1905) não cuidava de esportes, não pertencia ainda aos clubes de *foot-ball*, *basket-ball* ou *volley-ball*, que não sei mesmo se por ali já existiam.

As nossas preocupações eram de ordem intelectual e política e porisso nos agremiavamos em associações literárias ou em centros de propaganda política.

Cada um de nós aspirava ser no futuro um Ruy Barbosa, um Julio de Castilhos, um Machado de Assis, um Olavo Bilac, um Silvio Romero, um grande político, um grande homem de letras ou de pensamento, romancista, poeta, filósofo.

A maioria propendia para a política. O fato explica-se facilmente, tendo-se em vista que estávamos então no mais agudo da fase em que se haviam implantado em muitos Estados do Brasil as chamadas oligarquias, os governos de família, o que feria e magoava os pendores íntimos da geração que se preparava para a vida pública, tôda ela imbuida do sentimento de revolta contra as deturpações e fealdades do regime e desejosa de uma salutar renovação. De resto, essa é por tôda parte a característica da gente moça.

Os acontecimentos políticos marcantes da época repercutiam imediatamente no nosso meio estudantil. Recordo-me de que surgiu então o caso do Acre, formando-se na Capital da República uma corrente, alimentada pela imprensa, a acusar o governo da Republica de que estava sacrificando os interesses do Brasil, negociando a respeito um acôrdo em desarmonia com os nossos direitos e até ferindo os nossos melindres patrióticos.

Foi o quanto bastou para que em Recife fossemos para a praça pública, em *meeting* ruidoso, arrastando para a tribuna os nossos mais inflamados oradores e até um dos nossos mestres, José Vi-

cente Vieira de Vasconcelos, orador de grandes recursos, para lavar o nosso protesto contra a atitude do governo da República, notadamente do Ministro do Exterior, por nós acusado dos piores atos de lesa-patriotismo.

Tinhamos o nosso idolo político na figura de Lauro Sodré, cuja pureza republicana nos empolgava.

Lauro Sodré havia sido, no começo da República, o único governador do Estado que se rebelara e protestara contra o golpe de Estado de Deodoro da Fonseca quando dissolveu o Congresso Nacional, e, no momento, representava e chefiava a corrente revisionista, que pleiteava remodelar a Constituição Federal dela retirando tudo quanto a prática revelara ser incompatível com os ideais republicanos.

Por volta de 1903 (tinha então 19 anos de idade) fiz a minha estréia de jornalista, escrevendo para "A Republica", de Natal, uma série de artigos sobre o assunto, sustentando a necessidade da revisão e procurando mostrar como a nossa Carta constitucional estava em desarmonia com as nossas tradições e o nosso modo de ser como nação.

Essa minha primeira incursão pelo jornalismo, reflexo em boa parte do meu entusiasmo por Lauro Sodré, aos meus olhos representando naquele momento o mais perfeito ideal republicano, valeu-me uma discussão com o "Diario de Natal", sob a direção de um veterano da imprensa potiguar, Elias Souto, que não compreendia o meu reformismo desde que me mantinha eu dentro dos moldes principais do documento que procurava rever. E' que eu me conservava federalista e o velho jornalista conterrâneo só compreendia uma revisão para o retorno ao unitarismo.

Em 1905, agitou-se o problema da sucessão presidencial, e nós, os acadêmicos de Recife, entendemos de participar da campanha.

Estava eu no último ano do meu curso, havia sido eleito orador da minha turma de bacharelados, e era assim um dos *líderes* da mocidade acadêmica.

O nosso candidato só podia ser Lauro Sodré, o nosso fanal, o nosso idolo, aos nossos olhos o único político de cujo amor pela República não havia como suspeitar, tais e tantas eram as demonstrações e provas de que era imutável a sua fé, *fides imutata*.

E assim, após não sei quantas reuniões nas quais falávamos como se de nós dependesse decidir dos destinos da república, fizemo-lo o candidato à sucessão de Rodrigues Alves, pela quase unanimidade de votos dos moços que formavam então o corpo discente da nossa Faculdade.

Fui incumbido de redigir o nosso manifesto que trouxe no dia seguinte ao da nossa assembléa, logo aceito e assinado com ligeiras modificações de redação, sugeridas creio que por Orris Soares.

Era um documento pouco extenso, no qual eu considerava a revisão constitucional como a carta de alforria da nossa República do jugo dos falsos democratas, e apontava Lauro Sodré como o único homem capaz de realizá-la, terminando por dizer que se tratava do “maior dos homens honestos e o mais honesto dos grandes homens da nossa Pátria”, repetindo um conceito referente a George Washington formulado pelo maior dos seus biógrafos.

À minha assinatura no manifesto seguiam-se as de João Barreto de Menezes, filho de Tobias Barreto e grande tribuno popular, Trajano Chacon, depois assassinado em Recife por motivos políticos. Augusto dos Anjos, Carneiro Leão, Orris Soares, Frederico Castelo Branco Clark, João Suassuna, José Duarte, Leonardo Smith, não sei quantos mais.

Esse manifesto foi o meu primeiro ato na vida pública. Como se vê, comecei por onde os outros

costumam acabar: dirigindo-me à nação, isso quando pouco passava dos vinte anos de idade.

Terminado o meu curso acadêmico, ingressei na vida prática, pelas portas do ensino, da advocacia, da magistratura, o que tudo abandonei em 1913, quando me demitti do juizado de direito de Caicó, para entrar em prélio partidário a eleição de Ferreira Chaves para o governo do meu Estado. Em dois anos fui chefe de policia, deputado estadual, deputado á Assembléia Constituinte, Secretário Geral do Estado, cargos em cada um dos quais permaneci apenas por alguns meses. Em 1915, fui eleito deputado Federal e no Congresso Nacional encontrei Lauro Sodré representando o seu Pará no Senado Federal, a que também passei a pertencer em 1928.

Tive, assim, a honra de figurar na Alta Câmara do país, ao lado daquele que fora na minha vida acadêmica a mais cara esperança de patriota, direi melhor a esperança de tôda a mocidade brasileira daquela época.

Lauro Sodré envelhecêra, mas continuava a acreditar sem hesitações no incessante aperfeiçoamento das instituições republicanas.

JOÃO SIMPLICIO

Em 1907, fui pelo Ministro Tavares de Lira nomeado fiscal do governo federal junto ao Colégio Abilio, que então funcionava à Praia de Botafogo, e era dirigido pelo Dr. Joaquim Abilio Borges, filho do Barão de Macaúbas. Tive de mudar-me do Rio Grande do Norte para a Capital da Republica, e fui residir á rua Fialho, que liga a rua de Santo Amaro à rua Benjamim Constant. Como se sabe, nesta última rua está localizado o Templo positivista, no

qual Teixeira Mendes falava aos discipulos de Augusto Comte, então, bem numerosos no Brasil.

Passei a frequentar as preleções domingueiras do grande brasileiro, cuja fidelidade ás doutrinas do filósofo francês era integral e irrestrita e cuja erudição era realmente extraordinária.

As minhas noções de positivismo eram naquela época muito escassas. Como estudante ginásial, em Natal, ou de preparatórios como se dizia naqueles tempos, ouvira eu dois fiéis que por lá passaram algum tempo em missão funcional: o Capitão, depois General Gomes de Castro, servindo na guarnição federal, e o Engenheiro José de Berredo, das obras do Porto, ambos ortodoxamente positivistas a pregar a doutrina em conferencias, em artigos de jornais e até nas simples palestras.

Mais tarde, por volta de 1901, na Faculdade de Direito do Recife, voltei a tomar conhecimento mais desenvolvido da doutrina, assistindo meu professor de filosofia do direito, Virgínio Marques a prelecionar sôbre a lei dos três estados, um dos pontos capitais do credo comteano. Mas as lições de Teixeira Mendes é que me deixaram mais funda impressão e me deram um certo lastro para determinadas orientações, mesmo na vida pública.

Uma dessas influências foi a referente a ampla liberdade profissional independentemente dos diplomas officiais.

No meu discurso de estréia na Câmara dos Deputados, em 1915, defendi com os argumentos que se me afiguravam irrespondíveis a tese de que o privilégio do diploma era impecilho insuperável à boa organização do ensino, de vez que determina praticamente que a mocidade vai para as escolas não para buscar o saber, com o qual poderá vencer nas atividades a que pretende dedicar-se, mas

o diploma privilegiado que afaste o concorrente, menos preparado que não tenha podido obtê-lo.

A bancada gaúcha, em sua maioria, era naquele tempo inclinada para as idéias de Comte, e alguns dos seus membros, Ildefonso Pinto, Joaquim Luiz Osorio, Simões Lopes, assistiram a minha explanação e por vezes, intervieram para aplaudí-la.

Explica-se assim, por essa identidade de orientação filosófica a minha aproximação com os meus colegas do Rio Grande do Sul representantes do partido de Julio de Castilhos, a principio, a Borges de Medeiros depois, sabidamente dois chefes formados na escola comteana.

Privei com alguns dêsses deputados gauchos, de um dos quais, João Simplicio, passei com o tempo a ser amigo de maior intimidade, visitando-nos, por muitos anos, diáriamente na Avenida Melo Mattos, em que ambos tínhamos residência.

Simplicio era oficial superior de engenharia do Exército, havia sido discipulo, na Escola Militar, de Benjamin Constant, e um dos fundadores no Rio Grande do Sul, da sua famosa escola de Engenharia, que, pelos vários institutos que estavam espalhados pelo interior daquele Estado, se transformava aos poucos em uma verdadeira Universidade do Trabalho.

Mais do que pelas minhas idéias sôbre liberdade profissional, Simplicio se aproximara de mim pelo nosso entusiasmo comum em prol do ensino profissional e técnico.

Em um dos meus trabalhos parlamentares (um parecer na Comissão de Instrução Pública em 1920), abordei largamente o problema para sustentar que a situação de inferioridade econômica, em que se debatia o país, em confronto com outros de menos população, decorria da ausência de uma educação adequada de uma formação profissional, que nos ha-

bilitasse a tirar de nossa terra e dos elementos fartos que ela oferece as riquezas que ela encerra.

E apelava para os nossos dirigentes no sentido de aceitarem a lição universal e tratarem de disseminar por todos os meios, pela ação coordenada de tôdas as forças sociais, pelos poderes públicos federais, estaduais ou municipais, pela iniciativa privada, o ensino profissional de todos os graus agrícola, comercial ou industrial. Desde então, passamos a colaborar, João Simplicio e eu, em tudo que se referia na Câmara ao ensino profissional.

Cabe acentuar que Simplicio raramente frequentava a tribuna, mas a sua ação era das Comissões a que pertencia, ou de cujos membros mais prestigiosos se acercava nas horas oportunas para obter auxilio e contribuições para a sua Escola de Engenharia, da qual foi por muitos anos o maior animador, o mais forte sustentáculo.

Relembrando a figura de João Simplicio, na sua simplicidade, na sua modestia, poucas vezes aparecendo para as justas oratórias, mas sempre presente, pertinaz e eficiente na sua ação em prol de um grande problema brasileiro — o da educação profissional, de que foi um precursor benemerito, fico a considerar que, mesmo nos parlamentos, os homens públicos mais úteis não são os que mais falam e mais se exibem, porém, os que em busca de ideais elevados sabem agir com oportunidade e com acêrto.

AFRANIO DE MELLO FRANCO

Ao ingressar na Câmara Federal, em 1915, como deputado pelo Estado do Rio Grande do Norte, minha terra natal, já era frequente a afirmação de que o parlamento nacional estava em decadência, perdendo-se no passado a época em que a tribuna sele-

cionara para o trato das coisas públicas, para a direção da vida nacional, uma plêiade de homem ilustres, rigorosamente de elite.

Estes haviam surgido principalmente na fase monárquica, no segundo império, quando, por virtude inerente ao regime vigorante, as mais altas inteligências e sólidas culturas se revelavam e afirmavam através de debates memoráveis, em que os grandes problemas nacionais despontavam para o conhecimento do grande público e para as soluções ampla e livremente procuradas.

O presidencialismo viéra em evidente desfavor das Assembléias, e não é senão exato afirmar que a representação nacional aos poucos ia perdendo em prestígio e fulgor. Mesmo assim, ainda encontrei, ao chegar ao Congresso, não raras figuras de primeira ordem, alguns grandes tribunos, não pouco numerosos, culturas dentre as maiores com que o Brasil contou em qualquer época. Barbosa Lima, Pedro Moacir, Carlos Peixoto, Augusto de Freitas, Irineu Machado, Coelho Neto, Justiniano de Serpa, Felix Pacheco, Augusto de Lima, Luiz Domingues, Arnolfo Azevedo, Manoel Vilaboim, Felisbello Freire, Prudente de Moraes, Astolfo Dutra, Dunshee de Abranches (para não falar senão em alguns que já se foram para a viagem eterna), oradores magníficos, uns, homens de letras, outros, juristas consagrados, ainda outros, nos trabalhos das comissões técnicas ou na tribuna parlamentar, agitavam e esgotavam, em pareceres e orações por todos os títulos notáveis, as magnas questões que então impressionavam a Nação ou interessavam ao seu futuro. Entre essas figuras pinaculares ocupava lugar de relevo Afrânio de Melo Franco, naquela época deputado mineiro e já um dos líderes consagrados do pensamento político brasileiro.

Inteligência lúcida, penetrante, cultura jurídica

a um tempo sólida e vasta, mormente em matéria de direito público, de que era mestre incontestado, nada faltava a esse privilegiado do espírito para ser o que realmente foi: uma das personalidades mais completas de quantas, no regime republicano, passaram pela Câmara Federal.

Afrânio viera da Assembléia Estadual mineira, onde ficaram célebres os largos debates em que se empenhara, tendo por vezes competidores do porte de Carlos Peixoto. Na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, a que sempre pertenceu como elemento imprescindível e que presidiu por muitos anos, as questões da maior relevância lhe eram confiadas e distribuídas. Para elas Afrânio encontrava sempre a solução politicamente mais oportuna e juridicamente mais certa, não sendo poucos os seus pareceres, mormente na interpretação dos textos constitucionais, que passaram para as páginas das revistas técnicas como verdadeiras lições de sabedoria jurídica. Um deles foi o referente ao artigo 6º da Constituição de 1891, no qual um estadista ilustre proclamava que se não devia tocar, porque ferido seria o próprio coração da República, e ao qual Afrânio, em páginas que esgotaram plenamente o assunto, deu um sentido e uma interpretação que se tornaram clássicos na literatura jurídica brasileira.

Na fase final da elaboração do nosso Código Civil, monumento em que Clovis Bevilacqua, sábio e santo, deixou vasada, em moldes mais duradouros do que o bronze, a sua imensa sabedoria jurídica, coube a Afrânio, como relator geral da Comissão dos 21, um papel de relevo acentuado.

Fiz parte dessa comissão e pude verificar então que o mestre consagrado de direito público não tinha menor cabedal de conhecimentos nas províncias do direito privado, que ele perlustrava com a mesma galhardia.

No governo interino e fugaz de Delfim Moreira, coube a Afrânio de Melo Franco mais do que a pasta da Viação, que era a sua, e sim também uma espécie de presidência de todo o gabinete ministerial. E' que adoecera gravemente o presidente em exercicio e Afrânio dadas as suas ligações estreitissimas com ele e o intimo conhecimento do seu pensamento em relação aos problemas administrativos e politicos do país, ficára, na aquiescência tácita de todos, como que a superintender toda a obra do governo.

Nessa oportunidade, o parlamentar consagrado e veterano revelou-se por igual o homem de Estado, com admiravel tato na condução da coisa pública e com o profundo conhecimento de tudo quanto podia interessar à vida e ao progresso do país.

Recordo-me bem de que, por essa época, o meu Nordeste abrasava em uma dessas secas que fazem ciclicamente o seu tormento, e eu procurei, por vezes, Afrânio de Melo Franco para que nos acudisse com remédios que pudessem atenuar os males que nos afligiam e que já eram muito grandes.

As suas providências foram imediatas e prontas, postas de lado as complicações burocráticas e os serviços foram atacados nas várias zonas atingidas pelo flagelo climatérico, dando, com o trabalho remunerado, socorro e amparo ao sertanejo nordestino.

Ficamos assim os filhos daqueles rincões a dever a Afrânio, além de obras e melhoramentos que lá foram construidos graças à sua ação, o imenso serviço de poupar muitas vidas e muitos sofrimentos aos milhares de conterrâneos alcançados pela calamidade inexoravel.

Nos outros sectores da administração, os seus métodos e processos de governo não eram diferentes: o que lhe interessava saber era se o serviço

pleiteado era de utilidade nacional e se havia recursos com que atendê-lo. Isso verificado, tudo se fazia rapidamente e as complicações burocráticas, pela sua ação governamental, como que desapareciam por encanto.

Sobrevindo a revolução de 1930, Afrânio de Melo Franco foi chamado a novos postos e continuou a servir ao Brasil, na sua vida interna e nas suas relações internacionais.

O Brasil teve nele um dos seus maiores e melhores servidores, um filho que cuidou desveladamente de todos os seus interesses, procurando sempre soluções felizes para os seus problemas internos e dando-lhe renome no concerto dos outros povos. Não há exagero em afirmar que Afrânio de Melo Franco não foi simplesmente um grande brasileiro, mas um nome continental, um grande nome de toda a America. O seu espírito era de moldes helenicos, feito a um tempo de luminosidade, serenidade e equilibrio.

PEDRO MOACYR

Palavra facil e fluente, firme timbre de voz, que se tornara suave como no remanso dos rios ou tonitruante como nos temporais, conforme a tonalidade que era preciso imprimir á oração, Pedro Moacyr era um orador parlamentar que, sem favor deve ser considerado dentre os maiores com que o Congresso contou na vigência das instituições republicanas.

Quando ingressei na Câmara dos Deputados, encontrei-o representando não o seu Rio Grande do Sul, mas o Estado do Rio, por indicação e influência de Nilo Peçanha, que não podia admitir o afastamento das lides parlamentares de uma figura de tal porte.

As minhas relações com o tribuno foram es-

treitas e delas conservo as mais gratas recordações.

Nas rodas, que se formavam em derredor dele, nos corredores da Câmara ou na sala do café, das quais procurava eu sempre participar Moacyr, *causeur* admirável, era sempre quem mais falava no comentário seguro aos casos e acontecimentos do dia, ou na descrição e análise da história política do Brasil, notadamente do seu amado Rio Grande do Sul.

Os meus primeiros contactos com o grande parlamentar ocorreram em fins de 1915, quando de minha estréia na tribuna da Câmara a debater a reforma de ensino feita pelo então Ministro do interior, Carlos Maximiliano.

Membro da Comissão de Instrução Pública, de sua maioria divergira eu em companhia de Augusto Pestana, representante gaúcho, e de Flavio da Silveira, da bancada carioca, subscrevendo os três um voto em separado, redigido, se não me falha a memória, pelo último, contrário ao ponto de vista da maioria da Comissão, de que fôra relator Augusto de Freitas, grande parlamentar, orador de raça, cuja ironia contundente a todos apavorava.

Bem se pode compreender a timidez com que subi à tribuna, moço, provinciano e estreante, para defrontar tão temível contendor.

Falei em um fim de sessão, fiz um longo discurso que só pude concluir no dia seguinte.

Pedro Moacyr, com quem não tinha eu ainda relações de qualquer espécie, senão as do *bom dia* ou *boa tarde* cerimonioso entre colegas que não tiveram oportunidade de maiores aproximações, veio de perto ouvir a minha exposição em obediência talvez a um hábito muito seu de assistir a estréia dos Deputados novos, para poder aquilatar do mérito de cada um deles.

Moacyr interrompeu por vezes a minha arenga, com apartes de aprovação às idéias que desenvolvia e no fim acercou-se dos cronistas parlamentares, no seio dos quais tinha decisivo prestígio e influência, para dizer-lhes que noticiassem a minha interferência no exame do projeto com palavras de animação e estímulo.

No dia seguinte, procurou-me para dizer-me da sua simpatia pelos meus pontos de vista, dos quais dissentia apenas em um deles, e este, incidente, não relativo prôpriamente ao assunto educacional, objeto principal da minha crítica.

Refira-se ao regime parlamentar, em que eu de passagem tocara, repetindo frase muito conhecida de Andrade Figueira, que tachara o nosso parlamentarismo do segundo reinado de antes *para lamentar*.

“Você, foram as palavras de Moacyr, disse que a democracia e analfabetismo são expressões antitéticas. Realmente, do ponto de vista social, assim, é, mas do ponto de vista político, se você demorar o espírito no exame do presidencialismo sul-americano, notadamente o brasileiro, não tardará a verificar que aqui, como em toda a América Latina, democracia e presidencialismo são também expressões antitéticas, termos que não se conciliam, instituições que se entredevoram.”

Contestei como pude ao já naquela hora meu novo amigo.

Tendo feito meu curso jurídico na vigência da Constituição de 1891, tendo preparado minha educação republicana ouvindo ditirambos à nossa carta política e aprendendo nas lições dos seus expositores, naquela época, Soriano de Sousa, Aristides Milton, João Barbalho, Ruy Barbosa, outros mais, conhecendo da literatura estrangeira sôbre o assunto apenas os panegiristas das instituições norte-ameri-

canas que nos serviram de modelo, naturalissimo era que as minhas inclinações fossem então, todas elas, pelo sistema presidencial.

Tudo isso expuz a Moacyr, que não concluiu a nossa palestra sem aconselhar-me a ler os anais parlamentares do Império e a meditar sôbre as palavras e ensinamentos de alguns dos homens que foram guias das aspirações liberais em nossa Pátria, em épocas anteriores, principalmente Tavares Bastos, Joaquim Nabuco e Silveira Martins.

Confesso que as observações de Moacyr, tanta era a fascinação do seu espirito superiorissimo, me deixaram impressionado, mas tal era o poder da minha educação anterior, da minha pregressa formação mental, juridica e civica, que ainda me conservei por muitos anos adito ao presidencialismo, repetindo mecânicamente que o parlamentarismo era o reinado do verbalismo, da instabilidade, da ineficiência.

Certo é que não deixava de observar por mim que algo nos faltava para a perfeição das nossas instituições, que aprendera nos livros a considerar modelos de democracia e de liberdade, pois eu mesmo verificava que as melhores iniciativas, propiciadoras de progresso e paz para o Brasil, adormeciam e morriam nos arquivos da Câmara e do Senado, onde sômente marchavam os projetos de lei oriundos do governo e amparados pelo seu representante no Congresso, essa originalissima figura do *lider*, que, pertencendo embora ao parlamento e sendo no seu seio recrutado, não é entretanto a sua palavra e não representa o seu pensamento junto ao governo, mas ao contrário traduz as instruções deste junto ás maiorias congressuais, de ordinario, dóceis e obedientes.

Tudo isso eu lobrigava, começando a descrever das virtudes do presidencialismo, e lembrado das

palavras de Moacyr, mas, somente muito mais tarde, investido de funções administrativas, é que pude de perto verificar a justeza da observação do grande parlamentar, quando me chamava a atenção e solicitava o exame para a incompatibilidade, realmente visceral, entre a democracia e o presidencialismo, tal como esse ultimo regime é entendido e praticado na América do Sul.

LEÃO VELLOSO

O Parlamento brasileiro, não só na fase monárquica como no período republicano, contou sempre no seu seio um grande número de jornalistas.

Da primeira Câmara a que pertenci participavam Dunshee de Abranches, Coelho Neto, Felix Pacheco, Gustavo Barroso, Maximiano de Figueiredo, Baltazar Pereira, Gonçalves Maia, Costa Rego, Leão Veloso, Vicente Piragibe, José Eduardo de Macedo Soares, Joaquim de Sales, Luiz Bartolomeu, Evaristo do Amaral, alguns outros diretores e redatores dos mais prestigiosos órgãos da imprensa desta Capital ou dos Estados.

Dentre todos ocupava destacada situação Leão Veloso, o redator chefe do "Correio da Manhã". Tratava-se de um veterano das lides parlamentares, mas raramente frequentava a tribuna da Câmara, preferindo a da imprensa, através da qual, diariamente, sob o pseudônimo de Gil Vidal, discutia e debatia os problemas essenciais do país, mantendo sempre aquela indefectível posição do jornal de Edmundo Bitencourt — a de combate sem tréguas aos governos que se sucediam e de defesa intransigente das causas liberais.

Fui desde o começo apresentado (creio que por Costa Rego) a Leão Veloso, que me acolheu com especial carinho, referindo-me sempre que seu pai fôra

Presidente do meu Estado natal, o Rio Grande do Norte, quando ainda Província, na fase monárquica e de lá trouxera as mais gratas recordações.

As minhas primeiras intervenções nos debates, notadamente as referentes aos problemas educacionais, que eu elegera para minha dominante preocupação de legislador, mereceram de Gil Vidal, no seu "Correio da Manhã", reiteradas palavras de simpatia e animação.

Em uma dessas intervenções, porém, seguida de uma entrevista que concedi à "Notícia", eu reservava para o campo institucional, e então, fiel à minha formação presidencialista, afirmara que o regime parlamentar, de que saíramos com a Constituição de 1891, nada havia construído de útil, que representara o reinado do palavrório, instáveis as situações políticas, inexecutadas as promessas dos governos, os programas ministeriais, inexistentes os partidos políticos que, ao meu sentido, viviam apenas como ficções e eram ajuntamentos de interesses pessoais, sem objetivos definidos, realizando os conservadores o que os liberais tinham como bandeira de combate ou vice-versa.

Pronunciava-me por isso contra uma revisão constitucional que representasse o abandono do presidencialismo e nos fizesse retornar ao sistema parlamentar de governo.

Leão Veloso participara dos dois regimes, filho de um dos estadistas do Império, êle mesmo político militante na monarquia parlamentarista como na República presidencialista.

Encontrava-se, assim, em condições excepcionais para bem avaliar os méritos dos dois sistemas e conhecer de seu ajustamento às necessidades e peculiaridades brasileiras.

As suas preferencias eram tôdas pelo parlamentarismo, e, desse modo, ainda uma vez, revelando a

simpatia com que me acompanhava e me animava, ocupou-se do meu arrojado pronunciamento para contraditá-lo em artigo que intitulou "A Revisão e os dois regimes."

Na sua réplica, dizia Veloso que o sistema parlamentar assegurara ao Brasil meio século de paz e tranquilidade interna, vivendo o país sem estado de sítio, sem moratórias, sem *fundings*, com o seu crédito jamais abalado, legando à República presidencial a sua moeda papel valendo mais que o seu ouro. Construiu estradas de ferro, realizara uma séria política imigratória. Tivera uma Câmara, um Senado, um Conselho de Estado, formado por homens de elite, estadistas que se honrariam em possuí-los os países mais cultos do mundo.

Indagava então o que estava realizando o regime presidencial para responder que apenas melhoramentos materiais e acrescentar que o novo regime destruiu as antigas normas sensatas de administração, a siseudez e circunspecção dos passados governos, o bom nome brasileiro no mundo, a nossa firme reputação de honestidade, o nosso crédito inabalável.

E concluiu que todos êsses males decorriam do fato de ser o presidencialismo um sistema de governo sem responsabilidade, um governo a que a nação não pode tomar contas senão recorrendo ao remédio extremo da revolução.

Na tarde do dia em que saíra o artigo, Veloso me entregou na Câmara dos Deputados, acrescentando carinhoso: "Não se zangue com o que escrevi. Só o fiz porque já verifiquei que Você tem um espírito liberal à procura de caminhos livres para o nosso Brasil. E como vejo que os de sua preferência, em matéria institucional, não conduzem ao alvo procurado, é que, com os direitos que dão a estima e a experiência, quero chamar a sua atenção

para a falta de base do seu julgamento em relação às instituições políticas do país, inteiramente contrário à verdade histórica.”

Fiquei a meditar sobre o que me advertia Leão Veloso, advertência igual a que dias antes ouvira de outra grande figura do parlamento brasileiro — Pedro Moacyr.

Mas, a formação intelectual, que recebera na Faculdade de Direito e na leitura dos opositores do novo constitucionalismo brasileiro e do direito norte-americano, ainda pesava muito ao meu espirito, e eis porque permaneci presidencialista ainda por muito tempo.

GERVASIO FIORAVANTI

A Faculdade de Direito de Recife, quando de 1901 a 1905 frequentei os seus cursos, possuia no seu corpo docente figuras de grande relevo cultural: — Clovis Bevilacqua, mestre entre os mestres, Adolfo Cirne, civilista de vasto saber, Laurindo Leão, erudito conhecedor das doutrinas filosóficas da época, Meira de Vasconcelos, tribuno eloquentissimo, Phaelante da Câmara, jornalista, orador, politico de grande combatividade, muito ligado ao partido de José Mariano e alguns outros.

Entre todos esses professores ilustres, não havia nenhum que gozasse de tanta popularidade e de tanto prestígio nos meios acadêmicos quanto Gervasio Fioravanti.

Um conjunto de qualidades excepcionais para isso concorria: a sua simpatia, a sua bondade, a sua irradiação, a sua lucidez, o seu modo de ser como professor.

Os estudantes dele se aproximavam como se se tratasse não de um mestre, mas de um compa-

nheiro mais velho, pronto a guiar a orientar os mais novos.

Cabe acentuar que Gervasio Fioravanti, temperamento um tanto boêmio, poeta inspirado, belo orador, nunca foi um grande jurista.

A sua entrada para o corpo docente da Faculdade (foi ele mesmo quem m'o referiu), originou-se de um incidente administrativo.

Gervasio era promotor de Recife e um dia lhe foram pedidas pelo Governo do Estado certas informações officiaes, que foram dadas, errando, porém, o informante o nome do governador quando as encaminhou ao Palácio.

Barbosa Lima, o governador, chamava-se Alexandre José, e Gervasio escrevera José Alexandre.

O Estado andava então em periodo de intensas lutas politicas, a que o governador não podia ser estranho e Gervasio Fioravanti, discipulo e correligionário de Martins Junior, formava entre os que começavam a combater a situação.

Recebendo as informações, Barbosa Lima fê-las devolver para que o promotor aprendesse o nome da primeira autoridade do Estado.

A réplica de Gervasio foi esta: reproduziu as mesmas informações anteriormente remetidas e omitiu o nome de Barbosa Lima, que substituiu por estas palavras: "Ao Excelentissimo Senhor Governador do Estado".

Consequência: Gervasio foi demittido da promotoria de Recife, tratando então de arranjar uma outra no interior de Minas Gerais, por intermédio de Martins Junior.

Quando se preparava para viajar, ocorreu o falecimento do professor da cadeira da direito criminal da Faculdade de Recife.

Barros Guimarães, João Vieira, João Elisio, Ade-

lino Filho, membros da congregação e amigos de Gervasio, induziram-no a se inscrever no concurso, o que fez não sem relutância.

Alegava a sua escassa ciência jurídica, sendo os seus pendores mais para a vida literária.

Respondiam aqueles mestres, conhecedores do seu talento e do seu valor, que estavam certos de que alguns meses de estudo bastariam para habilitá-lo a um concurso brilhante e a uma vitória inevitável.

A tese de Gervasio Fioravanti, creio que sobre "Reincidência", começou com um verso de Dante e terminou com outro.

As provas foram magníficas, e Gervasio, vitorioso foi nomeado substituto da cadeira de que posteriormente foi o titular efetivo, e que sempre ocupou com evidente proveito para seus alunos.

Se não era um profundo sabedor da matéria, conhecia dela o bastante para transmitir aos seus discípulos, através uma palavra fácil, fluente, persuasiva, lições magistrais, em que se refletiam as mais recentes e melhores tendências da criminologia.

Estavamos na época das grandes disputas em torno da escola antropologica, fundada por Lombroso e propagada por Ferri e Garofalo, contra a qual começava a aparecer a *terza scuola*, o naturalismo crítico de Gabriel Tarde, sobretudo de Bernardino Alimena, que era o melhor guia de Gervasio Fioravanti.

Mas, o prestígio do mestre recifense junto aos discípulos não decorria apenas do seu saber, ou das suas qualidades docentes antes referidas.

Outras fontes o alimentavam, mesmo no campo intelectual: os seus dotes de tribuno, tantas vezes revelados nos comícios acadêmicos ou nas refregas políticas e os seus versos tão queridos dos

moços da minha geração, alguns dos quais sabíamos de cor, como este soneto, para não citar senão um dos mais populares e dos mais belos:

PARTINDO...

Dorme. E no entanto eu vim para acordá-la
Para dizer-lhe o extremo adeus sentido
E murmurar num pranto a seu ouvido
Que vou partir, mas que hei de sempre amá-la

Oh não! Que nunca a minha rude fala
Faça fugir-lhe um sonho estremecido;
Parta eu embora, ao coração dorido
Não juntarei as dores de maguá-la.

E quando além, eu me perder na estrada,
Vós que passais lá fora, oh madrugada,
Vinde dizer-lhe se chorei e quanto.

Se uma lágrima então, manchar seu leito,
— Brisas, levai-me as máguas de seu peito,
— Flores, abri-vos para colher seu pranto.

Disse, até aqui, do poeta, do orador, do professor, do Gervasio Fioravanti dos meus tempos acadêmicos de 1901 a 1905.

Acrescentarei que, um decênio depois, em 1915, encontrei-o na Câmara dos Deputados, ele representando o seu Estado natal, Pernambuco, e eu o Rio Grande do Norte.

A política dera-lhe afinal uma posição compatível com os seus merecimentos, mas, a ela chegava tardiamente quando as asperezas do caminho e as agruras da jornada já haviam amortecido o seu ardor combativo e ele não mais deparava motivos e razões para os surtos do seu idealismo que era do mais puro quilate.

ESTÁCIO COIMBRA

A Câmara dos Deputados, tal como fôra constituída na legislatura iniciada em 1915, emanava do prestígio das situações dominantes nos Estados e, como dos costumes da época, era quase unânime no apoio ao govêrno federal, então sob a presidência mineira e conciliadora de Wenceslau Braz, político de escola, moderado, sereno, procurando evitar atritos e buscando sempre as soluções mais suaves para os casos ocorrentes.

Raras oposições estaduais conseguiram mandar representantes seus.

Uma delas foi a de Pernambuco, então sob a direção nominal de Rosa e Silva, o grande chefe apoiado do poder pouco antes, no período das salvações, como foi batizado aquêle em que a presidência da República coubera ao Marechal Hermes da Fonseca e em que as sucessões presidenciais nos Estados se processaram em motins, desordens e lutas acerbadas, determinando a queda das situações dominantes desde o comêço da República, as chamadas oligarquias do Norte.

Pernambuco oposicionista conseguira mandar três representantes à Câmara Federal, um de cada distrito, recrutados no estado maior do *rosismo* em pleno ostracismo, João Elísio, Júlio de Melo, Estácio Coimbra.

João Elísio era um velho professor de direito, popularíssimo entre os seus alunos, membro, por largos anos, da Assembléia Estadual, político ativo e militante, com prestígio pessoal em Recife e outros pontos do seu distrito, feito de serviços constantes, ininterruptos, diários, a tôda gente, incansável no encaminhar e procurar solução para as muitas questiúnculas, para os infinitos casinhos que a vida partidária provoca ininterruptamente a fazerem

o inferno nas preocupações de um chefe político.

João Elísio movimentava-se, agitava-se, estava presente a tudo, cátedra de professor, missas de defuntos, aniversários de correligionários, reuniões sociais, alistamento eleitoral, comícios, tribuna da assembléia, multiplicava-se por mil.

Era o político na amplitude de faces e aspectos que a vida partidária de então gerava e de que não podia prescindir.

Júlio de Melo fôra um combatente enérgico e decidido, viera desde muito para a Câmara Federal, onde chegara á liderança de sua bancada, prova da confiança que inspirava ao chefe do partido e aos seus companheiros, e a ser o seu vice-presidente, manifestação evidente do seu prestígio e da consideração que lhe dispensavam os seus pares.

Estácio Coimbra era, porém, dos três, a figura central.

Moço, inteligente, combativo, leal, fôra o governador deposto pela salvação pernambucana, chefiada pelo general Dantas Barreto, mas, não obstante a derrota, continuava na estacada, reunindo os correligionários dispersos, congregando os companheiros no ostracismo, os que, (e eram a maioria), continuavam fiéis ao velho credo, porque alguns, como é comum na hora das quedas e das catástrofes, haviam passado com armas e bagagens para as fileiras vitoriosas.

Aqui cabe acentuar, como homenagem aos pernambucanos e como justiça ao chefe derrotado, que Rosa e Silva soubera fazer um partido de elite, chamando aos postos de direção e comando, não os que porventura mais o procuravam para o aplauso incondicional ou para louvor imoderado, mas os tipos representativos do partido, os encanecidos nos seus serviços, os veteranos na luta pelos ideais comuns, um Corrêa de Araújo, um Gonçalves Ferreira

um Sigismundo Gonçalves, um Herculano Bandeira, todos de existência substantiva na política pernambucana.

Daí o haver baqueado a situação que todos representavam e encarnavam conservando-se unidos e coesos os seus principais chefes e condutores, ligados indestrutivelmente ao partido cuja direção não se orientava pelas preferências e predileções pessoais, mas buscava inspirações, na hora dos acessos e promoções, na própria fé de ofício, na folha dos serviços reais dos seus soldados e seguidores.

Estácio Coimbra fôra um dêesses preferidos, em virtude das suas qualidades de firmeza, combatividade e lealdade.

Na hora da borrasca, naquela em que o partido teria inevitavelmente de sofrer as mais rudes provas, fôra o escolhido para o posto mais arriscado, para o governo do Estado, do qual teria de ser inevitavelmente afastado pelo tufão revolucionario, que naquela época soprava de todos os quadrantes do país e que já apeara das situações dominantes os chefes tradicionais de várias das unidades da Federação Brasileira.

Derrotado e vencido, Estácio Coimbra redobrava de esforços e multiplicava energias para que não se desagregassem os legionários da sua corrente partidária.

Era já então o chefe de fato do partido, a sua figura primacial, o seu condutor e guia.

Foi nessa ocasião que o conheci de perto, retornando como delegado e líder das hostes oposicionistas de Pernambuco, e ocupando a sua cadeira na Câmara, por entre homens de valor inconteste, decorrente tôda essa influência das suas incontestáveis qualidades pessoais.

Não era um orador de evidência, não era tam-

bém uma grande cultura, mas a sua palavra era fácil, pronta, sempre a serviço de boas causas e tinha conhecimento seguro dos grandes problemas que interessavam à vida e ao progresso do país.

Com êsses dotes e mais com aquela coerência de atitudes e integridade de caráter que lhe marcavam e definiam a personalidade varonil, fácil lhe foi, dentro de pouquíssimo tempo, retomar e reconquistar as posições perdidas, e ei-lo, a breve espaço, líder da maioria da Câmara dos Deputados, vice-presidente da Republica, novamente governador de Pernambuco...

CINCINATO BRAGA

Nos ultimos decênios e em face de crises muito sérias que atingiram várias nações, espiritos simplistas passaram a sustentar que a causa de todos os males verificados residia em que estavam vivendo a era da técnica e que os povos não podiam continuar a ser governados por politicos, gente inteiramente inapta a orientar a sociedade, numa época em que os problemas econômicos sobrelevam todos os outros.

Se o mundo novo é o de saber organizado, se as questões a atender são, por excelencia, as de ordem econômica, a conclusão a que chegavam tais espiritos era a de que o governo devia caber aos técnicos e não aos poeticos.

Estes entraram a ser considerados como seres prejudiciais e nocivos, forças de um passado que é preciso sepultar.

Pouco importa que se dediquem apostolarmente ao trato da coisa pública, que consagrem todas as suas atividades ao exame dos problemas que entendem com o governo do Estado: são politicos pro-

fissionais e é quanto basta para que sejam varridos das posições para que não sirvam mais.

Esquecem os que assim raciocinam que o que engenho humano descobriu com arte de direção da sociedade tem o nome de política e que esta, sendo a mais difícil e complicada de todas as artes, porque joga com as paixões, que são tudo quanto há de mais variável, reclama dos que a exercem larga experiência, treino continuado, formação gradual e perfeita.

Isso quer dizer que todo Estado, isto é, toda sociedade politicamente organizada pede, reclama, exige políticos e políticos profissionais, o que quer dizer, cidadãos que se dediquem de corpo e alma à causa pública, que se preparem para atender aos seus múltiplos problemas, que vivam consagrados à grande tarefa de condutores de povos, para o que precisam antes de tudo de uma ampla cultura geral e um sólido conhecimento dos interesses dos países a que tem de servir.

Liautey chamou, com grande propriedade, aos homens dêsse quilate de técnicos de idéias gerais, imprescindíveis a todos os povos que pretendam viver de modo normal e feliz, sob a direção dos mais capazes.

O defeito estaria em que as camadas de direção política, formadas em vista de outras necessidades e em face de outras épocas, não mais correspondessem ao espírito do momento histórico e à relevância do papel que lhes cabe desempenhar.

O remédio consiste então em prepará-las para as novas tarefas, nunca em substituí-las pelos homens da economia ou pelo técnico, cuja missão é bem outra. Otavio Amadeo, que foi embaixador da Republica Argentina, em nosso país e que é um grande conhecedor dos problemas da nossa época,

disse certa vez com grande acêrto: *“Es un error predicar la destruccion de los politicos: son tecnicos indispensables. El mal de este país (Argentina) no es el exceso de politicos sino precisamente su escases. Eso obliga a substituirlos por la especie paradójica del politico apolítico. Cuando estos llegan al gobierno hacen lo mismo que los politicos: o lo hacen peor, por su falta de experiéncia, hasta que al fin se convierten en politicos a secas, como los otros”*.

Profunda verdade a que se contém nas palavras de Otávio Amadeo: o mundo não pode prescindir dos politicos, antes os solicita, cada vez mais.

O que há é escassez de politicos no verdadeiro e nobre sentido que a palavra traduz, conhecedores das necessidades da sua época e dos seus povos, canalizadores e orientadores das aspirações coletivas.

Nunca, como na hora histórica que a humanidade está vivendo, plena de problemas imensos a atender e dar solução, a existencia do politico foi mais necessária e a sua missão mais relevante.

O que é essencial é que se trate realmente do politico, do homem de Estado, isto é, de um homem, como definia Freycinet, que não tem em mira senão a prosperidade e a grandeza do Estado, esquecido de si próprio e não pensando senão na coisa pública.

O Brasil, não obstante a atoarda de alguns jeremias, em todas as fases de sua história, teve sempre quem velasse pelos seus destinos.

Na minha vida pública, que não tem sido das mais curtas, tive a fortuna de conhecer alguns deles.

Refiro-me, no passado, a duas figuras impares, “hors concours”, Rui Barbosa e Rio Branco. Mas, quero particularisar dois outros, com os quais convivi de perto e que, no meu entender, foram real e au-

tenticamente estadistas — João Pandiá Calógeras e Cincinato Cesar da Silva Braga.

No meu convívio, de cêrca de quase quarenta anos, com Cincinato Braga, pude observar os traços essenciais da sua personalidade. Esses traços particularísimos eram a facilidade com que, uma vez reconhecendo estar em erro, retrocedia do caminho erradamente seguido para o caminho verdadeiro e o seu sadio otimismo no que respeita ao Brasil, onde, apesar das nossas falhas e dos nossos erros, não via tudo de côres escuras, horisontes sempre negros, confiando cegamente nos destinos da nossa Pátria.

Quanto ao primeiro traço posso citar o fato seguinte: Cincinato escreveu certo dia um belo trabalho sobre o nordeste, no qual chegava a conclusão de que era preciso retirar a população nordestina daquele meio e transportá-la para o sul. No dia seguinte — isso há mais de trinta anos — escrevi no “Jornal do Brasil” um artigo “Presidencialismo e Secas” em que mostrava como errado estava o grande político, digamos, o grande sociólogo paulista. Não era preciso retirar a população daquela região geo-economica do país; tratava-se de uma região perfeitamente apta a que a sua população ali vivesse e fôsse feliz.

Tais foram as razões, por mim expendidas, que, no dia seguinte, Cincinato Braga me procurou para dizer: “Quem estava errado era eu, você está certo”.

Assim fazem os verdadeiros, os honestos homens públicos, aqueles que pensam sèriamente na coisa pública e sabem retroceder do caminho errado toda vez que encontram razões para não persistir no erro ou na falta.

Quanto ao seu otimismo, é de todos conhecido e ele proprio o proclamava, afirmando que pertencia ao numero dos que sonham de olhos abertos, esforçando-se por avistar, nas incertezas do futuro, a

melhor rota para conduzir os brasileiros à terra da promessa, com que lhes acenaram os republicanos do século passado, demolindo o trono.

COSTA REGO

Dentre os deputados eleitos em janeiro de 1915 para compor a Nona Legislatura republicana, 10 formavam a sua ala moça, pois contavam de 30 anos de idade para menos: Costa Rêgo (Alagoas), Antônio Rolemberg (Sergipe), Gustavo Barroso (Ceará), Maurício de Lacerda (Estado do Rio), Gilberto Amado (Sergipe), Cesar de Vergueiro (S. Paulo), Otávio Mangabeira (Bahia), Ildefonso Albano (Ceará), Mendonça Martins (Alagoas) e eu (Rio Grande do Norte).

Costa Rêgo era o mais moço de todos — 25 anos. Era, ao mesmo tempo, o mais irrequieto, o mais movimentado, o que mais se agitava como que a sentir uma necessidade irreprimível de combate e de luta.

Explica-se facilmente que assim fôsse: é que Costa Rêgo se fizera na escola do “Correio da Manhã”, para cujo serviço entrára desde adolescente, e o “Correio da Manhã”, então dirigido por Edmundo Bittencourt, caracterizava-se pelo combate sem tréguas a todos os governos, mantendo inapagada a flama de um oposicionismo agressivo e apaixonado.

O ambiente parlamentar da época, porém, não era muito propício aos dissídios e divergências. A Câmara, quase unânime, apoiava o governo de Wenceslau Braz, excetuando um ou outro caso de inconformidade e rebeldia — um Irineu Machado, um Pedro Moacyr, um Maurício de Lacerda, um Pedro Lago, poucos mais. Costa Rêgo fôra eleito por um partido governista, o situacionismo alagoano. Mesmo assim encontrou meios e modos de ser contra alguma coisa, contra alguém, e a sua estréia foi a de

protesto, e protesto veemente, insistente, pertináz.

O pretexto foi o seguinte: Irineu Machado chegára à Câmara com dois diplomas, pois fôra eleito, ao mesmo tempo, pelo Distrito Federal e por Minas Gerais e insistia em não optar por uma ou outra representação, ou, pelo menos, derrorava no precisar as suas preferências. Motivos de ordem partidária determinavam essa atitude.

Estávamos já pelos meados de agosto (a Câmara funcionava regularmente desde 3 de maio) e ainda Irineu Machado, já compromissado como Deputado, não se decidira pela circunscrição que preferia representar, já que não seria possível admitir a representação simultânea das duas, nas quais fôra vitorioso.

Foi aí que Costa Rêgo encontrou oportunidade para dar vasão a seu espírito de pugna e oposição, até então sopitado. E entra com uma indicação, em que pede à Câmara que decida si Irineu Machado pode exercer, concomitantemente, dois mandatos. O assunto vai à Comissão de Justiça que (relator Felisbello Freire) conclue por determinar o dever de opção por um dos distritos, isso dentro do prazo de cinco dias.

Irineu era um lutador que não conhecia obstáculos, obstinado, sabendo lançar mão de todos os recursos, parlamentar que conhecia todos os meios, mesmo os mais sofisticos e absurdos, para fazer vitoriosos os seus pontos de vista, e até os seus caprichos.

O assunto provocou debates prolongados, com eruditas intervenções e orações, plenas de dados jurídicos e históricos, de Felisbello Freire, de Afrânio de Melo Franco, de Prudente de Moraes Filho e outros mais. Irineu interferiu, por vêzes, no debate, com aquela agressividade tão própria do seu temperamento e atirou-se contra Costa Rêgo, que res-

pondeu com a mesma veemência, falando nas expansões com que o parlamentar carioca costumava apimentar os seus comentários políticos, nos agrupamentos de esquina e nos cafés. Afinal, foi votada a indicação Costa Rêgo, nos termos redigidos pela Comissão de Justiça, e o jovem deputado alagoano, a um só tempo, revelava a sua intrepidês de combatente e a sua aptidão para a vida parlamentar, que acompanhei por nove anos seguidos, de 1915 a 1923, sempre cordialmente unidos, muito embora fôssemos dois temperamentos absolutamente diferentes.

Aqui quero assinalar o paralelismo que existiu sempre entre a vida política de Costa Rêgo e a minha. Entramos juntos para a Câmara de Deputados em 1915. Em 1921, fomos companheiros na Mesa da mesma Câmara, êle na 2.^a secretaria e eu na primeira. Depois, fomos para o govêrno dos nossos Estados, quase na mesma data. Retornamos à vida parlamentar, e já então para o Senado da República, logo depois de terminadas as nossas administrações.

Em 1930, éramos Senadores e juntos tivemos os nossos mandatos cassados pela ditadura trazida pela Revolução. Em 1950, ainda fomos os dois representar o Brasil na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, reunida em Paris. Como se vê, vivemos assim, do ponto de vista da nossa vida política, durante quarenta anos, sempre um ao lado do outro, a nos entendermos, a nos estimarmos, a nos querermos.

TRIBUTO AO MERITO

A José Toribio Medina, no 1º centenario do seu nascimento, pelo Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, 21-10-1952.

Meus Senhores: Minhas senhoras:

I — A nação chilena comemora hoje o 1º centenario do nascimento de JOSÉ TORIBIO MEDINA, um dos maiores publicistas das duas Americas.

Natural de Santiago do Chile, onde viu a luz do dia a 21 de outubro de 1852, era oriundo de boa gente nativa, filho de dr. Don José del Pilar Medina e D. Mariana Zavala, criou-se no campo, solar do avô, em Chomedahue, viveu em contacto com os humildes camponêses, fêz o seu curso primario, com sua tia Jésus, no qual "não lhe foi difficil aprender as letras, mas, sim, uni-las para formar palavras e escrevê-las".

Sua iniciação nas humanidades se processou já em outro meio, em Talca, para onde o pae fôra designado juiz letrado da Capital da provincia cursando o collegio das senhoritas Cabezon, ou "Colegio de Santiago."

"Manifestou, então, além das excelencias da memoria, uma extraordinaria vivêsa intelletual."

Em 1860, mudou-se para Valparaíso, quando Don José del Pilar assumia as funções de juiz de Comercio do Consulado Portenho, e entrou para o

Colegio Inglês, dirigido por D. Guilherme Linácre, onde se educaram outras notáveis personalidades chilenas.

Quando em 1862, o pai foi atingido de paralisia incurável, Medina ingressava no Colegio do Salvador, sob a direção do pedagogo espanhol D. Enrique Maria de Santa Ollala e aí se manteve até 1864, para terminar a sua preparação humanística, matriculando-se, no seguinte ano, no Instituto Nacional, orientado pelo notável espirito de D. Diégo Barros Araña, que exerceu imensa influencia no espirito do jovem Medina, e aonde, no dizer de um seu biografo, “formou o seu espirito e adquiriu a consciencia de quaes eram as inclinações dominantes que deviam guia-lo no curso de sua existencia.”

Aluno distinto em Filosofia, Literatura, Química, Física e Historia Natural, obteve premios de Latim e Historia Natural e menção honrosa em Historia da America e do Chile e em Literatura.

No convívio com Barros Araña, Amunátegui, Philipi e Briseno, seus mestres primaciaes, Medina foi condiscipulo de grandes figuras das letras e da politica chilena, matriculou-se na Universidade do Chile, em março de 1869, recebeu, em 11 dezembro 1872, o diploma de bacharel, e, em 26 de março de 1873, o titulo de advogado, que foi outorgado pela Suprêma Côrte do Chile.

Sempre sob as inspirações de seu pae, Medina iniciou-se na vida profissional, mas, tentava, vês por outra, penetrar no ambito da administração, embora, tivesse tido muitas decepções.

Pretendeu tambem o licenciado em leis e ciencias politicas, de vês que fôra laureado em Direito Internacional e Direito Canonico e, para isso, escreveu uma dissertação “a proposito do artigo 591 doCodigo Civil”, que seu pae repudiára, obrigando-o

a faser outra sobre: “si a doação é um ato ou um contrato.”

E o curioso é que a decisão da Universidade não deu valor á segunda tese, mas, reputava “trabalho de merito” o primeiro, que Medina havia cedido a um companheiro, Hermogenes Donoso.

Nesses entretempos, Medina se dedicava á entomologia, publicando um CATALOGO e organizando um Museo notavel, que ele legou ao Museo de Historia Natural de Santiago, juntamente com a coleção de livros sobre entomologia, que ele deixou para a Biblioteca Nacional.

Aí, então se revelou a verdadeira vocação de Medina, que se tornou ulteriormente a mais distinta autoridade em pesquisas e investigações, através de larga e notória publicidade, em mais de quatrocentos volumes de sua autoria.

Mas, avêssô á politica, foi Medina um imperterrito batalhador da ciencia pura, da historia e da literatura do seu país, dedicando-lhe obras imorreduiras, que hoje são padrão de gloria das letras chilenas.

Impressionaram-lhe o formoso espirito as obras de Issaacs — “MARIA” e a de Longfellow — “Evangeline”, dois brilhantes opúsculos que encheram a literatura do meio seculo dezenove.

Por sua iniciativa, fundava-se na Capital da Republica, a Sociedade Entomologica do Chile, em 1922, da qual foi aclamado socio honorario.

Falecia em 1930, legando á sua patria um vastissimo despôjo de obras de ciencia, investigação e pesquisas, que o sagram uma das mais notaveis figuras do mundo literario do Chile, quiçá, das Americas e do Universo.

II — Esta homenagem que o Instituto Historico,

juntamente com as demais instituições culturais deste Estado, presta á memoria de José Toribio Medina, não é mais que um "tributo ao merito" de nossos corações á nobre nação chilena, que, no continente, tem a tradição de velha e sincera amiga do Brasil, em todos os tempos de sua trajetoria, como povo e Estado soberano.

Desde os dias obscuros do vice-reinado do Prata, quando, em varias ocasiões, se terçaram as armas dos povos visinhos, ora em arremetidas libertárias, ora sob o imperio de ambições injustificadas, crusavam as fronteiras os valentes defensores de cada soberania, nunca jamais entre esses figurou o Chile, em contendas com a gente brasileira.

Suas diferenças eram a leste com a Argentina e ao norte, com o Perú, notadamente, com a Boli-
via, as quaes cumularam na "guerra do Pacifico", (1878-1884) quando se chocaram em terra e no mar as armas irmãs das treis Republicas andinas.

Realisada a paz, Chile pode prosseguir o seu surto de progresso material e intelectual, até atingir, hoje, um logar de grande relêvo, no Continente, apesar dos tormentos de uma politica interna de grandes mutações, desde a "oligarquia conservadora" de Joaquim Priêto e Diogo Portales, á "oligarquia liberal" com José Joaquim Perez e Manoel Antonio Tocornal, a guerra do Pacifico, (1878-1884) que terminou pelo tratado de Ancon, e em que perdeu a vida, entre outros, Artur Pratt, heróe nacional, á "oligarquia parlamentar", com Jorge Montt, á "anarquia militar" com Carlos Ibañes e Artur Alessandri, até á "volta á legalidade" com Pedro Aguirre Cerda, João Antonio Rios e Gabriel Gonzales Vidéla, atualmente no poder, de onde descera coberto de benemerencia, por suas grandes iniciativas e pelas nobres virtudes, que lhe exornam o carater de verdadeiro patriota e amigo do Brasil.

juntamente com as demais instituições culturais deste Estado, presta á memoria de José Toribio Medina, não é mais que um “tributo ao merito” de nossos corações á nobre nação chilena, que, no continente, tem a tradição de velha e sincera amiga do Brasil, em todos os tempos de sua trajetoria, como povo e Estado soberano.

Desde os dias obscuros do vice-reinado do Prata, quando, em varias ocasiões, se terçaram as armas dos povos visinhos, ora em arremetidas libertárias, ora sob o imperio de ambições injustificadas, crusavam as fronteiras os valentes defensores de cada soberania, nunca jamais entre esses figurou o Chile, em contendas com a gente brasileira.

Suas diferenças eram a leste com a Argentina e ao norte, com o Perú, notadamente, com a Bólvia, as quaes cumularam na “guerra do Pacifico”, (1878-1884) quando se chocaram em terra e no mar as armas irmãs das treis Republicas andinas.

Realisada a paz, Chile poude prosseguir o seu surto de progresso material e intelectual, até atingir, hoje, um logar de grande relêvo, no Continente, apesar dos tormentos de uma politica interna de grandes mutações, desde a “oligarquia conservadora” de Joaquim Priêto e Diogo Portales, á “oligarquia liberal” com José Joaquim Perez e Manoel Antonio Tocornal, a guerra do Pacifico, (1878-1884) que terminou pelo tratado de Ancon, e em que perdeu a vida, entre outros, Artur Pratt, heróe nacional, á “oligarquia parlamentar”, com Jorge Montt, á “anarquia militar” com Carlos Ibañes e Artur Alessandri, até á “volta á legalidade” com Pedro Aguirre Cerda, João Antonio Rios e Gabriel Gonzales Vidéla, atualmente no poder, de onde descerá coberto de benemerencia, por suas grandes iniciativas e pelas nobres virtudes, que lhe exornam o carater de verdadeiro patriota e amigo do Brasil.

Nesta brilhante efeméride, honra ao Chile e gloria a José Toríbio Medina, o mais ilustre publicista chileno, hoje rememorado pelos corações amantes da cultura, da pás e da cordealidade inter-americanas.

Natal, 21-10-1952.

Nestor Lima.

A PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA

J. M. BRANDÃO CASTELLO BRANCO
(Socio correspondente)

Não se achando bem elucidada a historia da proclamação da Republica no Rio Grande do Norte, pedi ao ilustre amigo Uldarico Bezerra Cavalcanti, filho do saudoso tenente-coronel Felipe Bezerra Cavalcanti que, por ocasião do evento republicano no pais, comandava a guarnição federal na então provincia e como tal recebera ordem de uma autoridade militar do Rio de Janeiro para instalar um governo republicano em nossa terra, que relatasse o que soubesse a respeito, respondendo-me assim:

“Rio, 14 de novembro de 1948.

Meu caro Castelo

Quer você que eu amplie as notas que lhe dei sobre meu pai, na parte referente ao seu papel nos acontecimentos de Natal por ocasião da proclamação da Republica.

Contando eu então nove anos de idade, é claro que dele só tive conhecimento, através de conversa em familia e de comentarios entre habituaes frequentadores de nossa casa: Gaspar Monteiro, dr. José Paulo Antunes, José Ignacio Pereira do Lago e poucos mais,

Desta sorte, o meu depoimento é pouco valioso,

porque baseado apenas na fidelidade da minha memoria e no crédito que porventura possa minha palavra merecer.

Do que tem sido escrito a respeito, apenas conheço um artigo que, sob a epigrafe "A proclamação da Republica em Natal", publicou Luis da Camara Cascudo no "Diario de Noticias", de 29 de dezembro de 1940.

Nele ha algumas afirmações que não se conciliam com os fatos que, então e mesmo mais tarde, ouvi narrar e comentar.

O escritor potyguar dá como inicio dos acontecimentos de Natal um telegrama do comendador Umbelino de Melo, então no Recife, anunciando ao presidente da provincia Cel. Antonio Basilio, a proclamação de que tivera noticia por outro telegrama expedido do Rio pelo dr. Amaro Bezerra.

Refere Cascudo que o telegrama do comendador chegou a Natal em 17 e, aludindo a duas outras comunicações telegraficas, ambas do Rio, uma dirigida ao dr. Pedro Velho, e outra a meu pae, dá a primeira como recebida tambem em 17, silenciando porém quanto a data do recebimento da segunda, a que faz esta ligeira referencia:

"Sabe-se que o capitão Felipe Bezerra Cavalcanti recebera telegrama do Rio, de Benjamin Constant ou de Floriano Peixoto, mandando instalar um Governo republicano."

A esse telegrama aludiu meu pae, por varias vêzes.

Não retive na memoria o nome do seu signatario, presumivelmente um chefe militar com responsabilidade no movimento, que poderia deixar na ignorancia do que estava ocorrendo justamente o seu camarada de armas a quem, como comandante

da força, cumpria manter a ordem e prestigiar o novo regimen.

Deixando, por ora, á margem o telegrama chegado as mãos do dr. Pedro Velho talvez ainda em tempo de desvanecer-lhe os temores de uma trama infernal, voltarei ao do comendador para objectar que, estando naquele momento o telegrafo Nacional em poder dos revolucionarios, seria inadmissivel que um telegrama ordinario fosse expedido antes dos despachos officiais do Governo Provisorio comunicando a nova sensacional.

Considerando-se ainda que um telegrama official, transmitido de estação para estação, directamente, chegará mais depressa ás mãos do seu destinatario do que a comunicação ao presidente da provincia nas condições em que foi feita, forçoso é concluir pela precedencia da que meu pai recebeu de um dos membros do novo governo.

Não tendo participado da propaganda republicana, não alimentando ambições politicas e não se julgando, como dizia, competente para dirigir um estado, não quiz meu pai assumir o governo, a exemplo do que fizeram quasi todos os comandantes militares das demais provincias. O seu lugar, dizia ainda, era á frente da sua tropa, para manter-lhe a disciplina e a obediencia ao poder constituido, em qualquer eventualidade.

Assim pensando e parecendo-lhe naturalmente indicado para o posto o dr. Pedro Velho, chefe do partido republicano local, foi procurá-lo em companhia de um ou dois amigos, fazendo-lhe formal convite e, ao mesmo tempo, hipotecando-lhe o apoio da força.

O convidado, entretanto, recusou a investidura, exclamando: "Isto certamente é uma cilada."

A expressão usada foi bem esta: porque, ao

ouvi-la reproduzida, perguntei a meu pai o que significava a palavra "cilada".

Esse episodio, muitas vêzes, referido e comentado por amigos de meu pai que o culpavam de não haver se apoderado do governo, preferindo confiá-lo ao Dr. Pedro Velho, contrariava a afirmação de C. Cascudo de que "Felipe Cavalcanti foi oferecer a presidencia ao dr. José Paulo Antunes"

Essa versão, que eu ignorava, é inaceitavel.

Médico, dedicado aos misteres de sua profissão, o dr. Antunes, politicamente nenhuma influencia tinha e, socialmente, era limitado o circulo de suas amizades, talvez por ser negro. Depois, não nascêra nem constituíra familia na provincia, era baiano e solteiro.

Não creio que meu pai, bairrista como era, lhe houvesse feito aquele oferecimento.

Posto de lado, por inexistente, o convite áquele clinico, que se diz partido de meu pai, resta o que ele realmente fez a Pedro Velho, e sobre o qual o operoso escritor silencia.

No artigo, a que atrás me referi, Cascudo, filiando como acentuei os acontecimentos ao despacho vindo do Recife, descreveu em resumo:

Antonio Basilio, de posse do telegrama de Umbelino, reuniu pessoal de confiança para deliberar, mas não admitiu sugestões. Preferiu "cair", entregando o governo a Pedro Velho. Esse, mandado chamar, recusou formalmente ir a palacio, antes de consultar uns amigos. Ante a recusa daquele politico, o presidente mandou novamente procurá-lo pelos drs. Gitirana, Tavares de Holanda e Luiz Souto, respectivamente chefe de policia, diretor da Instrução e promotor publico da capital, os quaes, constituídos em comissão, convidaram para integrá-la "o capitão

Felipe Bezerra Cavalcanti, comte. da tropa de linha do Exército, o capitão dos portos, comte. Leoncio Rosa e o comte. do Corpo de Policia Joaquim José do Rego Barros. Com esses elementos, acedendo Pedro Velho em ir a palacio, achava-se Governador em 17 de Novembro de 1889.

Ocorre-me, desde logo, perguntar: porque Antonio Basilio se lembrou de Pedro Velho, ao mesmo tempo que meu pai?

Não posso pensar numa coincidencia.

Tudo indica que ao mandar chamar Pedro Velho a palacio, o presidente já estaria inteirado das disposições do comandante da tropa.

Assim interpretados os fatos, forçoso é concluir pela procedencia do telegrama que meu pai recebeu.

Entre os norte-riograndenses da propaganda republicana que se encontravam no Rio em 15 de Novembro de 1889, assistiram á proclamação ou nêla tomaram parte o padre João Manoel, José Leão, Tobias Monteiro, José Leitão, Fonseca e Silva e poucos mais cujos nomes não recordo.

Sendo natural o interesse de todos pela sorte de sua provincia, é de estranhar que, de um deles, apenas partisse a iniciativa de indicar o nome do que deveria dirigir o movimento local de adesão ao novo regimen.

José Leão, diz Cascudo, "companheiro de Pedro Velho na chapa republicana nas eleições de agosto, salvou definitivamente o amigo, conseguindo um telegrama do proprio Gabinete ministerial, autorizando-o a proclamar o regimen que nascia."

Não só não se explica a ação isolada do velho propagandista, como não se justifica que o gabinete houvesse naquela hora incerta confiado tão delicada missão a quem nem tinha a apoiá-lo um par-

tido de expressão numerica ponderavel, nem podia contar com o auxilio da força do Exército, cujo commandante, por hipótese, estaria ainda na ignorancia dos acontecimentos da Côrte.

A acreditar-se que o aludido telegrama teve a origem official que se lhe attribue e autorisava o seu destinatario a proclamar a Republica, o Governo provisorio teria encarregado da importante missão simultaneamente a dois homens: o capitão Bezerra Cavalcanti e o dr. Pedro Velho — o que me parece inverosimil.

Convencido afinal da realidade dos fatos, o dr. Pedro Velho aclamado, assumiu a presidencia e organisou ministerio, de que fez parte meu pai, como encarregado da pasta da Guerra.

Pouco depois, com as fileiras de seu partido reforçadas pelos adeptistas, pretendeu o dr. Pedro Velho perpetuar-se no poder, assumindo estranhas atitudes, uma das quaes, a de apoio a um movimento fomentado pelo seu ministro da agricultura, capitão João Avelino, no proposito de impedir que desembarcasse e se empossasse no governo do Estado o dr. Adolfo Gordo, nomeado pelo Governo Provisorio.

Como documentario dessa occurrencia indicar-lhe-ei um artigo, que aliás não li, de autoria do Capitão João Avelino, publicado na «A Republica» de 6 de fevereiro de 1890 e a resposta que lhe deu meu pai, da qual junto cópia.

Esses e outros desagradaveis fatos, levaram meu pai a desligar-se do governo, a que prestava a sua colaboração e a conservar-se afastado de qualquer atividade politica até o fim de seus dias.

Foi irreductivel nessa attitude.

Prova-o a que tomou, deixando de acompanhar o seu batalhão no movimento de que resultou a

deposição do dr. Miguel Castro, por ocasião do golpe de estado.

Sobre esse caso sei que, tendo um periodico local feito uma publicação attribuindo a meu pai certos conceitos infringentes da disciplina militar, o coronel Francisco de Lima e Silva, comandante da guarnição, baixou ordem determinando-lhe prestasse informações, o que cumpriu como verá da copia junta.

Reconheço que ha nesta carta pouca substancia a colher pelos estudiosos que se abalançarem porventura a escrever a historia daqueles dias confusos.

E o motivo aqui está: a falta da documentação conveniente.

Como eu, costumava meu pai queimar, a cada viagem que fazia, os papeis velhos, para aliyiar a bagagem. Nessas ocasiões, desapareciam até documentos que ele desejaria guardar talvez, tanto assim que os procurava depois, inutilmente.

O telegrama, certas cartas, de que tenho noticia e outros documentos importantes para este caso, tudo, porém desapareceu.

Basta de conversa. Já lhe tomei muito tempo. Com a estima de sempre, meu cordial abraço do —

Uldarico."

Procurei, no Rio de Janeiro, onde recebi a carta supra, saber qual a autoridade que firmára o telegrama referido, nada conseguindo nos arquivos dos ministerios da Guerra, da Marinha ou do Interior, constando no do primeiro deles algumas respostas de chefes de guarnição nos Estados, dizendo haver proclamado a republica, no seu setor.

De sorte que parece ter sido o ministro da Guerra o autor da ordem para que se instituisse a Republica e organisasse um governo provisorio.

No tocante á coincidência de haver o comandante da guarnição e o presidente da provincia, procurado o dr. Pedro Velho para a direção do novo Governo, ocorre-me uma historia que minha tia Justina relatava na minha juventude. Dizia ela que o capitão Felipe Bezerra, acompanhado do dr. José Paulo Antunes, fôra oferecer ao pai dela, dr. José Moreira Brandão Castello Branco, a chefia do governo republicano a inaugurar-se em virtude de um telegrama recebido pelo dito capitão, do ministro da guerra ou da marinha, determinando fosse proclamada a Republica na provincia, já instalada na capital do pais, a 15 de novembro. Não aceitando o honroso convite, apesar de suas ideias liberais, aconselhou que se aclamasse o dr. Pedro Velho, chefe do partido republicano local, pessoa que, pelo seu passado, estava naturalmente indicada.

Minha tia Estefania, respondendo a uma carta que lhe fiz, em 1938, sobre o velho Moreira Brandão, entre outros assuntos refere-se ao episodio, confirmando-o.

Justina acrescentava que seu pai, em seguida, entendera-se com o vice-presidente em exercicio Antonio Basilio, seu correligionario, dando o mesmo conselho, explicando-se assim a coincidência de atitudes das duas autoridades que podiam concorrer para a instituição da Republica sem maiores atropelos.

Em 1939, escrevi ao meu pai sobre o incidente. Genro de Moreira Brandão e correligionario de Pedro Velho, poderia esclarecer o caso, porém, respondeu-me que se não recordava dessa passagem. Sua memoria de um homen de 82 anos de idade, não a conservàra, mas tão pouco a negàra. Além disso, residia por esse tempo, na povoação de Utinã, no visinho municipio de S. Gonçalo.

Parece que as filhas de Moreira Brandão, prin-

principalmente Justina que, por ocasião da mudança do regimen, era quem dirigia a casa do velho liberal, não relataria um fato dessa ordem sem conhece-lo bem e tanto é aceitavel a hipótese que Pedro Velho, ao organizar a administração do Estado, no mesmo dia da posse, a 17 de novembro, nomeou Moreira Brandão ministro do Exterior como também aproveitara Felipe Bezerra, na pasta da guerra e Leoncio Rosa, na da marinha, pessoas estas que também concorreram para a sua investidura.

A noticia chegou a Natal no dia 15, publicando O PAIZ e o DIARIO DE NOTICIAS, do Rio de Janeiro, de 17 de novembro de 1889, o telegrama seguinte procedente de Natal e datado de 16: "A noticia da proclamação da Republica foi recebida aqui com imenso jubilo. Aguardamos com anciedade pormenores do acontecimento. A ordem publica está inalterada."

O PAIZ era o jornal de Quintino Bocayuva e o DIARIO DE NOTICIAS de Rui Barbosa. Não consta a assinatura de quem o transmitiu, nem a quem foi dirigido, mas, Pedro Velho congratulou-se com varios conterraneos residentes no Rio de Janeiro, pelo ato da proclamação no Rio Grande do Norte, no dia dezessete referido.

* * *

"PROCLAMAÇÃO que faço às forças sob o meu comando :

Camaradas! Os acontecimentos havidos ultimamente no Rio de Janeiro dêrão causa á transformação que ora se opera no sistema de governo no Brasil.

O Brasil não é hoje um Imperio, sim uma Republica e dirigem os seus destinos no Centro (Rio

de Janeiro) provisoriamente o sempre honrado General Manoel Deodoro da Fonseca e neste nosso Estado ou Departamento o cidadão dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, hontem aclamado pelo Povo.

Vós, que não conheceis e talvez nem façaes ideia do que seja um Governo Republicano, educados como fostes no sistema monarchico, deveis ter ficado sobresaltados por semelhante e tão repentina transformação: porém, este vosso velho camarada que, comquanto nunca tivesse manifestado taes idéas, mas que, todavia, não era a elas indifferente, vos declara que o sistema de Governo que acaba de adotar o Brasil é são, progressivo e de grande utilidade para o bem estar de cada cidadão no numero dos quaes estaes incuidos; sistema este que rege os povos mais civilizados do Universo.

Portanto, Camaradas, aconselho-vos a que continueis a trilhar a senda de vossos deveres, como até hoje tendes feito, que jamais vos faltará a devida justiça.

Quanto ao regulamento, que vos rege, continuará ele em seu pleno vigor, até que seja possível uma reforma definitiva.

Viva o Povo Brasileiro!

Viva a Republica dos Estados Unidos do Brasil!

Novembro de 1889

O Capitão

Felipe Bezerra Cavalcanti.

Comandante das Forças.”

Nota: Pelas expressões “hontem aclamado pelo povo,” é facil fixar-se a data em que foi feita esta proclamação, desde que a da aclamação do dr. Pedro Velho, foi a 17.

“AO PUBLICO

Depois de 28 anos de vida publica, contando 46 de idade, não tinha ainda me visto obrigado a recorrer à imprensa, o que ora faço, não somente em abono da verdade, mas tambem para satisfazer ao cidadão João Avelino Pereira de Vasconcelos que, em seu artigo inserto no jornal, “A Republica”, n. 30 de 6 do corrente, sob a rubrica “Sebastianismo”, me dirigiu formal provocação.

Procurando refutar um artigo publicado n’ «A Provincia» de 25 do mês passado, nega o sr. João Avelino haver dito que: *tinha 400 homens armados para formar resistencia e impedir o desembarque do governador extranho e que deixaria a cadeira de ministro para capitanear a flôr da gente*, provocandome a que declare ter ou não ouvido e testemunhado o mesmo cidadão proferir aquelas palavras, em alguma das sessões do Conselho Executivo.

Admira-me a coragem do anti-sebastianista que, sem duvida, esperava de mim uma declaração que lhe fosse favoravel ocultando a verdade; mas, não sendo de meus habitos assim proceder, cumpro o dever de declarar solenemente que: em uma das sessões de dezembro do ano passado, quando recusei prestar minha assinatura a certo telegrama clandestino e insidioso porque, como soldado, corria-me o dever de receber ordens immediatas do Governo

Central, meu verdadeiro chefe, e mesmo para não cahir na incoherencia de prestar as devidas honras ao governador, contra cuja nomeação houvera pouco antes reclamado no aludido telegrama, a esse tempo naquela mesma sessão, o sr. João Avelino não só pronunciou aquele trecho, como tambem interrogou-me se eu era capaz de mandar espingardear o povo, caso este não consentisse o desembarque do nosso Governador, ao que respondi apenas que cumpriria o meu dever.

Findo aqui a minha declaração e julgo ter assim satisfeito ao publico e, em particular, ao sr. João Avelino, a quem desculpo o incomodo que me deu de recorrer á Imprensa para referir um fato que está hoje no dominio de todos, contanto que mais não abuse de minha paciencia.

Natal, 12 de janeiro de 1890.

(a *Felipe Bezerra Cavalcanti.*)

Nota do Copista:

O "Governador extranho" era o dr. Adolfo Afonso da Silva Gordo.

Esta resposta do Cap. Bezerra foi publicada, creio, no "Diario de Natal. (*)

(*) O "Diario de Natal" não existia nesse tempo. Data de 1895.

Foi publicado no «Norte Rio-Grandense», de Natal, de 18 de fevereiro de 1890, (nº 6), p. 1 — colunas 2 e 3, com pequenas alterações; jornal quinzenal que tinha como redator principal o dr. Luiz A. Ferreira Souto.

“34º BATALHÃO DE INFANTARIA

Em obediencia a ordem do illustre Coronel Comandante transmitida pelo Sr. Major fiscal Pedro Antonino Nery, declaro que não me considero isolado do batalhão e do numero dos meus companheiros pelo fato de não ter tomado parte no movimento militar que depoz o governador deste Estado dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro, como se me quer attribuir, nem tão pouco autorizei a pessoa alguma a fazer a meu respeito semelhante juiso. O que disse, na tarde de 28 de novembro findo, o que ainda digo e direi é que, não obstante a administração do referido dr. Miguel Castro não me ter sido agradável, todavia eu, como militar, não concorreria para a sua deposição para colocar em seu lugar o dr. Pedro Velho d'Albuquerque Maranhão, pessoas de sua familia ou aqueles que com ele militaram em seu governo passado.

Quartel em Natal, 8 de dezembro de 1891.

(a) *O Capitão Felipe Bezerra Cavalcanti.*”

Tavares de Lira, Governador e politico

NESTOR LIMA

(Socio efetivo e benemerito)

Com o titulo de bacharel em ciencias juridicas e sociais obtido após tres anos de curso academico na Faculdade do Recife, quando ainda não havia completado vinte anos de idade, Augusto Tavares de Lira retornava ao seu Estado e á sua cidade — Macaíba, que se tornára um nucleo de movimentação politica nos ultimos anos da Monarquia, animado dos melhores propositos de entrar na vida publica e servir com devotamento aos interesses do seu torrão.

Foram seus companheiros nessa jornada tres outros conterraneos: Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, Pedro Nestor de Sales e Silva e Francisco Xavier Teixeira de Carvalho, igualmente formados naquele ano de 1892, cada um dos quaes tinha os mesmos propositos e desejos proprios daqueles que terminam os estudos universitarios e tentam os primeiros passos na coletividade, a que pertencem.

O Estado do Rio Grande do Norte, mal saído das lutas que perturbaram os seus primeiros anos de organização, com seu governo constitucional, sob a direção do dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, escolhido pelo Congresso Constituinte do mesmo ano, sendo vice-governador o velho chefe sertanejo Silvino Bezerra de Araujo Galvão, acolheu com simpatia os noveis juristas, assegurando-lhes

colocação condigna no quadro dos servidores da coisa publica.

Alberto Frederico foi despachado Secretario do Governo do seu illustre irmão; Augusto Lira foi nomeado para substituir no Ateneu Norte-Rio-Grandense e na cadeira de Historia o governador em exercicio, Pedro Nestor foi mandado para promotoria publica de Pau dos Ferros e Francisco Teixeira, não aceitando cargo no Estado, dele se afastou buscando as terras e as possibilidades maiores do Sul.

Augusto Tavares de Lira, mau grado a sua pouca idade, revelou-se logo um batalhador da imprensa, começando, desde cêdo, a escrever na "A Republica", órgão do Partido Republicano, chefiado pelo então Governador, e a seguir, tornou-se redator dos mais brilhantes desse semanario, sustentando a seção "Varios Tons", (1893).

Em 1893, foi nomeado membro do Conselho Literario e da comissão incumbida de consolidar a legislação judiciaria e eleitoral do Estado.

Nesse mesmo ano, foi ele indicado ao Congresso Legislativo Estadual, em vaga de Augusto Severo, sendo eleito, a 1 de setembro, mas, não chegou a tomar posse da cadeira, porque a sessão legislativa começava em Julho, 14, e ele fôra tambem incluído na chapa do seu Partido para a renovação da Camara dos Deputados Federaes, na 2ª legislatura, conseguindo ser reconhecido, tomando assento no inicio dos trabalhos, a 3 de maio de 1894.

Com um inicio tão auspicioso na carreira politica, Augusto Lira era, aos vinte e um anos, um dos mais jovens parlamentares brasileiros e sucessivamente reeleito nas renovações da Camara em 1897, 1900 e 1903, interrompeu a sua atividade parlamentar para assumir o Governo do seu Estado, a 25 de março de 1904, para o qual fôra eleito a 14 de junho anterior, juntamente com o dr. Juvenal

Lamartine de Faria, vice-governador, o qual exercia, a esse tempo, o juizado de direito do Acari.

Depois de deixar o Ministerio da Justiça, para que fôra convidado pelo Presidente da Republica, Afonso Augusto Moreira Pena, em consequencia da morte deste, em junho 1909, voltou ele, ao Parlamento Nacional, como Senador da Republica, na vaga do dr. Francisco de Sales Meira e Sá, que pleiteara e aceitára o cargo de Juiz Federal na Seção do Rio Grande do Norte, em 1910.

Até 1914, Augusto Tavares de Lira exerceu nobremente o seu mandato senatorial, liderando a Alta Camara, durante esse tempo do Governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914).

Com a eleição do dr. Wenceslau Brás Pereira Gomes para a Presidencia da Republica (1914-1918), assumiu, a 15 de novembro, o cargo de Ministro da Viação e Obras Publicas, em que se manteve até o fim desse quatrienio.

Daí, passou, logo em seguida, para o elevado cargo de Ministro do Tribunal de Contas, onde permaneceu e cuja presidencia exerceu, por varios anos, quando, em 1942, foi aposentado por ter atingido a idade limite.

Volveu ao lar o ao convívio das letras historicas, em que sempre se exercitára, produzindo obras de grande valor que o recomendam como um dos mais eruditos cultores dessa especialidade.

Desse rapido bosquêjo das atividades publicas e politicas do dr. Augusto Tavares de Lira, que tambem professou a cathedra de Direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, bem se pode avaliar qual a soma de serviços prestados à sua terra e à sua gente, nos varios e meritorios postos, em que desenvolveu a sua capacidade e reconhecida integridade.

Sou insuspeito para proclama-lo, porque, tradicionalmente adversario, por laços de familia, durante a maior parte dos seus trabalhos, no Governo ou fóra dele, só me pude aproximar do seu convívio, quando ele já havia deixado a vida publica, aureolado do mais belo conceito de homem e de cidadão.

Entretanto, acompanhava-lhe a trajetória nos varios encargos, de que se serviu para bemfazer á causa publica.

Menino ainda, trabalhava eu nas oficinas da "A Republica", e fazia-lhe as «Cartas do Rio», que enviava constantemente, com a assiduidade e a correção de um legitimo observador das nuanças politicas, ou dos fatos sociaes, que interessavam a nossa coletividade (1901-1903).

Em seguida, no Governo do Estado, cuja soledade de posse assistí, mal tinha regressado da Paraíba, onde fiséra o *curso de preparatorios*, acompanhei, durante o meu curso academico, falhado e incerto pelas dificuldades, que se me opunham por carencia de recursos financeiros, todo o desenrolar das suás atividades administrativas, no redusido setor do Estado, a braços com as varias crises climáticas e sociaes em que se via, vês por outra, envolvido o Governo que chefiava.

Vi a seca de 1904, com todas as suas amarguras e horrores, destender-se por todos os recantos da nossa terra, a capital invadida pelos infelises flagelados, em busca de trabalho e de pão, ou dispostos a emigrar para o norte do País, em busca da Amazonia, de onde muito poucos voltaram ulteriormente.

Quando, no seguinte ano, as chuvas caíram e o ritmo da vida se restaurou, em parte, pela esperança de novas safras e novos recursos financeiros, já o Governador Augusto Tavares de Lira tratava

de melhorar os aspetos urbanos da Capital, dando-lhe um sistema de iluminação a gás acetilene, que servia um grande trecho de ruas entre a Silva Jardim e a Praça André de Albuquerque, mandando construir, por administração, a praça que hoje tem o nome glorioso de Augusto Severo, o grande pioneiro da navegação aérea vitimado na catastrophe de 12 de maio de 1902, em Paris.

Ali, havia um pantano, que, com as aguas pluvias, reunia as sobras das marés altas e ameaçava a saúde dos moradores da convisinhança.

Erigiu grandes predios para os serviços publicos: o Edificio "LEX", para a séde do Poder Legislativo, e onde, hoje, funciona o Tribunal de Justiça, o edificio do Instituto Historico, a este destinado, conforme sua mensagem de 14 de julho de 1906, e que serviu, durante varios anos, ao Tribunal de Justiça (1907-1927) e ao Tribunal Eleitoral, (1933-1937), á Chefatura de Policia, á Inspetoria de Higiene, e que, afinal, por ato do finado Interventor Rafael Fernandes, voltou á posse e ao dominio do Instituto Historico, para que fôra edificado.

Na esfera financeira, conseguiu equilibrar o Orçamento da Receita e Despesa do Estado, quando este se limitava á soma total de 1.276.647,76, na receita, e 1.289.501,95, na despesa, com um ligeiro deficit de 12.854,19.

Fomentou a economia da população, buscando meios e recursos para levantar a industria canavi-eira dos vales de Ceará-mirim, Capió, Jacú e outros, procurou levantar a industria do sal, a esse tempo, submetida a um contrato de arrecadação com a Companhia Comercio e Navegação, interessou-se pelo algodão, que era a atividade da maior parte da população e realizou obras de saneamento e de limpeza e abertura de vales e rios do Estado, como auxilio ao trabalho particular.

Não pôde, porém, completar as obras iniciadas até o termo do seu mandato governamental, porque, na constituição do Ministerio do Presidente Afonso Pena, em 1906, teve de deixar o posto, para assumir o de Ministro da Justiça e, assim, interromper o governo, quando ainda lhe faltavam um ano e cinco meses para conclui-lo.

Desde então, só voltou á terra em 1910, quando pleiteava a eleição senatorial daquele ano, e quando recebeu de todas as classes sociais e politicas uma estrondosa manifestação de apreço, uma das maiores já vistas em nossa Capital. Nunca mais tornou ao Estado, mas, nem por isso, se decura dos seus interesses imediatos, pronto a prestar-lhe toda a assistencia de que tem necessitado.

Entretanto, todo o Estado lhe dedica uma grande veneração, pelas virtudes precláras que lhe ornaram a personalidade eminente, sobretudo, no aspecto da sua lealdade politica, sempre comprovada, desde os tempos, em que se aliára ao seu amigo e chefe, depois, sogro inolvidavel, dr. Pedro Velho, até aos compromissos ulteriores com a politica nacional, através dos periodos em que compunha a Camara dos Deputados, ou fazia parte do Senado Federal, ou como Ministro de Estado, (1906-1909 e 1914-1918), ou, finalmente, no Tribunal de Contas, (1918-1942) onde encerrou a sua vida publica, com tão altos e nobres predicados, que lhe valeram a inclusão do seu nome, benemerito já no Estado, no "LIVRO DO MERITO", a requerimento e por indicação da quase unanimidade do Senado Federal e com a plena aquiessencia do Governo da Republica, que o decretou, sem tardança.

Com estas linhas de sincera homenagem ao Ministro Augusto Tavares de Lira, no momento em que o Instituto Historico Brasileiro patenteia, pela sua "REVISTA", ao seu Socio Grande Benemerito,

os tributos da sua admiração, pretendo demonstrar, ao par da minha cordeal afeição ao seu ilustre espirito e ao seu nobre coração, o penhor da grande e permanente gratidão do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, ao seu SOCIO BENEMERITO e fundador, em rasão das inumeraveis provas de devotamento que lhe deu, na fase inicial de sua existencia societária, como e sobretudo, pelo imensuravel beneficio da séde, que, em seu governo, construiu e lhe destinou, em solene momento, e onde hoje, o sodalicio potiguar, que tenho a honra de presidir, ha 25 anos, tem sua definitiva e confortavel moradia e permanencia, a titulo de proprietario.

Natal, setembro 1952.

Cel. Demétrio de Souza Lemos

TRAÇOS BIÓGRAFICOS

PALESTRA lida ao microfone em Demétrio Lemos, pelo Desembargador Pelópidas Fernandes de Oliveira — 26-7-1953.

O que vou lhes dizer hoje é o que lhes teria dito, há cerca de um ano, por ocasião da inauguração da luz pública desta Vila, quando a reunião era muito maior e a satisfação de todos muito maior ainda.

A última hora, porém, organizou-se aqui um comício político; e eu, falando ao microfone nesse dia, dificilmente convenceria ao público de que não estava tratando de política, num meio agitadíssimo, como era êste então.

Adiei, por isso, esta leitura para outra oportunidade que, por motivos diversos, somente hoje se pode verificar, graças à generosidade e à gentileza dos que tão bem dirigem os destinos desta amplificadora, sempre pronta a servir a esta terra, dando as notícias mais importantes e lançando ao ar as músicas mais em voga e mais apreciadas, de par com as notas sociais que mais interessam a êste meio sertanejo.

As notas biográficas de Demétrio Lemos, que ia lêr naquele dia festivo da inauguração da luz pública nesta Vila, eram as seguintes:

Ilustre auditório. Muito contra os meus costumes e hábitos, aqui, estou com a maior satisfação, tomando parte nesta festa, congratulando-me com o povo desta terra e com a administração municipal, que a provocou, reinaugurando hoje, nesta vila, pela segunda vez, a sua iluminação pública. A primeira instalação de luz elétrica neste rincão sertanejo teve, por motivos vários, vida efêmera, mas, agora será duradora e, talvez permanente, como é o desejo deste povo de “crescer, criar e subir”.

Inimigo que sou da oratoria, confesso todavia que estava ansioso por um momento como este de satisfação geral, sem política e sem ódios partidários, para manifestar de público o meu agradecimento e o da minha família aos poderes públicos que mudaram o nome auspicioso de “BÓA ESPERANÇA” para o nome humilde de meu tio “DEMÉTRIO LEMOS” — que, se algum benefício fêz ao Município de Martins, nenhum fez propriamente a esta terra, que outro melhor nome, talvez, tivesse para crismála. Um dia, que talvez não esteja longe, este Distrito se desmembrará do Município de Martins, será Município autônomo também e com o nome de um homem que nada fêz ao seu território e sim, ao de outro município, a que êle já pertenceu e com êle então só terá de comum a vizinhança, a contiguidade dos territórios. Então, talvez, lhe dêem melhor nome; mas, enquanto não o fizerem, ouçam o agradecimento meu e de minha família, o qual não é somente aos poderes públicos; é também especialmente a todos os filhos e habitantes desta bôa terra, que receberam, sem protesto algum, essa mudança inesperada, que já vai para 10 anos e parece aceita pelo povo em geral deste Distrito. E como a vida de Demétrio Lemos, patrono hoje desta Vila e deste Distrito, é pouco conhecida dos seus habitantes, lembrei-me de, aproveitando hora tão solene e tão festiva, lêr estas tiras que, às pressas, rabisquei,

a título de biografia do meu tio materno e amigo, enquanto outros não a escreverem melhor e mais completa, sem a suspeita de parcialidade, por se tratar de um amigo íntimo e de um parente muito próximo.

Adianto, todavia, que muitas das notas que se seguem, são cópias de outras tiradas pelo próprio Demétrio, de sua fé de officio. E dito isto, a título de introdução, passemos ao assuto, que me trouxe a este microfone.

O Coronel Demétrio do Rego Lemos, filho legítimo de Geraldo de Souza Lemos e Severina do Rego Leite Gameleira, nasceu em “Cruz de Almas”, a uns 3 (três) quilómetros ao Poente da Cidade de Martins, a 20 (vinte) de outubro de 1867, domingo, na casa que é hoje de Francisco Marinho.

Foi batizado, a 16 de novembro do mesmo ano, na matriz local, pelo padre Anizio Torres Bandeira, sendo seus padrinhos o Capitão Francisco Rodrigues da Silva e sua mulher D.^a Raimunda Alexandrina Gameleira, tia legítima materna de Demétrio. Aprendeu em escolas públicas de Martins e de Pau dos Ferros, onde morou alguns anos, as primeiras letras e estudou um pouco de latim com o Dr. Almino Afonso, de quem foi depois grande admirador, e português, com o meu pai Dr. Bianor Fernandes Carneiro de Oliveira, Juiz Municipal de Martins e depois, seu cunhado, e aritmética e francês com Dr. Moreira Dias, então promotor desta Comarca.

Teve sempre ideias democráticas e, ao saber da Abolição dos Escravos e da Proclamação da República, foi quem promoveu em Martins as festas por êstes fatos, gastando o que não podia. Por algum tempo, foi funcionário do fisco local. Resolvendo estudar, matriculou-se na Escola Militar de Fortaleza (C. E.) a 12 de março de 1891, diminuindo a idade, a que parece, recomendado que era de Almino Afonso.

Tomou parte ativa na deposição do Governador cearense General José Clarindo de Queirós, a 16 de fevereiro de 1892. A três (3) de dezembro de 1893, embarcou para o Recife, onde a 21, passou a fazer parte do Cruzador "Niteroi", já que a Esquadra se revoltára e havia falta de marinheiros.

A 20 de janeiro de 1894, nele seguiu para Bahia, onde chegou a 23; a 15 de fevereiro, seguiu no mesmo Cruzador, para o Rio, conduzindo tropas legais para combater a revolta dos almirantes Custódio de Melo e Saldanha da Gama e regressou a 18. A 1º de março, seguiu no mesmo navio com a Esquadra do Almirante Jeronimo Gonçalves, até a enseada dos Búgios, em "Cabo Frio", onde chegou a 7, permanecendo ali até 9, quando seguiu a esquadra para o Rio, onde chegou a 10, só entrando a 13, na Guanabara, quando os revoltosos já estavam uns refugiados em navios de guerra portugueses, outros se haviam rendido e outros finalmente fugido. A 8 de abril, seguiu para Santa Catarina, chegando a Porto Belo a 11. Tomou parte no combate de 16, sendo elogiado pelo Comando em defesa da esquadra, sob nº 29 de 18 de abril, pelo valor que mostrou durante o combate da esquadra contra a fortaleza de Santa Cruz (sul), Ponta Grossa e o couraçado "Aquidaban", que foi torpedeado (salvo engano) pela canhoneira "Gustavo Sampaio". A 17, desembarcou com o contingente de 50 alunos para guarnecer Santa Cruz. Regressou para bordo a 18 e logo desembarcou com todo o contingente, para ocupar militarmente Desterro, hoje Florianopolis, regressando a 21. A 4 de maio, seguiu para Montevideu e depois para a Ilha Martim Garcia, a-fim-de fazer parte das guarnições dos navios abandonados pelos revoltosos. A 11 de maio, passou a fazer parte da guarnição do vapor de guerra "Esperança". Regressou nele a Montevideu, onde chegou a 17. A 5 de junho, partiu para Santa Catarina, a 12, dali

para Ilha Grande. A 23, chegou ao Rio, onde a 14 de agosto de 1894, foi comissionado no posto de Alferes, sendo a 13 de novembro seguinte confirmado no mesmo posto, por Floriano Peixôto e a carta patente assinada pelo Presidente Prudente de Moraes, por serviços prestados à República. A 8 de outubro de 1908, depois de 14 anos de Alferes, foi promovido por estudos a 1º Tnt. (Tenente) por Nilo Peçanha e, após 6 anos, foi promovido ainda por estudos a Capitão em 24 de junho de 1914, por Veneslau Braz. Sendo simplificado numa matéria eliminatória, não pôde se formar em Engenharia Militar, como desejava, ficando apenas com o curso das 3 armas. Devido às perseguições, que sempre sofreu da comissão de promoção do exército, propondo-a até para oficiais falecidos, para beneficiar as famílias com melhor montepio, foi reformado compulsóriamente a 27 de abril de 1921, com honras de Major.

Com outros oficiais prejudicados, propôs ação contra a União, vencendo afinal sozinho, pois, os colegas abandonaram a ação e êle voltou à atividade no posto de Major, por antiguidade a 23 de junho de 1927, no Governo de Washington Luiz, sendo promovido a Tenente Coronel a 21 de julho do mesmo ano, ainda por antiguidade, e, dias depois, foi reformado, a pedido, com honras de Cel., recebendo todos os vencimentos do tempo em que esteve afastado do exército.

Com êsses recursos, construiu a Rodovia "13 de maio", ao lado da Ladeira do Pimenta, na Serra do Martins, gastando cerca de 40 contos.

Não querendo afastar-se do Rio, serviu, quasi todo o seu tempo de atividade no 1º Regimento de cavalaria (Dragões da Independencia), tendo estado alguns anos no Rio Grande do Sul, em Minas, em Mato Grosso (Bela Vista), para ser promovido a

Capitão, chegando, às vêzes, a comandar 800 homens.

A exemplo de Osorio e de Caxias, nunca tomou parte, como oficial, em revoltas ou revolução, ficando sempre ao lado do Governo e da República.

Sentia-se mal quando ia receber seus vencimentos no Tesouro e ali via os colegas, que o prejudicaram e preteriram suas promoções, reformados há tempos, a pedido, mas, recebendo vencimentos muito inferiores aos seus, dada a época de suas reformas. Demétrio ofereceu a Martins o busto em bronze de Almino Afonso, obra de Eduardo Sá, sendo inaugurado a 15 de novembro de 1929, na Praça que lhe tomou o nome. Acabou com quase todas as pedras da cidade que ficou uma das mais planas do Estado.

Ofereceu ao Grupo Escolar de Martins, mobília, gôngo, relógio de carrilhão, muitos bustos, rica e valiosa bandeira nacional, muitos livros importantes e muito material escolar. Apesar de positivista, fêz a escada que dá acesso á torre sul da matriz, deu-lhe um sino, que tomou o seu nome, deu outros sinos a diversas Capelas da Zona, mandando para Martins o 1º rádio da zona e, depois, uma potente amplificadora, ainda hoje em meu poder.

No centenário da Paróquia, em 1940, ofereceu valiosíssima pia batismal de mármore à Matriz local e belo porta-missal, em memória de sua tia e mãe de criação Vitôriana Lemcs. À Capela do Orfanato "Abigail Afonso", ofereceu belo calix e patena para celebração da missa, concertou rodovias entre Urú e Retiro. Deu sinêta ao cemitério público de Martins, carroça para lixo á Prefeitura, placas para a Prefeitura e praças, quadros diversos, todos os postes para iluminação pública da Cidade, colculando-se tudo isso, naquele tempo, em mais de cem contos de reis, que hoje seriam mil talvez.

Antes instalou na cidade luz a kerosene que durou pouco tempo.

Demétrio comprou terreno, tijolos, madeira para um cinema que não chegou a construir, mas, os seus herdeiros deram á Igreja de Martins que, com êsse material, construiu o Salão Parochial, grande prédio que ficou a engrandecer nossa Cidade. Na manhã de 6 de julho de 1938, fez, pela primeira ves, passar e evoluir muito baixo sôbre Martins um avião da FAB, ainda em começo, pilotado pelo Capitão Gonçalo de Paiva, o que causou grande admiração e contentamento a todos nós. Falava em construir um “campo de aviação”, em Martins, para o que me ordenou gastar naquele tempo cinco contos de réis. (Hoje seriam 50). Apesar de nunca ter andado de avião, bem prévia o progresso da aviação, que hoje domina os ares. D. Jaime Câmara quis dar o nome de Demétrio ao Orfanato que fundára a êle não consentiu, lembrando o de “Abigail Afonso”, que déra á Prefeitura o Sobrado, onde êle funciona e daí, o nome de “Orfanato Abigail Afonso”.

Êstes foram os seus beneficios públicos e a estranhos.

Na vida particular, ou de família, auxiliou a formatura, em medicina, de meu irmão Epaminondas, que era seu afilhado e para quem obteve lugar no Hospital Central do Exército, quando estudante. Auxiliou a diplomação, na Escola Normal de Natal, da minha irmã Guiomar e os estudos em grande parte do seu sobrinho Dr. Geraldo Lemos, em Fortalêsa. Caridoso ao extremo, sempre auxiliou os irmãos, os parentes pobres e a todos que lhe pediam esmolas. A mim, presenteou estatuêtas, instrumentos diversos, muitos livros positivistas. A estatuêta da Justiça eu dei ao Forum, as de Licurgo e Solon á Camara Municipal. Ao Forum dei também uma campá que êle me ofertara para as minhas audi-

ências. Muito filantropo, foi explorado por muitos patrícios aqui e no Rio, onde só falava em Martins, mesmo aos que não interessavam nem conheciam esta terra. A minha irmã Abigail deu um piano, o 2º que teve esta Cidade.

Grande amigo de Tasso Fragozo e de outros generais do seu tempo, não quis atingir também este posto, por mais que eu a família lhe pedissemos. Contando já 75 anos de vida, faleceu solteiro, às 20 horas e 45 minutos, de miocardite e dilatação da aorta, no Rio de Janeiro, no Hospital Português, a 13 de maio de 1943, quinta feira, data que, por curiosa e fatal coincidência, êle escolhêra para denominar a rodovia que construira em Martins.

Sepultou-se no cemitério de S. João Batista, em jazigo perpétuo, falando à beira do túmulo o chefe do positivismo, sendo seu enterro muito concorrido e vendo-se nele muitos generais e oficiais do exército, onde êle foi sempre muito estimado. Entre muitas corôas de flôres, via-se a que o município de Martins ali puzêra com espressiva inscrição. Não era Demétrio positivista ortodoxo, mas, um grande adepto do positivismo e admirador estrêmo dos seus chefes Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Benjamin Constant, ao lado de Manoel Rabêlo, Ivan Lins, Alipio Bandeira e muitos outros.

O Dec. estadual (1.197) de 17 de maio de 1943, quatro dias após sua morte, denominou Demétrio Lemos as escolas reunidas de Bôa Esperança, Vila que tomou depois o nome dele, não por ato da Prefeitura de Martins e sim, por deliberação espontânea da Comissão Toponímica estadual, (*) a quem, por lei, competia a mudança, para a qual nem eu,

(*) Presidida pelo dr. Nestor Lima e composta dos drs. Alferes Galdino dos Santos Lima e Otto de Britto Guerra. N. da R.

nem minha família concorremos, de forma alguma.

Si fôssemos consultados não teríamos concordado com esta mudança de um nome tão auspicioso, como era Bôa Esperança, para um tão humilde de Demétrio Lemos, que já não vivia.

Foi isso uma homenagem que o poder público lhe quis prestar espontâneamente, não sabendo eu quem com ela ficou mais honrada — se foi a Vila de Bôa Esperança, ou se foi a memória de Demétrio Lemos.

O certo é que o ato muito agradou a mim e á minha família, como agradou a denominação de Demétrio Lemos a uma das principais ruas de Martins, e a decretação de feriado municipal, naquela data, pelo prefeito de então, mas, repetimos — não concordâmos de forma alguma com êsses atos, como não concorremos também para um busto que lhe querem erigir em Martins, numa praça pública.

Tudo é coisa espontânea dos seus admiradores, a que não podemos nos opôr. Insisto nestas declarações para acabar, de vês, qualquer dúvida que alguém por ventura tenha ainda sôbre êstes casos, a respeito de que faziam tanta confusão.

Tendo Demétrio morrido em pleno regime ditatorial, a Assembleia Constituinte, por unanimidade, em sessão de 18 de fevereiro de 1946, por proposta do Deputado José Augusto, consignou na ata um voto de pesar pelo falecimento do grande martinense. Muita cousa interessante teria eu a dizer ainda a respeito da vida particular de Demétrio, mas o momento é impróprio e eu me aguardo para outra ocasião mais oportuna.

Encerrando estas notas, renovo os meus agradecimentos e de minha família, não só aos poderes públicos, que deram o nome de Demétrio Lemos ao Grupo Escolar desta terra e últimamente a esta

Vila e a este Distrito, como especialmente, aos seus habitantes e aos seus filhos que o aceitaram e o repetem diariamente, sem constrangimento e com respeito e admiração, por um homem que tantos benefícios nos fez e mais não fez ainda, porque suas posses não permitiram.

Outros, seguindo o seu exemplo, que o façam maiores e melhores, se poderem e se quizerem.

«O Clero na Historia do Rio Grande do Norte»

Palestra na "Radio Potí", a 10 agosto 1954,
como parte das manifestações do 25º ano
de Episcopado de D. Marcolino Dantas.

NESTOR LIMA
(SOCIO EFETIVO E BENEMERITO)

I — Nesta semana de tão eloquentes demonstrações de apreço e afeto filial ao Exmo. Sr. D. Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, 4º bispo e 1º arcebispo de Natal, era justo que o Instituto Historico e Geografico tambem trouxesse a sua colaboração para as homenagens, que estão sendo realizadas, neste Jubileu do Episcopado, bem como em sincera veneração ao novel 1º Bispo Auxiliar, D. Eugenio de Araujo Sales, que será sagrado, no dia da Assunção.

Conseqüentemente, a festa jubilar do nosso Eminente Arcebispo, que é SOCIO HONORARIO do Instituto Historico, constitúe para seus confrades, que muito o admiram e présam, uma festa da Casa, ou uma comemoração, que lhe tóca de perto e vale a pena destacar e ressaltar praseirosamente.

Seja-nos, pois, admitido falar do "Clero na Historia do Rio Grande do Norte", conforme têma que nos foi distribuido para este momento.

II — A Historia do Rio Grande do Norte é a propria historia do Clero catolico, desde os seus primórdios, nas recuadas éras do seculo XVI.

Quando Manoel Marcarenhas Homem e Feliciano Coelho de Carvalho, com suas tropas de terra e mar, aportaram ás plagas do Rio Grande, ou "Potengi", vinha na sua companhia a lusida falange de Jesuitas e Franciscanos, que eram Gaspar de Sampères, Diogo de Lemos e Frei Bernardino das Neves, para cooperar na obra da conquista, quer para levantar o fôrte dos Reis Magos, ou para catequisar os selvicolas, ou ainda para ajudar na obra da consequente colonisação da vastissima região, reconquistada para o Reino e para a Religião.

De fato, grande e formidavel foi a atuação de Frei Bernardino das Neves, perito na lingua tupi, de Gaspar de Sampères, no traçado e edificação da Fortalêsa, e de ambos na catequese e disciplina dos indios potiguares, além da pacificação das tribus revoltadas contra a dominação lusitana.

Em seguida, destacam-se as figuras sacerdotaes de Padre Francisco Pinto, notavel regedor da Colonia e Aldeia de Grajerú (Extremôz), entre cujos grandes préstimos se destaca o do ensinamento e catequese do chefe potiguar, mais tarde, D. Antonio Felipe Camarão, chefe da aldeia de Igapó, cujo batismo e casamento efetuou, nos idos de 1613, na aldeia do Guajerú.

Não menos prestimosos e prestadiços, foram nas outras aldeias, da então Capitania do Rio Grande os frades jesuitas, franciscanos, beneditinos e outros que povoaram as aldeias de Gramació, Estremôz, Mopebú, S. João Batista de Guarairas, Nossa Senhora do O' de Papari, Portalegre e Apodi, ainda ao tempo da colonisação pelas ditas ordens religiosas e antes dos decretos do Marquês de Pombal, que as extinguíram e mandaram vilar aqueles agrupamentos com organização civil, de 1760 em diante.

A Cidade de Natal, cuja fundação ocorreu pelos fins de 1599, já possuía, nos primeiros dias do

novo seculo 17º, o seu vigario, que era o Padre Gaspar Gonçalves da Rocha, pois, requeria terras, desde 1601. Ainda em 1614, estava ele na sua parochia, pois, *informava* á Commissão Real de distribuição das terras, feita pelo capitão general de Pernambuco Alexandre de Moura e pelo desembargador Manoel Pinto da Rocha.

No periodo da occupação holandêsa, desconhece-se os occupantes da freguesia de Natal, a não ser o Padre Ambrosio Francisco Ferro, que foi vitima, com os demais homens bons da Cidade, da horrenda catastrophe de Uruassú, a 16 de julho de 1645, quando lhe fiseram "taes anatomias", que o cronista Garro teve pejo de referir.

Na longa noite do dominio flamengo, a religião foi espesinhada e reduzida á ruina; foram massacrados os habitantes das aldeias de Cunhaú, Uruassú e Ferreiro Torto, entre os primeiros contando-se o velho sacerdote paulista, Padre André de Soveral, ou Sobral, que curava as almas em Cunhaú e foi vitima da sanha dos Janduís estimulados e instigados pelo fero judeu holandês, Jacó Rabi.

Mas, veio a restauração, em 1654, e, depois das providencias de ordem administrativa, chegou aqui, em dias de 1660, o padre Leonardo Tavares de Melo, que solicitára essa provisão, como vigario de Natal. Em 1664, ele requeria terras e se dizia vigario e morador desde quatro anos, na parochia de Nossa Senhora da Apresentação.

Só mais tarde, sob o parochiato do Padre Paulo da Costa Barros é que se iniciou a construção da atual Igreja da Apresentação, que é a nossa Sé Archiepiscopal, aonde os crentes superlotam a Igreja de tal modo, que, no diser do saudoso Mons. Alfredo Pegado de Castro Cortês, "fica a Igreja dentro do povo e não o povo dentro da Igreja".

Pois, é certo que, a 22 de novembro de 1772,

reuniam-se em Senado, da Camara o des. Manoel da Costa Palma e o vigario Paulo da Costa Barros, para promover os meios necessarios á ereção de um Templo, visto que a Igreja “era de taipa e barro”, a maior parte, caída e com tal imperfeição, que mal podiam administrar os atos do Culto Divino.

A seguir, Padres Eloi de Freitas, 1690, Doutor Simão Rodrigues Lessa, 1706, Doutor Manoel Correia Gomes, 1727 a 1760, Doutor Pantaleão da Costa de Arrujo, 1764 a 1794. (Batisou o fámulo Miguel, maie tarde, Frei ou Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro); Feliciano José Dornelas, 1796-1839, que tomou parte na Revolução Republicana de 1817, administrou a Provincia em 1836 e morreu queimado em seu proprio leito a 13 abril 1838, Bartolomeu da Rocha Fagundes, 1839 a 1873, quando suspenso, em rasão da Questão Religiosa; João Maria Cavalcanti de Britto, 1881 a 1905, realiso notaveis serviços na Matriz de Natal, e prestou grandes auxilios á população, por ocasião da epidemia de varíolas, em 1905, depois do que, faleceu a 16 de outubro; já é objeto de grande veneração popular e está recomendado á Congregação competente, na Santa Sé, para efeito de beatificação.

Além destes vigarios colados, que serviram devotadamente á Religião e ao Rio Grande do Norte, através de mais de treis seculos, os seus coadjutores e vice-vigarios, em numero muito maior, tambem se tornaram credores da estima publica e da população pobre na Capital, na Provincia e no Estado.

III — A série inumeravel de sacerdotes catholicos, que teem engrandecido a terra que lhes foi berço, são como uma via latea esmaltando a Historia do Rio Grande do Norte.

Entre todos figuram, na Primeira plana, Padre

Miguel Joaquim de Almeida Castro, filho desta Cidade e martir da Revolução de 1817, em Pernambuco e os padres João Damasceno Xavier Carneiro, Manoel Joaquim de Albuquerque Montenegro, Davi Leopoldo Targini e outros heróis e martires da referida Revolução.

Como figuras esponentiaes na vida politica e cultural desta nossa querida Terra, destacam-se o Padre Francisco de Brito Guerra, vigario do Caicó, deputado e senador no Imperio, que conseguiu inumeros beneficios para o Rio Grande do Norte, inclusive a fundação d a Imprensa Potiguar, em 1832, a delimitação da Provincia com a sua visinha ao sul, a criação da cadeira de latim e francês no Principe e outras muitas vantagens.

Tambem deve ser referido o Padre João Manoel de Carvalho, deputado geral na Monarquia, grande politico e atilado parlamentar, que já, ás vespers da Republica, aclamava-a na tribuna da Camara temporaria do Imperio, em 1889. E' patrono da Academia de Letras. O grande tribuno Dr. Mel. Gonçalves Soares de Amorim, natural do Assú, vigario de Itambé, Pernambuco. Historiografo renomado.

O Padre Sebastião Constantino de Medeiros, natural do Caicó, onde nasceu em 1847, foi outra notavel figura do Cléro, como partícipe da Questão Religiosa, em 1874, foi professor no Seminario de Olinda, regeu o Bispado de Pernambuco e foi prêso, transportando-se para Roma, onde foi professor do Collegio Pio Latino Americano, como jesuita de altos meritos.

Para a minha saudade e para a minha afeição, quero destacar, no Clero patricio, o Conego Estevam José Dantas, vigario de Assú, que me batisou, acompanhou-me na formação do espirito, e de quem fui acólito e discipulo, até além da morte, em 1929.

Era educador emerito, latinista exímio e poeta latino, grande animador da diocese de Natal, em todo o Estado.

Outros educadores, como padre Francisco Teodosio de Seixas Bailon, lente de latim no Ateneu removido para Assú, Manoel Pinto de Castro, lente em Natal, Monsenhor Calazans Pinheiro, contemporâneo no Ateneu, Monsenhor Alfredo Pegado de Castro Cortês, grande figura do Clero, tão cêdo roubado á vida, Conego Leão Fernandes, que illustra uma das Cadeiras da Academia de Letras, Monsenhor Joaquim Francisco de Vasconcelos, que se transportou e radicou na Baía, onde foi mestre do nosso Arcebispo d. Marcolino, Monsenhores Francisco d'Assis de Albuquerque, Vicente Ferreira de Lustosa Lima, renomada autoridade no ensino na Arquidiocese do Rio, Francisco Severiano de Figueirêdo, lustres da Diocese de Paraiba, Conego Luiz Gonzaga do Monte, illustrado professor em Natal, e outros tantos venerandos sacerdotes já desaparecidos, em meio de geral estima.

Mas, a grande mèsse de levitas do Senhor está nas paróquias, desde a capitania até a Republica e lá se identificaram com os seus rebanhos, servindo-os até á morte e entre eles destacarei os vigarios João Maria, de Natal, Antonio Joaquim Rodrigues, com 40 anos em Mossoró, Monsenhor José Paulino Duarte da Silva, de Ceará-Mirim, que concluiu a colossal Matriz de Nossa Senhora da Conceição e São Miguel Arcanjo, ali; Monsenhor Antonio Xavier de Paiva, de São José de Mipibú, padre Tomás Pereira de Araujo, do Acari, o construtor da grande Igreja de Nossa Senhora da Guia, padre João Jeronimo da Cunha e João Alipio da Cunha, de Goianinha, padre Manoel Januario Bezerra Cavalcanti, de Penha, vindo do Assú, e que morreu com "cheiro de santidade", como se diz, devido ás suas muitas

virtudes, Padres Elias Barbalho Bezerra, da capela do Rosario, na Várzea do Assú, Antonio Germano Barbalho Bezerra (padre Tote), do Assú, sacerdote por voto e promessa á N. Senhora, em momento em que se achava perdido dentro do mato cerrado, Agnelo Fernandes, vigario de Ceará-mirim, com grandes virtudes, Conego Luiz Adolfo de Paula, benfeitor das obras pias, padre Ladislau Adolfo de Sales e Silva, vigario de Rezende, no Estado do Rio de Janeiro, José Antonio da Silva Pinto, Amaro Teot Castor Brasil, veterano capelão no Paraguai, Antonio Gifoni, de Macau, Antonio Rodrigues, de Santana do Matos, Felix Alves de Souza, de Angicos, Idalino Fernandes de Souza, de Assú, Conego Emidio Cardoso, do Caicó, Manoel Bezerra Cavalcanti, de Campo Grande, (hoje Augusto Severo,) Tomaz de Aquino Mauricio, de Nova Cruz, monsenhor José Paulino de Andrade, vigario de Macaíba, ao tempo da Abolição e da Republica, Pedro de Paula Barbosa, jovem e esperançoso cultor das linguas vernacula e latina, Florencio Gomes de Oliveira, esmerado poeta satírico, cujas produções corriam mundo, quando vigario de Pau dos Ferros e Portalegre, José Herminio da Silveira Borges, ex-vigario de Natal, assassinado em plena Rua de Pappari, onde estava como encarregado da freguesia, padre Tertuliano Fernandes de Queiroz, de São Miguel de Pau dos Ferros, politico prestigioso na zona da Serra do Camará, e tantos e tantos outros, já desaparecidos, que deixaram rastros de bondade e de caridade, por onde passaram no exercicio do seu sacerdocio.

Refiro-me somente aos mortos, porque os vivos, entre os quaes se destacam altas virtudes e nobres caratères, ainda não podem ser julgados por seus contemporaneos.

IV — Antes, porém, de encerrar essas cronicas

sobre o "CLERO NA HISTORIA DO RIO GRANDE DO NORTE," cabe-me o dever de salientar, dentro do Cléro, as figuras marcantes do seu Episcopado, nas três Dioceses, de que se compõe a nossa Provincia Ecclesiastica: D. Joaquim Antonio de Almeida, 1º Bispo de Natal, natural de Goianinha e 1º Bispo do Piauí, que resignou por doença a sua diocese, tornando-se Bispo titular de Lari, na Asia Menor; 2º D. Antonio dos Santos Cabral, filho de Sergipe, eminente Arcebispo de Belo Horizonte, Minas Geraes; 3º D. José Pereira Alves, natural de Pernambuco, removido para Niteroi, notavel orador sacro Estado do Rio, onde faleceu; e 4º D. Marcolino Esmeraldo de Souza, natural da Baía, que ainda felizmente exerce o seu munus pastoral, na elevada Dignidade de Arcebispo, nesta Provincia, desde 15 de agosto do ano passado.

Nas duas outras Dioceses sufraganeas, cumpre projetar na alta esfera do Catholicismo, o 1º Bispo de Mossoró, D. Jaime de Barros Camara natural de Santa Catarina e instalador da Diocése do Oeste Potiguar, a quem as luzes do Céu tão bem iluminaram, para ser removido para Belém do Pará, e hoje, fulgurar, como Cardeal, na Arquidiocese do Rio de Janeiro, na sucessão do grande Cardeal Leme; o 2º bispo, D. João Batista Porto Carreiro Costa, que hoje brilha como Arcebispo-bispo Auxiliar de Olinda e Recife; e o 3º Bispo D. Eliseu Mendes, ora em exercicio; em Caicó, o seu 1º Bispo, D. José de Medeiros Delgado, atualmente arcebispo de São Luiz do Maranhão e o 2º Bispo, D. José Adelino Dantas, o diléto bispo seridóense, que ocupa agora o sóleo daquela mais nova diocése norte-rio-grandense.

Tambem merece especial menção o 1º Bispo de Aracajú, d. José Tomaz Gomes da Silva, natural de Alexandria, que tanto honrou a cátedra episcopal daquela Diocese.

Finalmente, vae ter Natal, no seu 1º bispo au-

xiliar, D. Eugenio de Araujo Sales, natural do Acari e originario das prestigiosas familias Dantas e Sales, de São José de Mipibú, uma das mais completas organizações de sacerdote e pastor de intensa vida social, de que se ha de envaidecer a terra que lhe deu o berço.

Referí-me aos vivos que constituem o nosso Episcopado Catolico, porque a festa, a alegria e o entusiasmo provém das Bodas de Prata de um arcebispo iustre e estimado e da sagração de um novel bispo auxiliar; daí, a necessidade de destacar todos os que teem occupado os sóleos da Igreja, entre nós; mas, a homenagem mais sincera e mais comovente, é justamente para os que, no simples exercicio do munus pastoral, ou na função dignificante de educadores, ou nos páramos da politica construtora ou, ainda, nas dignidades episcopaes nesta Provincia, ou nas demais, da cara "Patria minha amada", teem sabido impôr-se, pelas virtudes que lhes exornam o carater, ou pelo brilho das inteligencias de escól, com honra e brilho para o Rio Grande do Norte.

Natal, 10/8/54.



A morte do Presidente Araujo Neves (1850)

“REPRESENTAÇÃO. — Senhor. Os Vereadores da Camara Municipal d'esta Capital, da Provincia do Rio Grande do Norte, abaixo assinados, curvados sob o pezo da mais extrema dor pelo fim tragico, com que desceo ao tumulo o digno e infeliz Presidente desta Provincia, o Dr. José Pereira de Araujo Neves, e assaltados dos maiores receios por suas vidas e a de seus Municípes; vêm com profundo acatamento ante o Excelso trono de Vossa Magestade Imperial, exalar num grito de dor e desesperação e implorar ao Sabio Governo de Vossa Magestade Imperial medidas, que, fazendo reaparecer o imperio da Lei e da Justiça nesta Provincia, convenção a seus habitantes, que em balde não são por Vossa Magestade Imperial ouvidos os seus mais justos clamores.

Senhor, a causa da morte inopinada e desastrosa do Presidente José Pereira de Araujo Neves, se explica do seguinte modo.

Existem nesta Provincia, como nas outras, dois partidos conhecidos por “Sulistas e Nortistas: aqueles, sendo perseguidos por seus crimes em (pag. 1) em 1838 pelo Presidente, o infeliz Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa e confiados nos Vice-Presidentes d'então, que todos erão, como actualmente, de sua parcialidade, não recuarão ante o honroso projeto de o assassinarem, como de feito o fizerão no dia 4^a feira de trevas de 1838, pelas cinco horas da tarde!

E acoroçados pela impunidade de tão horrendo atentado, cometido na pessoa do Delegado de Vossa Magestade Imperial, continuarão na pratica de maiores e ainda mais horrorosos; e por tal modo se constituirão no poder, fazendo desta infeliz Provincia o assento quieto de depredações e tyrantias, até que americiando-se o Céu da maioria oprimida de seus habitantes, se dignou o actual gabinete entregar os destinos desta Provincia á judiciosa administração do Dr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, o qual chegado a ela e dirigido somente dos principios de tolerancia e justiça, buscou bem discriminar os seus habitantes e conhecer qual dos partidos aqui existentes professava de coração os sentimentos (pg. 2) de ordem e adhesão á Monarchia e ao actual gabinete. Nestas circunstâncias, pois, conservou o partido Sulista em todas as pozições officiaes por espaço de 6 meses, até que, passada a época das eleições, conhecendo no decurso, de tamanha provação, que não só o partido do Norte era o que, composto de melhor gente, representava a maioria da Provincia, senão tambem que era o partido verdadeiramente seguidor dos principios de ordem e monarchia, demitido das posições o Sulista e fez occupal-as o partido do Norte. É nestes entretimentos, Senhor, que, por ter de tomar assento na Camara temporaria o Dr. Taques, vem presidir a esta Provincia o infortunado Dr. Neves, que, sustentando as cauzas no estado achado, continuou a ser apoiado pelo partido Nortista, recebendo aliás a mais injusta e desleal opposição do — Sulista. — É de notar aqui, Senhor, que o partido — Sulista, — vendo-se arredado do poder, e procurando a todo custo, inda os mais indignos e imorais meios (pag. 3) reassumil-o, esforça-se por apregoar-se para a Corte de partido — saquarema, — á despeito dos patentes e concludentes factos, que ao contrario contra ele depõe, afim de que, illaqueiando a bôa fé do

Sabio Governo de Vossa magestade Imperial, pudessem ser conservados os actuais Vice-Presidentes, todos da parcialidade do partido — Sulista. — Infelizmente porém assim aconteceu, porque não obstante os reiterados clamores dos Rio Grandenses para a destituição de taes homens, jámais forão eles demetidos, certamente por não serem, taes quais são, conhecidos pelo Governo de Sua Magestade Imperial, vindo por tal forma a realisar-se as bem fundadas apprehensões dos Rio Grandenses, que, firmados no terrivel exemplo do assassinio do infeliz ex-Presidente Ribeiro, com razão temião pela vida de Presidente José Pereira d'Araujo Neves, que, no dia 15 do corrente mez de Março, pelas nove horas da manhã, volvêo á mansão dos justos de um repentino ataque, que (pag. 4) apenas durou — instantes — havendo-se levantado immediatamente depois do xorado passamento um clamor publico de que ele fôra vitima de um veneficio propinado por mão malevola, e movida por planos concentrados do partido Sulista. Em verdade, Senhor, depois que se tem visto o procedimento do actual Vice-Presidente em exercicio, e o alegrão com que o partido — Sulista — se tem aplaudido, já não entra em duvida, que o infeliz Dr. Neves fôra assassinado! E com efeito, vendo o partido — Sulista, — que pelos meios ordinarios não dominaria tão cedo na Provincia e afeito já na pratica de iguaes crimes, não duvidou decretar o assassinato do Dr. Neves; como facilmente se deixa vêr e acreditar, porque, tomando immediatamente conta da Presidencia o 1º Vice-Presidente, João Carlos Wanderley, homem gasto no crime, e coberto de maldição dos Rio Grandenses, levou o seu disfarçamento e imoralidade a ponto de inutilisar o imparcial e inteligente Dr. José Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva, que como Chefe de Policia teve a coragem de proseguir na ação da Justiça, a fim de levar á verdade as serias suspeitas, que de par

em par augmentavão de haver sido envenenado o Presidente Neves! Não para ainda ali, Senhor, o procedimento suspeito, senão criminoso, do actual Vice-Presidente! Não contente com destituir de toda autoridade o chefe de Policia Dr. Vieira, demite em continente as autoridades Policiaes desta Capital, com o fim igualmente unico de afastal-as dos Tribunais e de obstar que interviessem no descobrimento da verdade; como de feito se verificou, por quanto, destituídas aquelas autoridades; jamais dêrão as novamente nomeadas medidas alguma para chegar a justiça ao conhecimento da verdade! Os criminosos, que existião prezos, da parcialidade do Vice-Presidente, pelo crime horrorozo da tirada dos prezos, e morte dos soldados, que guardarão as Cadeias da Vila de Goianinha, já hoje (20 do corrente) se achão soltos escandalosamente, por via de recursos, pelo (pag. 6) interino chefe de Policia, o bem conhecido Juiz Municipal desta Capital Francisco Xavier Pereira de Brito. Finalmente a pressa, com que se tem dado demissão ás autoridades governistas para toda a Província, e a maneira como que antecipada, com que se apresentou Domingos Henrique de Oliveira (da parcialidade e aparentado proximamente por afinidade com o Vice-Presidente) para proceder com suplentes da mesma grei a uma sessão clandestina da Camara Municipal, tudo faz crer aos abaixo assinado, que a morte do Presidente Neves, fôra consequencia de um tenebrozo plano nascido do partido — Sulista.

Os documentos juntos provão o que os abaixo assinados julgão de seu dever levar ao alto conhecimento de Vossa Magestade Imperial.

Senhor, muito concorre para a desmoralização dos povos a impunidade dos crimes! E com efeito, se houvessem sido punidos os autores do assassinato do ex-Presidente Ribeiro, pesando aliás as mais

bem fundadas acuações de haverem para êle corrido os actuais Vice-Presidentes, quiçá não tivessem os (pag. 7) abaixo assignados, agora ocasião de lamentar, como profundamente lamentão, a morte do Presidente Neves, nem o paiz por sem duvida de lamentar a perda do Digno Delegado de Vossa Magestade Imperial, o Dr. Araujo Neves; e nem estaria a vida dos fieis subditos de Vossa Magestade Imperial a mercê de faccinoras, que a todos já ameação!

A linguagem dos factos é incontestavel, Senhor, e pois confião os abaixo assignados, que Vossa Magestade Imperial, compenetrando-se da sorte desesperada de seus fieis subditos Rio-grandenses, providencia como é de esperar do ilustrado, sabio e paternal Governo de Vossa Magestade Imperial!

E assim tranquilos aguardão de Vossa Magestade Imperial a merecida

Justiça.

Cidade do Natal, 20 de Março de 1850.

Octaviano Cabral Raposo da Camara, Joaquim Romão Siabra de Mello, Francisco Paulino de Castro Barroca, Francisco Machado do Rego Barros, Joaquim José de Souza." (pg. 8).

As firmas estão reconhecidas como sendo dos proprios pelo tabelião Domingos Jorge de Souza Jr., e da mesma data (20 de março de 1850). (pg. 9).

(Biblioteca Nacional. — Secção de Manuscritos — Gav. II-32, 28,3). (Nota).

"Senhor. Os cidadãos Rio Grandenses do Norte, ainda estupefactos péla inexperada morte do Exm.^o

NOTA. — Copiado por José Moreira Brandão Castello Branco.

ex-Presidente da Provincia, o Dr. José Pereira de Araujo Neves, e temerosos por suas liberdades, honras e vidas, que este golpe fatal poz á mercê dos sicarios, entregando o governo nas mãos dos proprios assassinos, vêm cheios de respeito e acatamento carpir ao pé do trono e pedir justiça contra uma facção imoral, que, apelidando-se de todos os governos para não largar o poder; para rehavel-o (quando decahida) tem pela 2^a vez lançado mão do assassinato. Os reaciocinios e factos, em que baseão os representantes suas queixas, são os que, cortados de dor e tomados da confiança, que o Magnanimo e Justo Monarcha dos Brasileiros sôe inspirar, paixão a expender:

Senhor, o Exmo. ex Presidente, Dr. José Pereira de Araujo Neves, cujas opiniões politicas erão verdadeiramente as de um puro Monarchista, e tolerante, tomou conta das redeas do Governo das mãos do Dr. Benvenuto Augusto de Magalhães (pg. 1). Taques, que havendo conhecido quaes os Riograndenses fieis á politica actual a que V. M. I. teve por bem de entregar o Governo do paiz, chamou-os á si, e os colocou nas posições Policiaes de alguns Termos da Provincia, onde a fraude a concussão, o suborno, e a peita, praticadas pelas Autoridades dstituidas, tinhão feito desaparecer a justiça da terra. O finado Presidente, posto que logo conhecesse (pelas exigencias dessa facção) a vida de crimes do intitulado partido do "Sul", contudo nada mais fez do que procurar a conservação do estado de paz na Provincia; punir os criminosos, que tiverão o arrojo de atacar á noite e de emboscada a força publica, que guardava nas Cadêas da vila de Goyaninha um dos assassinos do Dr. Trajano Alypio de Holanda Chacon, e dar um impulso devido as obras publicas; fazendo justiça, e a mais rigorosa a todos os Cidadãos, sem atençaõ a lados politicos; mas, este sendo o Governo das Sabias Intenções de

V. M. I., não é o que se coaduna com esses homens, cujos principios (pag. 2) são servir a todos os Presidentes, que vão cegamente apoiando seus crimes, e tentar contra aqueles que os contrarião. As esperanças de reassumir as posições com a remoção do incorruptível e inteligente Magistrado o Dr. José Vieira Rodrigues de Carvalho e Silva falhárão por que rasão maior de salvação publica fez não ser entregue ao Dr. Francisco Xavier Pereira de Brito a Policia, com a qual pretendia a facção reagir ou então pôr tropêços á marcha do Governo Provincial. Outros cidadãos, que não fossem de moral tão derrancada, resignados esperariam a decisão da medida tomada, pois que o Governo de S. M. I., pensando-a justamente na balança dos interesses publicos, resolveria em sua Alta Sabedoria, porém este passo ditado somente pelo amor da ordem e justiça, foi olhado pelo Vice-Presidente João Carlos Wanderley e os seos, como um desengano ás suas tentativas de predominio; e o Exmo. ex-Presidente, como escólho que seria preciso destruir, ou nelle naufragar!

A ocasião proporcionou-se; um ligeiro incomodo de defluxão o fez chamar ao Dr. (pag. 3) Thomaz Cardoso d'Almeida, que lhe receitou o que consta do seu atestado, e no dia 15 do corrente estava a pé e disposto para dar as audiencias do costume. É-lhe trazida a bandeija do almoço por um seu famulo fiel, e esse ensejo foi aproveitado (hoje é facto sem contestação, salvo por parte dos criminosos), por um dos seus ordenanças de nome Luiz de Moraes; *veneno fulminante*, depois que bebeu uma chavena de chá, servida por esse instrumento, lhe dá morte repentina, acarretando com ela todos os males sobre os desditosos governistas d'esta infeliz Provincia, cujos administradores, que não seguem aquele lado do "Sul", têm sido victimas sacrificadas pelo cumprimento de seus sagrados deveres! Restava,

Augusto Senhor, aos desolados riograndenses ainda uma esperança, e era a prova inconcussa do envenenamento para ao menos desmascarar essas feras. Apesar do que cumpria ao honrado ex-Chefe de Polícia, que de certo procederá as mais serias investigações á respeito, o Vice Presidente, affectando então zêlo, ordenou-lhe o quo se vê dos officios, por documentos, e esse (pag. 4) integerrimo Magistrado deu principio aos exames, no dia 15, com os Medicos Thomaz Cardoso d'Almeida e Joaquim Antão de Sena, que fizeram somente descrever nesse dia o habito externo. No dia 16 — a authopsia — apresentou o resultado de uma infiltração sanguinea em todas as vicerias, desde o baixo ventre até o cerebro, aparecendo o pulmão negro e alterado, bem como o figado, e outros symptomas, qua podiam ser causados por um forte veneno; mas os Peritos reduzirão suas observações à apontamentos, e nenhum juiso emitirão, requerendo ao Juis, que devião sobre elles primeiro meditar, para com prudencia então descreverem; ultimando-se as investigações desse dia com o encerramento do estomago, que continha, liquidos, em um vaso de vidro, que amarrado, lacrado e rubricado devia servir para os exames do dia seguinte, com a applicação da quimica. No dia 17, os Peritos acima indicados, ajudados pelo Farmaceutico — Manoel Joaquim Brandão, — que tinha sido convocado, e viera preparado com os reagentes pedidos em receita dos Medicos, desencerrarão o estomago, e d'elle estrahirão bastante quantidade de (pg. 5) uma massa glutinosa, que deluida com as regras dêrte, e filtrada deo um liquido de côr verduenga (embora filtrado por 3 a 4 vezes) e residuos solidos no filtro, além de deixar no fundo do copo, onde se deluio uma lia branca, misturada como que com areia, indicando bastante peso; e um rasilho da mesma materia do fundo do dito copo ao bordo! A vista disto os Medicos quizerão dar pouca

importância a esta parte solida e só muito cuidado o empregarão no liquido, observando o Dr. Sena e Boticario Brandão, que sobrenadava alguma especie de gordura; contudo o Juiz ex chefe de Policia, que teve estudos de medicina legal não consentiu que se lançasse fóra cousa alguma, e como os Medicos não quisessem entrar no emprego dos reagentes sobre as materias achadas, pretextando ser tarde; tomarão-se apontamentos que forão depois de rubricados e assinados por todos, confiados, como no dia antecedente e todos os residuos e liquido lacrado, e rubricado por fóra, e guardados com cautela para a progressão do dia 18. Aguardava esperançoso o Juiz o dia, em que a verdade ia surgir (pag. 6) em rasão do que via e tinha observado nos Peritos: porém até onde não chegará a perversidade, Senhor! Que violencias com o maior desfaçamento não obrará o homem afeito ao crime, e de coração absolutamente pervertido?! Os receios bem fundados do ex Chefe de Policia despertão os envenenadores e as nove horas do dia 18, tres dias justos, depois que fora assassinado o ex Presidente, quando a Justiça estava a descobrir um veneficio escandaloso, o Vice Presidente, João Carlos Wanderley, que pelo passamento do Presidente havia galgado o poder, temeu nêssa descoberta a resurreição do morto, e que não fossem marcados com esse horrivel estigma seus correligionarios, já banhados no sangue inocente do Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisbôa, e por isso arranca com o officio, por copia inclusa, a vara da Justiça da mão da probidade e vai colocar nas mãos pollutas do crime!!! E para mais cúmulo de acinte demitte n'este mesmo (pag. 7) dia as Autoridades Policiaes da Capital, e quasi de toda a Provincia; afim de que não tenha uma só, fóra de sua parcialidade, que possa clamar pela victima immolada á sua desmesurada ambição.

Ainda vai por diante: pretende sufocar a cons-

ciencia do Medico assistente, a aterrar os demais, que são aqui sem parentes, tomado por si a iniciativa da casual morte, sem que os Peritos tivessem emitido qualquer juizo, tudo para tirar de sobre si e os seus asseclas a devida responsabilidade; e para por remate, sabendo que a continuarem as averiguações quimicas, esses Medicos não trairião seus juramentos (ainda que são de seo partido) manda paralizar as experiencias, e quer remeter tudo para a escola de Medicina dessa côrte, sem que da provincia, e de fresco se investigue o veneficio, e quando, Senhor, ou a prevaricação do Juiz, seu manivella, tenha tudo alterado, ou uma longa (pag. 8) viagem!! Foi essa morte, Senhor, o resultado de um plano tão combinado e certo, que foi espalhado em lugares longinquos, onde só de extensão se sabendo o dia della, se poderia vulgarisar: daremos por exemplo — o lugar de Arez — que dista desta Capital quinze leguas e morrendo o Presidente das nove para as dez horas do dia, soube-se logo a tarde!! Na serra do Pires, que dista vinte e cinco leguas, e no dia 16 já era sabida, e os criminosos Estevão Hermogenes, Onça e outros vierão de viagem do Brejo de Bananeiras da Provincia da Parahyba, que dista mais de trinta e duas legoas, para a Capital, e nella se achão já para serem livres pelo chefe interino!! Foi isto um plano tão combinado que esses canibae, logo que souberão estar realisada a morte levantarão nas cidades e vilas proximas festejos com tiros e rufos de caixa, e uivos a esse acto de horrivel barbarismo!!!...

Foi plano tão combinado, que o mesmo (pag. 9) Vice Presidente, e seus amigos publicamente se banquetearam!!! Foi plano tão combinado, que antes do dia 15 proclamavão que terião nêsse dia Presidente de seu credo! dito este que inocentemente atribuirão os representantes á vinda de Presidente no proximo vapor!

Foi isto um plano tão combinado, que, temendo as voses de alguns distintos Cidadãos, se prepara um processo de sedição, ou de outro crime inafiançavel, para prenderem-nos, e assim serem abafadas, para que não cheguem até o Supedaneo do Trono: e isto ainda á custa de nossos Martyres!!!

E pode haver despota mais abaminavel!! Assassinos de mais fria calma?! Não por sem duvida, Augusto Senhor!

Mas é a elle e a seus instrumentos, que está entregue a Provincia do Rio Grande do Norte, filha tão querida, como as demais Provincias, e que igual direito tem á benção Paternal de V. M. Imperial!

O quadro horrendo (pag. 10) que ante o throno de V. M. I. acabão de esboçar os representantes compungidos e assombrados pela morte inopinada, que empurrou ao poder esse cidadão tão menos digno da confiança do Monarcha Brasileiro, é bastante para tocar o coração Paternal e Justo de V. M. I.

Não é, Senhor, com o punhal, o bacamarte, e o veneno que se empolgão os Cargos honrozos, não é com essas insignias de destruição que deve subir o Cidadão às posições, e governar uma sociedade de homens civilizados!!! Os representantes, Senhor tem segura fé que a Mão Poderosa do Imperador e Defensor Perpetuo dos Brasileiros, desarmará o flagello dos bons Rio Grandenses tirando ao Vice Presidente o poder e a seus satelites o veneno e o estilete.

Nem de outra forma obrará o Esclarecido Governo de V. M. I.; pois que dessa feita serião os (pag. 11) representantes redusidos ao ultimo extremo; e descridos da utilidade social e das instituições Constitucionais, que felizmente nos regem; lançados nas vias desesperadas, para unicamente salvarem-se dèssa peste estragadora de toda a moral e Justiça." E. R. J.

Rio Grande do Norte, 20 de Março de 1850.

Otaviano Cabral Raposo da Camara, Procurador Fiscal da Tesouraria da Fazenda; José Alexandre Seabra de Melo, Tesoureiro da Tesouraria de Fazenda; O Bacharel Formado Jeronimo Cabral Raposo da Camara; O Negociante Joaquim Romão Siabra de Melo, O 1º Tenente d'Art. Antonio de Barros Passos, O Cel. Estevão José Barbosa de Moura, Sr. de Engo; O Academico do Curso Juridico, Gabriel Soares Raposo da Camara, Proprietario; O Proprietario Manoel Alvares Galvão. (pag. 12); O Empregado Publico Fr. Leitão d'Almeida, Francisco Machado do Rego Barros, Capm.; Bonifacio Francisco Pinr.º da Camara, Contador da Thes.^a Geral; Miguel Carlos da Costa, Empregado da Thesour.^a Geral; Joaqm. José de Torres, Veriador da Camara; Fernando Cerqueira Carvalho, Proprietario; Canuto Ildefonso Emerenciano, Negociante; Antonio Francisco Arêas, Alferes; Proprietario Antonio Gomes da Silva, Aleixo Barboza da Fonseca Tinouco, ex secretario da Camara; Manoel Ferreira Nobre Junior, Secretario da Capitania; João Antunes da Costa, Prez. da Cam.^a da Villa de Touros, Proprietario; João Alves de Quintelo, Tezoureiro Aposentado; Miguel Eduardo Freire, ex Sub delegado, Negociante (pag. 13); Jozé Lucas Soares Raposo da Camara, Major do Est.º Maior do Exercito; Francisco Ferreira da Rocha, Proprietario; Felisberto Miz.^a do Macêdo, Proprietario; Masaldo Joaqm. de Melo, offal. da Theza. de Fazda.; José Fco. Tzo. B.s Bolaq.^a, Offal. Mr. da Thez.^a Gí; Manoel Onofre d'Andrada, Empreg. N.º; José Joaquim d'Almeida Lima, Tenente de 1º L.^a, Pedro de Alcantara Pinheiro, Insptor. da Thezour.^a de Faz.^a; Francisco Gomes de Oliveira, Proprietario, Manoel André Tourres Galvão, Negociante; (pag. 14) Gonçalo Franc.º da Rocha Bezerra de Mello, Ten. Corel. e Proprietario e Js. M.al; Joaquim de Moraes

Navarro, Cap. e Proprietario; Felipe Bezerra Cavallo, Fazendeiro; Antonio da Rocha Bezerra Cavte. Te. Ajude.; Manoel Alr'de Moraes Castro, Capm. e Agricultor; Manoel Alves da Silva, ex Delegado de Policia; José Fr. de Moura Pegado, Proprietar.^o; Antonio Marques de Oliveira, Agricultor; João Rodrigues Machado Cortez, proprietr.^o; Ignacio Fr.co Pegado, Propriet.^o; João Gomes Freire, Proprietario; José Varella de Sousa Barca, Agricultor; Francisco Xavier de Souza, Agricultor e Proprietario; Salvador de Araujo Corr.^a da Silvr.^a, Agricultor; Franc.^o Nogueira de Araujo, Proprietario; Manoel da Cunha Camello, Agricultor e Proprietario; José Teixeira da Costa Barbosa, Major e Proprietario; Gaudencio Francisco de Sales, Proprietario; Urbano Egide da Silva Costa Gondim d'Albuq., Proprietario; Luiz Roiz Machado França, Proprietario; Alexe. José Per.^a de Br.^o, Alfs. Proprietario (pag. 15); Gonçalo Frery Bezerra, Proprietario; João Aug.^o de Borba, Proprietario; João Manoel de Carvalho Botelho, Professor; Candido José de Carvalho, Negociante; Lourenço Je. de Moraes Navarro, Cap. e Prop.^o; Luiz Varella da Silva, Alfs., Prop.^o; Manoel Varella do Nascimento, Alfs., Sr. de Eng.^o e 1^o Juiz Municipal; Francisco de Paula Ses. da Camara, Capm. e Professor; Manoel Leopoldo Raposo da Camara, 2^o Suplente do Juiz Municipal e Sr. de Engenho; Pe. Candido José Coelho, Vigr.^o. Collado, e da Vara; Jozé Bento da Fonseca, Professor de 1as. Letras; Jozé Coelho Vianna, Proprietario; Miguel Porfirio de S'Anna, Sb. delegado, Proprietario; Jozé Febrig. da Rocha Bulcão, Capm., ex Delegado, Sr. do Engenho Timbó; Joaquim José Pinto, Escrm., Deputado aposentado; José Franco. de Paula Camr.^a, 1^o Suppte. de Sub delegado; João Estevão Barboza, Escrivão do Sub delegado (pag. 16); Manoel Antonio Chaves, João Nepomuceno Braga, Proprtr.^o; Manoel Franc.^o Soares da Camr.^a, Propriet.^o; Felipe Varella S. Tiago, Prop.

Joze Soares de Borba, Propriet.^o João Martins de Souza, Manoel Antonio Soares, Joaqm. da Costa Soares, Severino Ramos da Costa, Ex Sub Delegado, Proprietario; Jozé Joaquim Ses. da Camr.^a, Proprietario; Dionizio da Costa Soares, Proprietr.^o; Manoel Mauricio da Roxa Falcão, Proprietario; Joaquim Franc^o da Camara, Proprietario; Francisco Guedes da Rocha, Proprietario; Franc^o do Rego Borges, Proprietario; Alexandre Pereira de Brito, Delegado Supl. Alex. Teixeira da Silva, Antonio Soares de Camr.^a, Proprietr.^o; Domingos Jorge da Silva, Proprietario.”

Todas as firmas foram reconhecidas como sendo dos proprios (pag. 17) pelo Tabelião Domingos Jorge de Souza Jor. (com o sinal publico (pag. 18).

Biblioteca Nacional, — Secção de Manuscritos.
Gaveta — II — 32,28, n.^o 10.

A semana do Marinheiro

NESTOR LIMA

(Socio efetivo e benemerito)

Palestra na «Rádio Poti,» a 7-12-54, como parte das solenidades promovidas pela Marinha, nesta Capital.

Presados concidadãos:

I — A “Semana do Marinheiro”, com que o Brasil inteiro consagra a sua gratidão á valorosa Marinha de Guerra Nacional, é sempre um grato ensejo em que se podem recordar os feitos gloriosos das nossas forças navaes, as figuras exponenciaes dos grandes capitães e dos marujos e os episódios menos tocantes, mas, por si mesmos, muito emocionaes, de que anda bem cheia a memoria dos nossos homens.

A nossa tradição local tem muitos desses episodios, de minima importancia propriamente dita, mas, muito carregados de tons sentimentaes, que nos levam a relembrá-los, mesmo neste grandioso dia, em que a principal rememoração pertence, de fato e de direito, á exaltação do Almirante JOAQUIM MARQUES LISBOA, Marquês de Tamandaré, o homem simbolo da sua gloriosa corporação militar.

Certamente numerosa e brilhante será nessa Semana, que hoje se inicia, a série de recordações

ao grande Almirante, escolhido como padrão da sua classe.

Desejamos focalisar figuras de plano secundario, como aqueles outros officiaes ou marujos, que viveram por aqui, ou, nasceram ou, então tiveram aqui o seu tumulo.

II — Faz-se mister recordar, nesta Semana do Marinheiro, as figuras que se tornaram conhecidas, tradicionaes, ou famosas, que por aqui passaram, no exercicio dos seus cargos profissionaes, durante muitos anos.

Em geral, a função de Capitão dos Portos no Estado atraía ao nosso meio civil, distintos officiaes de Marinha, que se integraram na vida civil da Cidade e aqui deixaram os seus filhos e netos, em perfeita communhão de ideias e interesses com os demais habitantes da Cidade.

Quero lembrar, em primeiro lugar, o capitão Artur José dos Reis Lisboa, official dos mais distintos predicados, que aqui viveu longos anos, não só como capitão do Porto, mas, também membro do Poder Legislativo e correligionario do Senador Pedro Velho, organisador do Estado.

O capitão Leoncio Rosa era capitão do Porto, quando foi proclamada a Republica e foi escolhido como um dos componentes do Gabinete do Governo provisorio, instituido a 17 novembro de 1889, sob a presidencia daquele condutor de homens, mas, que só teve vida até á chegada do novo Governador Adolfo Gordo, a 8 de dezembro o seguinte.

Com o capitão-tenente Antonio Afonso Monteiro Chaves, na direção da Escola de Aprendizes Marinheiros do Refoles, produziu-se larga série de beneficios oriundos da sua operosidade e amor á terra, que o hospedava, a ponto de licenciar-se da Marinha, para só servir especialmente á Cam-

panha dos Escoteiros, entre nós. Companheiro na Escola Normal, lecionava matematicas; era um gentil-homem.

Outros diversos officiaes da Marinha, aqui serviram, ora, na Capitania do Porto, ora na Escola de Aprendises Marinheiros, devendo ser recordada com justiça a figura do seu fundador e primeiro comandante Silvio Pelico Belchior e a sua brilhante equipe de companheiros, na instalação, a 15 de outubro de 1908 e nos seus primeiros passos.

Lembraremos o Capitão Nereu Chalréo Correia, hoje, elevado ás mais altas funções, o qual deixou, entre nós, um largo traço de distinção e de bondade, ainda recordados pelos amigos que elegeu, nesta cidade.

Assim, Anibal Leite Ribeiro, o fundador do esporte nautico, alma de gigante em organismo astenico, cuja recordação na mocidade dos esportes é sempre um motivo de saudade pelos seus inesqueciveis prestimos. Deixou um grande nome.

Outros passaram em “branca nuvem”, pelo meio natalense, sem deixarem, porém, traços memoraveis para uma recordação mais emotiva e grata.

III — Ha tambem, envolvidos na nossa onda de lembranças, alguns outros officiaes marinheiros, que tambem merecem a nossa reverente homenagem.

O Capitão Teotonio Coelho Cerqueira de Carvalho, descendente de familias da fidalguia reinól, nascido nesta Cidade da Apresentação aos 19 de novembro de 1838, foi um dos comandantes da antiga Escola de Aprendizes Marinheiros, que existiu aqui, na Monarquia e funcionava no predio que hoje serve de Capitania dos Portos. Ainda o conheci por ocasião da sua ultima visita á terra do seu berço. Ele era o primeiro norte-rio-grandense que atingia o posto de Almirante da Marinha Nacional.

A proposito, conta-me pessoa fidedigna que ocorreu, ao tempo dessa visita, um episodio que bem define os altos dotes moraes do Almirante Teotonio.

Foram visita-lo aqui estudantes de varias categorias, em nome de sociedades juvenis.

Disse-lhes o almirante Teotonio:

“ — Meninos: Eu vim aqui agradecer a N. S. da Apresentação a graça de ter tirado um dos bordados do seu manto para coloca-lo no meu rude braço de marinheiro.”

E, no domingo seguinte, compareceu á Missa Conventual da Matriz, fardado de grande gala, com o chapeo bicorneo e a espada doirada, em homenagem á Virgem da Apresentação.

Depois, tivemos a serie de almirantes, que comandaram a Base Naval de Natal, no periodo da guerra (1939-1945) e posteriormente, quando se extinguiu a Escola de Aprendizis Marinheiros, fundada e instalada em 1908: foram eles, Ary Parreiras, fundador e organisador da dita Base, Heitor Batista Coelho, Ari dos Santos Rongel, Manoel Antonio de Castilhos, e outros aqui promovidos ao almirantado e que deixaram marcas indeleveis do seu cavalheirismo e da sua operosidade. Relembraei tambem entre outros officiaes de Marinha: Otavio Tactico de Carvalho e João Pipolo, nascidos aqui, duas formosas esperanças, logo ceifadas na primavera da vida. Outro natalense da gema: Ernesto de Melo Batista, ao lado de Raul Valença Camara, ligado á terra pelos laços do sangue, hoje nos elevados postos de mar-e-guerra, passaram pela nossa Base Naval, deixando rastros de profunda saudade e que não poderão ser esquecidos, quando se festeja a semana do marinheiro.

IV — Agora os pequenos episodios, relativos ás tradições da nossa Marinha de Guerra.

Quero recordar, com muita saudade, a figura distinta do comandante Emanuel Gomes Braga, que aqui passou, deixando a metade de sua alma, naquela coluna truncada em que se lê: "LENA", no cemiterio do Alecrim.

Era um cavalheiro amavel e sério. Certa vês, em dias de 1909 para 1910, estavamos na redação da "A Capital", em roda de amigos e o comandante Braga quedou-se á parte, calado e indifferente aos assuntos. De repente, vendo-o taciturno, interpelei-o:

— Em que pensa, Comandante?

— Em como faria si fosse Governador de um Estado pequeno.

— Que faria?

— Queria ali no duro 1.000 homens, no pau...

— Para que?

— Acabava com "encrencas"...

Todos acharam graça imensa na conclusão.

Daqui, saiu trenado nas canchas potiguares o seu filho Nilo Braga, campeão nacional da arte do gramado.

— Corria o ano de 1930, e a Revolução estava já apeando os governos estaduaes: nós não iamos fugir á regra.

Era o domingo, 5 outubro 1930.

Era capitão do Porto o comandante Eustaquio Camara, que ficou ligado a familias locais.

Estava no porto um "Ita", de viagem para o Norte. A pedido do presidente, que se retirava, o navio seguiu viagem para o Sul, e á meia noite, embarcavam membros do governo, que ia ser deposto, "blefando" assim os adeptos do novo schisma politico de Itú...

Contam-se episodios graciosos dessa tragica noite...

V — Vem dos tempos remotos da nossa pre-historia, a tradição de um celebre filibusteiro e pirata francês, de nome Jean Jaques Riffault, cuja nau ficou sacrificada á margem direita do nosso Rio Potengi, onde é exatamente a Base Naval de Natal. Grandes foram as artimanhas do perigoso pirata em toda a riba nordeste do Atlantico, a ponto de o Rei de Castela mandar conquistar para a sua corôa o territorio, que fôra doado a João de Barros e Aires da Cunha e cujas esquadras conquistadoras haviam dantes naufragado, voltando a doação ao Reguengo.

Ali, ficou a nau do Riffault e com o tempo a palavra se foi corrompendo até transformar-se em *Rifóles* ou *Refoles*.

Esse foi o sitio, que, em 1908, foi adquirido pela União Federal aos herdeiros dos srs. Moura, Borges & C., para séde da Escola de Aprendizes Marinheiros, fundada nesse ano, e, mais tarde, destinada á séde da nossa Base Naval, constituindo hoje uma das obras mais importantes de nossa dêfesa maritima no Atlantico Sul.

Nós somos, por indole e por herança, amigos do mar, dos barcos e dos nautas.

Os nossos ancestraes eram apaixonados cultores das tradições maritimas, consubstanciadas no celebre “Auto da Nau Catarineta”, que fasia outrora o encanto das nossas festas natalinas.

Com os pescadores e os tripulantes das barcas perdidas nos parrachos das nossas costas, a alma da nossa gente se fasia associar integralmente para celebrar os feitos desses barcos largados á furia das ondas, por sobre os nossos recifes de coral. De cada uma dessas barcas, ha uma serie de tradições. A “Cambrian Warrior”, que naufragou nos parrachos de Maracajaú, originou muito verso satírico e muita denuncia contra quem enriqueceu á custa dos

opulentos despojos... "Calumet", a barca fantasma, povoou de lendas a cabeça de muita gente, aqui.

Assistí, nesta Capital, á tragedia do navio do Loide "Brasil", que naufragou á entrada da nossa barra e foi a causa de muita prosperidade, entre gente do povo e comerciantes, que se aposaram indevidamente do espòlio do navio. Mas, a sátira popular não poupou os "novos ricos", chamando-os de filhos de "papae Brasil", e isso era motivo de desapontamento.

Ainda hoje existem, nas praias do norte, restos de salvados, em bom estado, suficientes para encher muita bolsa atualmente vazia...

VI — Sinto que já é tempo de terminar.

A ligeira digressão acerca de fatos, figuras e episódios, em que se destacam componentes da Marinha, bem demonstra que, no intimo da nossa consciencia coletiva, ha um sedimento fórte e sólido de gratidão á gloriosa força do mar, desde os seus grandes exponentes como Tamandaré, Barroso, Ivinheima, Jaceguái, Cordovil Mauriti, Noronha, Pedro Frontim, Calheiros da Graça, Batista Leão, e outros até às figuras não menos heroicas de Marcilio Dias, Greengalgh e outros sacrificados nas guerras externas, como nos conflitos internos, inclusive o nosso ilustre capitão dos portos, comte. Decio Lopes da Silva Moraes, para envolve-los todos no halos da nossa reverencia civica, na data de hoje.

Devemos honrar-lhes a memoria augusta e tributar-lhes a mais completa homenagem de saudade, no dia em que se inicia a "Semana do Marinheiro" de 1954, para que, no cortêjo dos demais dias, se acumulem e multipliquem essas homenagens e possam significar todo o apreço dos corações brasileiros aos heróes da Marinha de Guerra do Brasil.

Natal, 7 dezembro 1954.

Discurso

pronunciado pelo Desembargador Floriano Cavalcanti de Albuquerque, por ocasião de sua posse, como sócio efetivo, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 12 de junho de 1954.

Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte;

Srs. do Instituto:

Foi, para mim, a mais grata das surpresas, a comunicação de que me elegestes sócio efetivo do vosso egrégio Instituto. Confesso que era uma honra a que ardentemente aspirava, mas, sem trabalhos históricos publicados, não me julgava em condições de merecê-la. Pretendia candidatar-me mais adiante, quando desse à estampa um ensaio sôbre a nossa vida regional. Subvertestes, porém, o plano, vindo logo ao encontro do meu desejo, se bem que eu nunca o manifestara, dispensando, porventura, formalidades usuais, para me conferirdes um diploma tão valioso, só pelo pressuposto de que reúno "todos os requisitos necessários a essa investidura social". Fôstes, assim, por demais generosos, pois, com relação à totalidade dos requisitos que me atribuí, excetuados os de ordem moral, que me prezo de

possuí-los, apenas tenho o título de professor de História do Colégio Estadual. Muito penhorado, portanto, agradeço o vosso gesto de requintada fidalguia; e, ansioso, espero que se me depare a oportunidade de cooperar convosco na benemérita obra da guarda, conservação e enriquecimento do nosso patrimônio cultural, que vindes realizando com tanta perseverança, zêlo e competência.

Como declarei, não estava preparado para ingressar no vosso augusto Templo. Mas, o fato é que nêle me acolhestes, e, penetrando os seus umbrais, vejo-me na obrigação de algo dizer-vos. E isso me aflige, porque sem tempo de elaborar uma tese, dada a exiguidade do prazo assinado para a posse, não sei como sair-me da situação em que me deixastes. Realmente, que fazer nessa conjuntura? Nada mais do que reafirmar o meu velho amor da História, determinando o seu lugar no quadro das ciências e a minha posição entre os que dela se ocupam; e, como remate, proferir algumas palavras em tórno da data que hoje comemoramos.

Desde cêdo, tive predileção pela História. Fui, no Ginásio, um dos alunos mais aplicados. Dentro mesmo do pequeno compêndio adotado, formou-se a minha admiração por certos povos, de que nunca me libertei, e que os estudos posteriores apenas consolidaram. É que os gregos e os romanos, com as suas lendas e feitos heroicos, despertam um entusiasmo inicial, que se transforma em veneração, quando se penetra no conhecimento de suas letras e instituições. Na verdade, foram as duas mais belas florações da inteligência humana. Criadores da filosofia e do direito, organizadores da cidade e do estado, ideadores da democracia e do cesarismo, êles colonizaram, conquistaram, helenizaram e latinizaram o mundo, levando a tôda parte os esplendores de

sua incomparável civilização. Impossível seria não amá-los. Seguem-se os franceses e os portugueses; aquêles como depositários da graça e vivacidade intelectual dos gregos; e êstes, como conservadores da índole aventureira e conquistadora dos romanos. É a sedução da literatura francesa, através dos seus romancistas e pensadores; é o deslumbramento dos Lusíadas, a grande epopéia da gente portugêsa, narrando as emprêsas sôbrehumanas dos mais audazes navegadores. Depois, na Academia de Direito, veio-me a paixão da Filosofia, avassalando tudo e distendendo os limites de minha visualidade. Li, então, Kant, Fichte, Hegel, Renouvier, Taine, Locke e Hume. E a Alemanha e a Inglaterra passaram a ter, também o seu lugar na minha estima. Formado, sonhei com a cátedra de professor: Filosofia, Sociologia, História, qualquer uma dessas disciplinas quadraria com o meu espírito, acentuadamente especulativo. Obtive a nomeação interina para reger a cadeira de Filosofia do antigo Ateneu, na qual só me demorei um ano, por ter o lente efetivo retomado o seu exercício. Entrementes, submeti-me a concurso para História, tornando-me seu catedrático. Lecionei dez anos, manuseando os melhores autores. Familiarizei-me com Grote, Gibbon, Buckle, Mommsen, E. Meyer, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Michelet, Henri Martin, Guizot, Hauser, Cantu, Oncken, Bérre e muitos outros, cujas obras principais adquiri. Cheguei mesmo a organizar uma biblioteca especializada de História, abrangendo a Geografia Humana, a Sociologia, a Religião e a Filosofia.

Investido na cátedra, com o entusiasmo próprio da juventude, tentei inaugurar um alto curso de História. Fui mal compreendido. Houve quem me atacasse, acobertado pelo anonimato ou pseudônimo desconhecido, acusando-me de estar divulgando idéias falsas contra a religião católica, unicamente

porque, numa das lições, tratando do aparecimento do homem na terra, expôs as teorias monogenistas e poligenistas, explicando o mosaísmo e o evolucionismo. E note-se que eu era monogenista e queria demonstrar que a tradição bíblica estava de acôrdo com a ciência, servindo-me dos argumentos de "L'Espèce Humaine", a excelente monografia de A. de Quatrefeges! Por outro lado, as minhas preleções não encontravam ressonância na classe que, indiferente ao meu esforço, se mostrava alheia às questões agitadas. Convenci-me, então, de que não poderia ministrar aos meus discípulos, na sua mór parte crianças de 12 a 14 anos de idade, um ensino filosófico da História, porque exigiria, além de certos conhecimentos propedêuticos, um desenvolvimento maior da inteligência. Desgostoso, abandonei o magistério pela magistratura, indubitavelmente a minha verdadeira vocação. Na época era defeso acumular os dois cargos. Com a posterior reestruturação do Ensino, instituindo o ciclo colegial, e em face da faculdade outorgada ao juiz, pela nova Constituição Federal, de exercer, concomitantemente com as suas funções, a docência secundária e superior, diligenciei a recuperação de minha cadeira, visto que professor vitalício (concurso), retornando, após de vários anos, ao magistério, onde me estão confiados os cursos clássico e científico, que equivalem a um pré-universitário. Acho-me, agora, mais à vontade para a explanação de um programa de Filosofia da História.

Mas, qual o lugar da História na taxinomia dos conhecimentos? Primeiramente, foi mera narrativa de fatos, correspondendo à fase infante da humanidade. É o empirismo inicial, intuicionista, destituído de método. Depois, passou a ser uma exposição coordenada dos acontecimentos, correspondendo à fase da adolescência. É o racionalismo explicativo, de-

dedutivo, mas, apenas apriorístico. Por fim, tornou-se uma sistemática crítica do progresso, correspondendo à fase da maturidade. É o positivismo científico, indutivista e dedutivo ao mesmo tempo, mas, também, intuicionista, numa harmônica associação da especulação, da análise e da síntese. Aliás, é a marcha mesma do conhecimento — passagem do empirismo ao racionalismo e deste ao positivismo, vez que os dois *processus* — o epistemológico e o da ascensão da humanidade — são modalidades correlativas da grande Lei da Evolução, que rege o Universo. A História foi, assim, servindo-me da qualificação de Bernhein, episódica, pragmática e genética. Hoje, não se discute mais o seu caráter de ciência. Como a Sociedade e a Psicologia, ela já reivindicou, definitivamente, o seu lugar. Compreendem-se as restrições de Descartes e Kant, ambos matemáticos, e dentro do seu tempo. O mesmo se deu com Comte, no tocante à Psicologia. Mas, já é questão extinta, não obstante a dialética de Duprat.

A História é uma ciência abstrata, na classificação de Comte; concreta, na de Spencer (subentendida, em ambas, na Sociologia); ciência dos fatos sociais, na de Naville; ciência política, moral, etc., noutras. E o interessante é que depois de sua elevação a ciência e emancipação da Sociologia, que pretendia fazer dela um dos seus capítulos, tende a universalizar-se, como a Filosofia, hipertrofiando-se de tal maneira, que, ao invés de simples parcela do saber, seja totalização, forma de conhecimento e não apenas ciência; em suma, síntese no tempo, como a Filosofia é no espaço (Silvio Romero). Ficará, desse modo, em pé de igualdade com a Filosofia. E a expressão de Voltaire “Filosofia da História”, tão combatida por Schelling e Schopenhauer, que não viam na História qualidades suficientes para constituir uma Filosofia, o primeiro, pela impossibilidade de uma síntese, e o último, pela falta de sistematização,

tornou-se, afinal, um truismo da Historiografia, tendo o mesmo destino feliz do termo de Comte — Sociologia. Pouco importa que Nietzsche ainda faça restrições e Nordau demagogia, porquanto se trata de consenso geral (Herder, Kant, Lessing, Kleist, Schiller, Fichte, Hegel, Comte, Taine, etc.). Já Berr, com visão universal e orientação segura, tenta realizar, *à la française*, como êle diz, a “síntese” e a “sistemização”, cridas impossíveis por Schelling e Schopenhauer, ou teóricas, por outros, empreendendo a publicação de uma enciclopedia da evolução da humanidade, com o nome de “Síntese Coletiva”; e Rappoport chega mesmo a identificar os dois conceitos — Filosofia e Ciência — reunindo-os num só título, na sua obra “A Filosofia da História como Ciência da Evolução”.

E qual a minha posição, nêsse *mare magnum* de opiniões? Filio-me à corrente dos metafísicos idealistas, que concebem a História como Filosofia da Evolução da Humanidade. Poderia pôr de parte o especiosismo ou casuística das controvérsias, dêes que o objeto e a finalidade são os mesmos, tanto na Ciência da História, como na Filosofia da História, estudando ambas o homem e a sociedade, aquêle, mesològicamente, isto é, no seu *habitat*, sob a influência dos fatores naturais: clima, sistemas orográfico e hidrográfico; topografia, etc. (meio geográfico), e na sua natureza física e psíquica: características raciais (meio étnico) e sentimentos morais (meio ético; e esta, sociològicamente, ou seja nas suas instituições e *processus* adaptativos: religião, moral, política, direito, economia, arte, ciência, filosofia (meio social), com as suas conquistas e transformações — procurando, uma e outra, pelo conhecimento do passado, determinar o futuro, ou projetar a luz de uma previsão científica ou de uma revelação filosófica.

Mas, não obstante essa equivalência de objeto e finalidade, há sempre que distinguir nos dois conceitos, eis que o de ciência é estrito, e o de filofia, lato; parcial um, e total o outro, evidenciando que os horizontes não são iguais.

Por sua amplitude, possibilitando a síntese universal, é que dou preferência à expressão "Filosofia da Historia", vendo nela a morfogênese do próprio *processus* evolutivo. Vico, Herder, Kant, Hegel e Spengler são os seus admiráveis arquitetos. Com êles, elevo-me à altura cósmica, que me permite contemplar a humanidade num plano único e totalitário, abrangendo o particular e o geral, o descontínuo e o contínuo, numa visão panorâmica dos seus movimentos, através do tempo e do espaço, em busca da perfeição a que foi destinada, quer sob a direção providencial de Deus (Santo Agostinho, Bossuet e Vico), ou pelo fatalismo do fim (Herder), quer pela aquisição da consciência da razão e da liberdade (Kant), ou pela consciência de si mesma e de sua marcha, atingida pelo espírito (Hegel), ou, finalmente, pela superação sucessiva das culturas, no eterno *devenir* da integração da razão com a divindade (Spengler).

Aceitando as teorias dos grandes mestres, ponho de parte, porém, os seus exageros de sistema, seguindo-os a meu modo, isto é, naquilo que se conforma com o meu pensamento, pois, tenho, também, concepção minha. Entendo que a finalidade da peregrinação humana, nessa epopéia que vem de milênios e vai para milênios, é alcançar Deus, o que o homem somente realizará pelo domínio completo da natureza externa que o envolve, e da natureza interna que o constitui, ou seja, em última análise, pelo perfeito conhecimento do eu e do não eu, que o tornará capaz de perceber o seu espírito e compreender o Criador. No meu sincretismo, identifico o

homem pré-histórico no ultracivilizado dos nossos dias, não obstante as metamorfoses pelas quais êle passou, nas sucessivas adaptações de sua existência. Acompanhando-o na sua longa caminhada, observo que todas as suas lutas e esforços tendem à consecução daquele duplo domínio. E considerando as mudanças verificadas, nos seus aspectos social, econômico, religioso, político, ético e cultural, reconheço a euritmia de um desenvolvimento geral, como se produzido por uma lei de simetrização, que me convence de um finalismo sãbiamente ordenado, por força do qual a humanidade progride e se aperfeiçoa, rumo ao seu destino. Com ser assim, penso que a cada povo cabe uma determinada função no teleologismo dessa Ordem Inteligente, não sendo sem causa que os impérios passaram e estão passando. E isso leva-me a refletir que, se o nosso País se conservou grande e unido, apesar da cobiça de espanhóis, franceses e holandeses, é porque tem u'a missão a cumprir. Creio, portanto, na sua predestinação, que, no plano do domínio da natureza e do espírito, que é o da redenção da humanidade e do seu encontro com Deus, lhe está reservado um papel de excepcional relevância.

Elegestes-me a 20 do mês findo, designando logo a posse para a sessão de hoje, dedicada à comemoração da passagem de mais um aniversário do suplicio de Miguelinho, o padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, filho muito ilustre dêste Estado do Rio Grande do Norte e um dos heróis da Revolução Pernambucana de 1817, que imolou sua vida à causa da Independência. Eis uma particularidade que mais ainda me cativa, porque me permite tomar parte direta nas homenagens tributadas ao nobre mártir, rendendo o meu preito de veneração a quem,

por ter sido um dos excelsos promotores da nossa emancipação política, conquistou, no altar da Pátria, o direito às honras do ritual sagrado. Esse culto prestado aos heróis, com ser expressão do reconhecimento nacional, é, também, dever imposto ao cidadão, porque dêle depende a sobrevivência do Estado. Povo sem devocionário cívico, está condenado a morrer moço! E ninguém mais do que Miguelinho, por sua inteireza moral e coragem cívica, merece o destaque de uma consagração. Foi o idealista que, sonhando com a grandeza do seu País, se devotou, com a sinceridade do apóstolo, ao movimento de sua libertação do jugo estrangeiro, sem cálculo ou ambição pessoal, animado unicamente pelo desejo de vê-lo livre e feliz. Pouco importa que se tenha êle abraçado na mística do seu amor, se deixou regada com o seu sangue a semente da liberdade, que, fatalmente, frutificaria mais tarde!

Já é tempo de fazer-se justiça completa aos patriotas da Revolução de 1817, proclamando-se, de uma vez por tôdas, que êles não foram heróis locais, mas, verdadeiramente, nacionais; que não pretendiam a secção do País, numa república regional, porém, a Independência do Brasil, cujo núcleo seria, naturalmente, o Estado, no qual o movimento tivera o seu ponto de partida. Daí, então, estender-se-ia pelos outros. Razão alguma assiste a Varnhagen, em regra tão arguto e escrupuloso, na sua animosidade contra aquêles malogrados bravos, e nenhuma atenção deve ser dada aos que repisam a balela cortezã da estreiteza do movimento, visando à fragmentação do País, pois o que ressalta de tôda a documentação e do *modus faciendi* dos seus chefes, é que aquela Revolução, como diz o Conselheiro Antonio Ferreira Pinto, “era o grito do Ipiranga”

(confira-se Rocha Pombo, a pags. 352, do volume VII, da sua história do Brasil). Aliás, sem embargo de alguns remanescentes do velho espírito reinol ou imperial, representados na rabugice de Pereira da Silva, o malsinador gratuito, que não trepidou em injuriar os intemoratos precursores da nacionalidade, que se sacrificaram por um ideal, a nova mentalidade que se vem formando, emancipada dos preconceitos que, no tempo dos acontecimentos, impediam a exata apreciação dos fatos, já não põe mais em dúvida o caráter nacional do movimento, deturpando, como também se fizera com os antericres, a sua finalidade, que era, realmente a da declaração da Independência Brasileira.

Com efeito, historiadores imparciais, da polpa de Ferreira Pinto, Oliveira Lima, Rocha Pombo e outros que tais, investigando os fatos nas suas próprias fontes, revolveram arquivos públicos e particulares, desencavaram papeis e descobriram registros, e submetendo depois tudo ao *processus* técnico da análise e da síntese, reconstituíram o nebuloso passado, desfazendo os juízos tendenciosos ou erróneos de autores, que focalizavam e explicavam as coisas a bel-prazer dos seus interêsses particulares ou das idéias gerais da sua época. Assim é que Rocha Pombo e Oliveira Lima, desagravando os protagonistas da tentativa libertadora dos labéus de Pereira da Silva, trata-os com a mais acentuada simpatia (ao contrário do Visconde de Porto Seguro, que confessa mesmo a sua antipatia — Varnhagen, História Geral do Brasil Antes de Sua Separação e Independência de Portugal, Tomo V, pags. 176 e 177), salientando o primeiro, em mais de um passo, “a firmeza, bom senso, espírito liberal”, “valor cívico, culto pela justiça e pelo bem público”, revelados por êles “na alta missão que tinham tomado” (Rocha Pombo, obra, citada, vol. VII, pags. 384 a 385 e 404), e o outro qualificando o movimento como

“a mais espontânea, a menos desorganizada e a mais simpática das nossas numerosas revoluções” (Oliveira Lima, prefácio às Notas Dominicais de Tollenare, tradução de Alfredo Carvalho, pag. 6).

Restabelecida, à luz da heurística, a verdade histórica do caráter geral da Revolução Pernambucana de 1817, reparemos tôdas as faltas perpretadas contra os ínclitos heróis daquela arrancada cívica, que tão alto elevaram o sentimento pátrio, rendendo-lhes, genuflexamente, o nosso peito de amor e veneração, a êles que se tornaram nossos patronos, numes tutelares de um povo, como dignos descendentes de Bernardo Vieira de Melo, o herói da Guerra dos Mascates, em 1710, como legítimos herdeiros de Felipe dos Santos, o mártir da Revolta de Vila Rica, em 1720, e como verdadeiros irmãos de sangue de Tiradentes, o proto-mártir da Independência, na Conjuração Mineira de 1789/1790, os gigantes que os precederam na gloriosa Cruzada, aos quais estendemos, igualmente, o tributo das nossas homenagens Mas, por ser nosso um dêles, filho desta nobre cidade do Natal, que o viu nascer, a êle dediquemos, em especial, todas as honras do nosso culto, testemunhando, com o mais vivo entusiasmo, a imensidade da nossa gratidão.

Honra, pois, ao Padre Miguelinho, o operoso Secretário da Junta Governativa da Revolução de 1817, o admirável autor da primeira Proclamação Revolucionária, o sábio referendário de todos os Decretos institucionais e orgânicos da nova República, o sereno mártir da ferocidade do Conde dos Arcos, que, arcabuzado há 137 anos, por amor da Pátria, se projetou na História, com um halo de glória, que o imortalizou, e que iluminará, eternamente, o nosso caminho, na longa marcha para o encontro de Deus, educando-nos na grande Escola da Liberdade e do Altruismo.

INSTITUTO HISTORICO

QUADRO DOS SOCIOS desde 20 de Março 1952 até 31 de dezembro de 1954:

Existiam :

I — Efetivos fundadores	4
II — Efetivos...	18
III — Honorarios	9
IV — Benemeritos	9
V — Correspondentes	87
Total	127

Foram aceitos:

HONORARIOS 3:

- 1 — D. José Adelino Dantas, bispo de Caicó, 15 março 1953
- 2 — Dr. Tomaz Pompeu Sobrinho, de Fortaleza, 20 maio 1954
- 3 — Coronel Salvador de Moya, São Paulo, 20 maio de 1954

EFETIVOS 2:

- 1 — Dr. Romulo Chaves Wanderley, Natal, a 15 março 1953.
- 2 — Desembargador Floriano Cavalcanti de Albuquerque, Natal, 20 maio de 1954.

CORRESPONDENTES:

- 1 — Dr. Nilo Pereira, Recife, 15 março 1953.
- 2 — Dr. Manoel Antonio de Andrade Furtado, Fortalêsa, 20 maio 1954.
- 4 — Padre Misael Gomes da Silva, Fortalêsa, 20 maio 1954.
- 5 — Professor Mauro Mota, Recife, 20 maio 1954.
- 6 — Dr. Cicero Aranha, Rio, 20 maio 1954.
- 7 — Doutor José Pedro Leite Cordeiro, São Paulo, 20 maio 1954.
- 8 — Dr. Antonio Martins Fernandes de Carvalho, Portalegre, 20 maio 1954.
- 9 — Joaquim Camara Filho, Goiânia, 20 maio 1954.

Faleceram:

Benemeritos	2
Efetivo	1
Correspondentes	12

Secretaria do Instituto Historico, em Natal, 31 de dezembro de 1954.

(a) SILVINO BEZERRA NETO
1º Secretario

Atas das sessões do Instituto Historico

1954

Ata da sessão ordinaria do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, em 21 de Maio de 1954. — Presidencia do Sr. Doutor Nestor dos Santos Lima, Secretarios — Doutor Romulo Wanderley e Otacilio Cavalcanti. — Aos 21 dias do mes de maio de mil novecentos e cinquenta e quatro, pelas quinze horas, nesta cidade de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, á rua da Conceição n. 622, reuniu-se, em sua séde, em sessão ordinaria, o Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte. Aberta a sessão, com o numero legal de socios, foi lido o expediente, constante de comunicações de eleições e posses de novas diretorias de diversas sociedades culturais do Pais; de recebimento da nova "Revista", deste Instituto; e sobre outros diversos assuntos, que foram despachados pelo Presidente. — Foram lidos ainda, diversas propostas para socios honorarios, efetivo e correspondentes do Instituto, que ficaram sôbre a Mês. Em seguida, o Presidente comunicou que o Tesoureiro não tinha apresentado prestação de contas, porque não houve receita, durante o ano de mil novecentos e cindoenta e treis, uma vêz que o Departamento da Fazenda Estadual não pagou um só duodecimo da subvenção desse ano, a qual é de 6.000,00

(seis mil cruseiros) e que a despesa com material e pessoal, vem sendo pagas pelo bolço dele, Presidente, até agora. — Continuando, o Sr. Presidente abordou o caso de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, fazendo considerações a respeito, em face de comentarios sôbre o assunto na *Revista* do Instituto do Ceará. Terminou, fazendo sugestões sobre o caso que foram unanimemente aprovados. — *Ordem do dia*: — O Sr. Otacilio Cavalcante requereu dispensa de interstício para as propostas que se achavam sôbre a Mêsá, a fim de que fossem as mesmas discutidas e votadas, na presente sessão. Em votação, o requerimento foi unanimemente aprovado. Após, o Sr. Presidente submeteu á discussão e votação as seguintes propostas, que foram unanimemente aprovadas: — “A Diretoria do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições estatutarias, propõe para a Classe de Socios Honorarios do Instituto Historico e Geografico os nomes dos Srs. Dr. Tomaz Pompeu Sobrinho, illustre Geografo e escritor cearense, que com muito brilho preside, ha anos, o Instituto do Ceará e em cuja *Revista* tem publicado, como em avulso, notaveis trabalhos sobre o Nordeste e o Ceará, especialmente; e o ilustrado genealogista paulistano, coronel Salvador de Moya, Presidente do Instituto Genealogico Latino, no Brasil, autor de inumeras obras da especialidade e consagrado pesquisador da Geneologia, em todos os paises latinos, ambos os quais, pela sua vasta obra cultural e seus dotes espirituaes, bem merecem a homenagem que lhes presta o Instituto Historico. S. R. Natal, 28 de Março de 1954. (aa) Nestor Lima, Presidente Perpetuo, Silvino Beserra Neto. — 1º Secretario, Otacilio Cavalcante, — 2º Secretario, Luis da Camara Cascudo, Orador, Manoel Varela Santiago — Tesoureiro, João Vicente da Costa — Diretor da Biblioteca. — “Proposta. Propomos para classe dos socios efetivos do

Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, o Sr. Des. Floriano Cavalcanti de Albuquerque, que oferece as condições exigidas pelos Estatutos em vigor, uma vêz que se trata de cidadão de merecimentos nas letras, na jurisprudencia, na filosofia e na Historia Geral e Nacional, de que é emerito professor no Instituto de Educação, com trabalhos publicados e inéditos, maior de 50 anos, casado e residente nesta Capital. Natal, 20 de Maio de 1954. (aa) Dr. Luiz Antonio dos Santos Lima, Romulo Wanderley, Horacio Barreto, Otacilio Cavalcante, Nestor Lima". "Proposta para socios correspondentes: Propomos, para a classe de Socios Correspondentes do Instituto Historico, os seguintes nomes: 1) Dr. Manoel Antonio de Andrade Furtado, natural do Ceará e residente em Fortaleza, professor de direito e advogado, membro do Instituto do Ceará e da Academia de Letras, autor de varios trabalhos de historia e biografias de cearenses illustres, 2) Dr. Raimundo Girão, cearense, membro do Instituto do Ceará e da Academia de Letras, autor de diversas obras, entre as quaes "O Ceará", em colaboração com o Dr. Martins Filho, valiosissima informação sobre aquele Estado; 3) Padre Misael Gomes illustre sacerdote catolico, historiador, membro do Instituto do Ceará, nome muito estimado na sociedade da sua terra; 4) Professor Mauro Mota, natural de Pernambuco, residente em Recife, jornalista, professor de Geografia do Instituto de Educação, de Pernambuco, socio de varios Institutos Historicos nacionaes, autor de "Roteiro do Cariri", plaquete, 1952, "Elegias", Rio, 1952, premio "Olavo Bilac", da Academia Brasileira e premio "Oton Besserra", de Recife, 1953, "São João do Nordeste", e finalmente, redator Secretario e diretor do Suplemento do "Diario de Pernambuco"; 5) Dr. Cicero Aranha, Norte-Riograndense, residente no Rio, advogado e procurador do Instituto Historico, junto aos

poderes federaes, sem qualquer remuneração; 6) Dr. J. P. Leite Cordeiro, paulista, membro do Instituto Historico de S. Paulo, autor de varias obras historicas de alto valor, residente em S. Paulo; 7) Dr. Antonio Martins Fernandes de Carvalho, medico, norte-riograndense, Prefeito de Portalegre, neste Estado e dedicado ao cultivo das letras historicas com trabalhos publicados na imprensa local; e 8) Doutor Joaquim Camara Filho, natural deste Estado e radicado no Estado de Goiás, onde tem exercido altas funções publicas; é o dedicado patricio que tem amparado muitos conterraneos arrastados pelas intemperies, ao sul do Paiz. Todos tem os requisitos moraes e intelektuaes necessarios á investidura. Natal, 28 de março de 1954. (aa) Nestor Lima, Otacilio Cavalcante. Nada mais havendo a tratar, o Presidente levantou a sessão, designando, antes o dia 12 de junho proximo para ter lugar a posse do Dr. Floriano Cavalcanti. Do que, para constar, lavrou-se a presente ata, que vae assinada pela Mesa (aa) Nestor Lima, pte., Romulo Wanderley, Otacilio Cavalcanti, secretarios.

*Ata da sessão solene de 12 de Junho de 1954,
em homenagem á memoria de Frei Miguelinho
e posse de novos socios do Instituto Historicc.*

Aos doze dias do mês de Junho de mil novecentos e cinquenta e quatro, nesta cidade de Natal, Capital do Estado do Rio G. do Norte, pelas vinte horas, na séde do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, á rua da Conceição nº 622, perante numero legal de socios, autoridades, familias, foi aberta a sessão, sob a presidencia do Dr. Nestor dos Santos Lima, servindo de secretários os Senhores Otacilio Cavalcanti e Romulo Chaves Wander-

ley. Em seguida, o Dr. Nestor Lima convidou para fazerem parte da Mêsá os Senhores Dr. José Gomes da Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e Dr. Carlos Augusto, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral. — Falou, após, o Dr. Nestor Lima, em eloquente oração, sobre a memoria de Frei Miguelinho, herói e martir da revolução de 1817, cujo trucidamento se verificou a 12 de Junho daquele ano. O Sr. Secretario, Romulo Wanderley passou, então, á ler o seguinte expediente: —

“Fortalêsa Ceará. — Dr. Nestor dos Santos Lima — Natal — Sensibilizado agradeço grande honra, pedindo representar-me sessão recepção diploma. (a) *Pompeu Sobrinho.*” — “Dr. Nestor Lima, Natal — Obsequio representar-me sessão magna, agradecendo penhorado diploma honorario. — Sds. (a) *Salvador Moya.*” — De Goiana-Goiáz — “Dr. Nestor Lima — Natal — Profundamente sensibilizado agradeço eminente coestaduano e seus nobres companheiros distincção honrosa me foi concedida elegendo-me esse Instituto seu socio correspondente, nesta capital — Sds. — *Joaquim Camara Filho*, secretário Agricultura Goiáz.” — “Rio — Dr. Nestor Lima — Natal — A familia Heitor Carrilho agradece sensibilizada expressões pesar enviadas pedindo transmitir seu reconhecimento demais componentes esse Instituto.” — Foi lida ainda uma mensagem do General Fernandes Tavora, acompanhada de um poêma sobre a matança de Uruaçu e um sonêto dedicado ás vitimas do Cunhuú, ambos da autoria de E. Vilhena de Moraes, os quais vão á publicação. — Terminada a leitura do Expediente e passado á *Ordem do Dia*, o Sr. Presidente passa a falar, fazendo considerações elogiosas sobre os novos socios efetivos, honorarios e correspondentes. Em seguida, entregou, sob salva de palmas, o Diploma do Desembargador Floriano Cavalcante e, apos, recebeu das mãos do

vice-presidente, Dr. Luis Lyra, os diplomas do Dr. Pompeu Sobrinho, do Ceará e do Cel. Salvador Moya, de São Paulo, também sobre incessante salva de palmas. O Sr. Presidente considerou empossados todos os socios eleitos na sessão de vinte e um de maio ultimo e que são os seguintes: — *Honorarios* — Dr. Tomaz Pompeu Sobrinho e Coronel Salvador de Moya. Desembargador Floriano Cavalcanti. *Efetivo*. *Correspondentes*: — Dr. Manoel Antonio de Andrade Furtado, residente em Fortalêza, Ceará; Dr. Raimundo Girão, de Fortalêza, Ceará; Padre Misael Gomes, do Ceará, professor Mauro Mota, residente em Recife; Dr. Cicero Aranha, norte-riograndense, residente no Rio; Dr. J. P. Leite Cordeiro, paulista residente em São Paulo; Dr. Antonio Martins Fernandes de Carvalho, norte-riograndense e residente neste Estado; e Dr. Joaquim Camara Filho, norte-riograndense e residente em Goiania, Estado de Goiáz. — Dada a palavra a quem quisesse usa-la, o Desembargador Floriano proferiu brilhante discurso de agradecimento ao Instituto, pela honra que lhe havia conferido, elegendo-o para o seu quadro de socios efetivos, concluindo por fazer o elogio do grande heroi martir, que foi o Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro. — O Desembargador Floriano Cavalcanti foi muito aplaudido e cumprimentado por todos os presentes. Ninguem mais querendo usar da palavra, o Sr. Presidente agradeceu a presença das autoridades e de quantos honraram o Instituto, comparecendo a esta solenidade e, em seguida, encerrou a sessão. Do que, para constar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa. — (aa) Nestor Lima, Pte., Otacilio Cavalcante, Romulo Chaves Wanderley, secretarios.

Necrologia

DR. HEITOR PEREIRA CARRILHO

Socio correspondente

No dia 20 de maio de 1954, finou-se, no Rio de Janeiro, onde residia, havia muitos anos, o nosso eminente confrade, conterraneo e amigo, doutor Heitor Pereira Carrilho, diretor do Manicómio Judiciario do Distrito Federal.

O dr. Heitor Carrilho era natural deste Estado, tendo nascido nesta Capital a 21 de março de 1891, filho legitimo do dr. José Calistrato Carrilho de Vasconcelos e sua primeira espôsa, D. Maria Terceira Pereira Carrilho, oriundos ambos de ilustres e tradicionaes familias lcaes.

Fês seus estudos secundarios, no velho Ateneu Norte-Riograndense, entre 1902 e 1905, seguindo para o Rio, onde fês o curso de medicina na Faculdade dali, graduando-se doutor, em dezembro de 1911.

Especializado em Psiquiatria e da Escola de Juliano Moreira, mestre inolvidavel, era o dr. Heitor Carrilho uma das maiores autoridades nesse ramo da Medicina e autor de suculentos trabalhos objetivos, no campo da psiquiatria criminal, no fôro do Rio.

Pertencia ao Conselho Penitenciario dali, ao lado de Dr. Lemos Brito, de quem gosava a mais ampla confiança, distinguiu-se em pareceres tecnicos de subído valor.

Além do Manicomio Judiciario, que dirigia, prestava serviços como professor da Faculdade de Medicina de Niteroi e da Faculdade de Ciências Medicas, era socio da Academia Nacional de Medicina e diretor do Sanatorio do Rio de Janeiro, á rua Desembargador Isidro, Tijuca.

Ele era casado com d. Virginia Ribeiro Carrilho, filha do finado dr. Olinto Ribeiro, de distinta familia mineira e deixa uma unica filha do seu casal, d. Virginia Carrilho Santóro, esposa do dr. Elvo Santóro, diretor da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Desse casal, houve dois netos.

Era irmão de D. Maria Pereira Carrilho, casada com o dr. Honorio Carrilho, procurador da Republica aposentado, D. Judith Pereira Carrilho, solteira e d. Alice Carrilho de Góes, esposa do Professor Ulisses Celestino de Góes, residentes nesta capital.

Pertencia ao nosso quadro social, desde 12 de junho de 1930, na classe dos socios correspondentes.

O dr. Heitor Carrilho deixou uma tradição de cultura, bondade e competencia no ambito dos seus trabalhos, que lhe honram a memoria.

Prestou grandes auxilios á construção do Hospital de Psicopatas desta Capital, como diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentales.

Paz á sua excelsa memoria. N. S. L.

DR. JOÃO ANGIONE COSTA

Socio correspondente

No dia 14 de julho de 1954, deixou de existir, na Capital Federal, o dr. João Angione Costa, conservador e professor de Arqueologia brasileira no

Museu Historico Nacional e nosso consocio correspondente.

O illustre cientista desaparecido era filho deste Estado, onde nasceu a 24 novembro de 1888, tendo aqui feito a sua iniciação nas letras, no curso do Ateneu Norte-Rio-Grandense, seguindo depois para Belém, capital do Pará, onde se bacharelou em Direito.

Removendo-se para o Rio, ali iniciou a sua vida de jornalismo e estudioso da Arqueologia brasileira, em que se tornou mestre reputado e competente, publicando inumeros trabalhos sobre historia e arqueologia tidos em grande conceito no país e no estrangeiro.

Deixou viuva e um filho, o professor Dante Costa, que segue as pegadas do seu illustre genitor, na imprensa.

Desde quando daqui se afastou, nunca mais voltou á terra do seu berço, de que dizia em carta autografa ao Secretario deste Instituto Historico, a 20 de setembro de 1941:

“Acredite V. S. e rogo transmitir aos illustres confrades que entre os titulos com que institutos culturaes do país e do estrangeiro me teem distinguido, nenhum me honrou mais do que o do Rio Grande do Norte, terra, onde nascí e que jamais esquecí.”

Na sua bibliografia, avultam as seguintes obras: “Introdução á Antropologia Brasileira” (Etnografia e Historia) 1939; “Arqueologia Geral” (Pre-historia e proto-historia) 1935; “Migrações e cultura indigena”, (Novo Mundo) 1939; “Das inscrições lapidares de fundo indigena” (Memoria em Lima, Perú), 1938, “Uma peça do culto sexual na ceramica de Marajó”, 1941; “O sabio brasileiro Ladislau Neto”,

Lima, 1939; "Roteiro dos Andes", (Impressões sobre Bolívia, Perú, Chile e Buenos Aires), Rio, 1940; "Ensaio de Etnologia Brasileira", (em parapo)

Alem dessas ainda produziu: "A Ilha de Páscoa no caminho das Migrações americanas", Rio, 1935; "Civilizaciones Pre-Colombianas en el Brasil", Buenos Aires, 1935; "A America, o Brasil e o Americanismo", Rio, 1939; "A inquietação das abelhas", (Documentario e critica das artes plasticas brasileiras) Rio, 1927.

Era socio de muitas instituições científicas e culturais do Brasil e de outros países, entre as quaes a do Rio Grande do Norte, onde ingressou a 29 de março de 1941.

A Camara dos Deputados Brasileiros prestou-lhe significativa homenagem, em sessão de 14 de julho, dia de seu falecimento, pela vòs do deputado José Augusto, que lhe fêz sentido panegirico. N. S. L.

EUGENIO D'ORS

Socio correspondente

Luis da Camara Cascudo

Eugenio D'Ors morreu na sua ermida de São Cristovão, em Villanueva y Geltru, na manhã de 25 de setembro deste 1954. Setenta e dois anos sem velhice e sem crepusculo. Foi um dos mais altos e claros espiritos da Espanha contemporanea. Alto pela verticalidade do pensamento e independencia do raciocinio, reagindo no turbilhão da moda ou do acaso com as formas mais puras do espirito pessoal. Claro pela transparencia de seu estilo sereno e difano, obra prima de nitidez e formosura de uma prosa sem os guisos de ouro e sem os disfarces reboantes do patetismo latino. Prosa de cristal que

significava um resultado de pesquisa e de detenção cultural para fixar-se numa nobre simplicidade que era encanto e perfeição.

Foi homem do Mediterraneo, catalão de estirpe, devoto da Grecia e mantendo, na vida de critico de Arte, professor universitário, exegeta da Estetica, uma continuidade tranquila de bom gosto deante de qualquer unanimidade vitoriosa ou de qualquer maioria deliberante e norteadora.

Leon Daudet o indicava como o primeiro critico de Arte na Europa. Tambem seria um dos primeiros no plano da Estetica, sabendo ver, seleccionar e prever os processos mais diversos da materialização artistica. Sua obra, firme e solida, é testemunho positivo de inteligencia semeadora de Beleza, uma Beleza clássica e justa. Mas, Eugenio D'Ors foi um divulgador de Arte nova, um conversador admiravel, um combatente invencivel da Logica e do Belo reais.

Recordo como uma das minhas mais antigas admirações. Publiquei três cronicas sobre seus livros n'«A Imprensa» em Natal, há vinte e oito anos passados.

Aqui está sua resposta, de Madrid, 31 de dezembro de 1926.

“Sr. D. Luis da Camara Cascudo.

Mi distinguido senor y colega:

El senor Don José Maria de Acosta, preclaro intermediario entre las dois literaturas, me remitem en nombre de V. ejemplares del magnifico estudio que forman los tres articulos publicados en «A Imprensa» y que debo a la generosa critica de usted.

Su manera de apreciar el sentido literario de algunas obras mias recientes me ha conmovido profundamente. Ha dicho V. cosas esenciales, muchas

de elas no advertido por nadie aun. Gusto muy predilectamente aquella parte consagrada a elogio de los valores del laconismo.

En testimonio de agradecimiento y recuerda de amistad, me permitire enviarte, asi que conmezca su direccion (que hoy mismo pregunto al Senhor Acosta) mi ultima publicacion, un drama filosófico que lleva el titulo de "Guillermo Tell".

No he estado jamás em el Brasil. Ni a la ida ni a la vuelta de mi viaje a Buenos Aires, em 1921, toco a la costa brasilena el buque que me conducia. Espero, algun dia, ser mas afortunado. Tengo esperanza de poder conocer personalmente este pais y a sus hombres. Lo que conozco de su literatura me interessa vivamente ya. Renovandole las gracias, queda de V. companero y amigo,

(a) EUGENIO D'ORS

(Do «Poti», de Natal, de 4-11-1954)

ROQUETE PINTO

Socio correspondente

"Enfermo há meses, faleceu, no dia 18 de outubro de 1954, em sua residencia, no Rio, o professor Roquete Pinto, cujas pesquisas e realizações no dominio de antropologia o colocam entre os maiores cientistas do Brasil e da America. Nascido a 25 de setembro de 1884, nesta capital, Edgard Roquette Pinto, como se chamava por extensão, fêz educado por seu avô João Roquette Carneiro de Mendonça, no Externato Aquino, onde foi os preparatorios para ingressar na Faculdade de Medicina, nela colando grau em 1905. Um ano depois, muito jovem ainda, realizava seus primeiros estudos sobre os "sambaquis", nas costas do Rio Grande do Sul,

e no ano seguinte, já como assistente de antropologia no Museu Nacional, fazia novas e relevantes pesquisas antropológicas. Em 1906, medico legista no Rio, publicava, com renovado sucesso, um estudo sobre a fauna cadaverica do Rio de Janeiro, estudo esse que serviria de base para uma serie de notaveis estudos do naturalista Luderwaldt. Em 1910 o professor Roquette Pinto, organizava a sala Dom Pedro II, no Museu Nacional, participando no ano seguinte, como delegado do Brasil, do Congresso das Raças em Londres. Durante sua permanencia na Europa, estudou com os professores Richet, Brumpt, Tuffier Vernau, Perrier e Luschau, e, de regresso ao Brasil, integrando a Comissão Rondon, escrevia ele o seu primeiro trabalho sobre os primitivos indigenas do Nordeste brasileiro.

Firmada sua reputação nos circulos scientificos do pais, intensificou, todavia, Roquette Pinto sua atividade no campo da ciencia, dedicando-se então ao magisterio da Escola Normal, onde ocupava a cadeira de Historia Nacional. Em 1920, era professor de fisiologia na Universidade do Paraguai. Em 1923 fundava ele, no Rio, a Academia Brasileira de Ciencia e a Radio Sociedade do Rio de Janeiro, passando esta, em 1936, para o Ministerio da Educação. Dois anos antes, fundara a Radio Escola Municipal do Rio de Janeiro, hoje Radio Roquette Pinto, de finalidade cultural e educativa, sendo considerado o pioneiro da radio-difusão em nosso país.

Em 1924, o professor Roquette Pinto participou, na Suecia, do Congresso internacional de Americanistas. Naquele mesmo ano, a convite do professor Franz Boas, da Universidade de Columbia, visitou os Estados Unidos. Presidiu, em 1929, o Primeiro Congresso Brasileiro da Eugenia e em 1930 representou o Brasil no Congresso Internacional de Biologia, que teve lugar em Montevideu. Fundou

ele, mais tarde a Revista Nacional de Educação e o Instituto Nacional de Cinema Educativo. Elegeu-se em 1940 diretor do Instituto Indigenista Americano do Mexico. Membro do Instituto Historico e Geografico, da Academia Brasileira de Ciencia, da Academia Brasileira de Letras, ocupando nesta a cadeira n. 17, cujo patrono é Hipolito da Costa, o professor Roquette Pinto era portador de varios titulos e condecorações, entre estas da Legião de Honra da França.

Apesar de encontrar-se de há muito doente, e já com 70 anos de idade, continuava, todavia, o professor Roquette Pinto na mais intensa atividade intelectual. Escrevia ele, ontem á tarde, um artigo sobre a situação economica, social e politica do país, artigo que deveria sair no "Jornal do Comercio" de hoje, quando foi surpreendido pela morte. Seu corpo foi removido para o salão de honra da Academia Brasileira de Letras, ali será velado até hoje á tarde, quando será transportado para Petropolis, onde, segundo seu desejo muitas vezes expresso em vida, repousaria ao lado dos restos mortais de sua mãe."

FORA DO AR

A sessão de ontem não foi irradiada pela emissora oficial da Prefeitura — Radio Roquette Pinto — que saiu do ar em homenagem postuma ao cientista que lhe deu o nome. O sr. Magalhães Junior pediu fosse a sessão de hoje dedicada ao ilustre extinto, pioneiro do radio no país".

(Do "Poti", de Natal, edição de 21/10/1954)

OTACILIO CAVALCANTI

Socio efetivo

Na manhã de 6 de dezembro de 1954, faleceu, nesta cidade, á Rua Princesa Isabel, nº 584, o nosso presado confrade Otacilio Cavalcanti de Albuquerque, diretor aposentado da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado.

Natural de Bréjo da Areia, Estado da Paraíba do Norte, onde nasceu a 22 de outubro de 1890, ali fêz o aprendizado das letras, e, mais tarde, exerceu funções publicas do notariado local. Transportando-se para este Estado, em companhia do seu cunhado Antonio Frederico Correa de Campos, estabeleceu-se em Santana do Matos, onde foi regente de banda de musica e creou um jornal politico, partidario do des. Ferreira Chaves; daí, removeu-se para esta Capital, tendo sido nomeado para diretor da Secretaria da Assembleia, em 1919, cargo que serviu até o ano de 1946, quando foi aposentado "por bons e leaes serviços ao Estado". De 1938 a 1945, exerceu as funções de Secretário do Conselho Administrativo do Estado, em suas varias presidencias.

Desde 29 de março de 1927, inçio da administração, no Instituto Historico, do dr. Nestor Lima, atual presidente perpétuo, vinha Otacilio Cavalcanti prestando grandes serviços á instituição, quer como auxiliar da Bibliotéca, quer como amanuense da Secretaria, até que, a 10 de março de 1946, foi-lhe conferido o diploma de Socio Efetivo, em face dos seus reaes prestimos ao nosso sodalicio, durante quase vinte anos consecutivos.

Adoecendo de terrivel enfermidade, ha mais de ano, Otacilio definhava visivelmente e foi afinal prêso ao leito, onde veio a finar-se, deixando um grande sentimento de pesar em todos os companheiros, que lhe presavam a lealdade do carater e o

amor á instituição, de que foi devotado servidor, por mais de 27 anos.

Deixou viuva D. Adelaide de Amorim Cavalcanti, mas, não deixou filhos do casal.

Pertencia a outras instituições locais, onde a sua falta foi muito notada e sentida.

Era um companheiro bom, leal, distinto e operoso, nada havendo a notar-se-lhe no modo como se comprazia em servir a outrem, por efeito da formação distinta da sua personalidade.

Deus o ampare na sua infinita misericórdia. —
N. S. L.

I N D I C E

do Vol. LI de 1954 da "Revista" do
INSTITUTO HISTORICO

Autor	Titulo	Pag.
ADAUTO DA CAMARA	- Ateneu Norte Riograndense	5
NESTOR LIMA	- Á Gloria de Augusto Severo	45
JOSE AUGUSTO	- Reminiscencias do Congresso Na- cional.....	55
NESTOR LIMA	- Tributo ao merito.....	93
J. M. BRANDÃO CASTELLO BRANCO	- A Procla- mação da Republica.....	99
NESTOR LIMA	- Tavares de Lira, Governador e politico	113
DES. PELÓPIDAS FERNANDES DE OLIVEIRA	- Cel. Demetrio de Souza Lemos	121
NESTOR LIMA	- "O Clero na Historia do Rio Grande do Norte".....	131
A MORTE DO PTE. ARAUJO NEVES (1850)	141
NESTOR LIMA	- A Semana do Marinheiro.....	155
DES. FLORIANO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	- Discurso	163
SECRETARIA DO I. H. G.:	- Quadro dos Socios.....	174
	Atas das sessões-1954....	175
N. S. L.	- Necrologia - Dr. Heitor Pereira Carrilho....	181
N. S. L.	- Dr. Angione Costa.....	182
LUIS DA CAMARA CASCUDO	- Eugenio D'ors.....	184
Do «POTI», de Natal	- Roquette Pinto.....	186
N. S. L.	- Otacilio Cavalcanti	189
REDAÇÃO	- Indice.....	191

